

**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO**

**Doutorado em Educação**

**RICARDO JOSÉ REIS DE ABREU**

**O SUJEITO DISCURSIVO EMPREENDEDOR DE SI E A TEORIA DO  
CAPITAL HUMANO NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA  
CONTEMPORÂNEA**

**Itatiba**

**2021**

**RICARDO JOSÉ REIS DE ABREU – RA 002201701070**

**O SUJEITO DISCURSIVO EMPREENDEDOR DE SI E A TEORIA DO  
CAPITAL HUMANO NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA  
CONTEMPORÂNEA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto  
Sensu em Educação da Universidade São Francisco,  
como requisito parcial para obtenção do título de Doutor  
em Educação

Linha de Pesquisa: Educação, Linguagens e Processos  
Interativos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Aparecida Amador  
Mascia

**Itatiba**

**2021**

37.014.54 A146s	<p>Abreu, Ricardo José Reis de. O sujeito discursivo empreendedor de si e a Teoria do Capital Humano no contexto da escola pública contemporânea / Ricardo José Reis de Abreu. – Itatiba, 2021. 135 p.</p> <p>Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Educação da Universidade São Francisco. Orientação de: Márcia Aparecida Amador Máscia.</p> <p>1. Capital Humano. 2. Políticas Públicas Educacionais. 3. Educação. 4. Governamentalidade. 5. Análise do Discurso. 6. Subjetividade. 7. Empreendedor. 8. Escola Pública. 9. Empreendedorismo. I. Máscia, Márcia Aparecida Amador. II. Título.</p>
--------------------	--

**RICARDO JOSÉ REIS DE ABREU – RA 002201701070**

**O SUJEITO DISCURSIVO EMPREENDEDOR DE SI E A TEORIA DO  
CAPITAL HUMANO NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA  
CONTEMPORÂNEA**

Exame de defesa apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Linguagens e Processos Interativos.

Defesa: 18 de fevereiro de 2021.

**Banca Examinadora:**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcia Aparecida Amador Mascia (Orientadora)  
Universidade São Francisco

---

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira (Examinador Interno)  
Universidade São Francisco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luzia Batista de Oliveira Silva (Examinadora Interna)  
Universidade São Francisco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edilene Mizael de Carvalho Perboni (Examinadora Externa)  
Universidade do Estado de Minas Gerais

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana Aparecida Silva de Azeredo (Examinadora Externa)  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

## **AGRADECIMENTOS**

**A Deus.**

**Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais e em especial à Professora Beatriz Glória Campos Lago,**  
por me possibilitarem o aprofundamento da vida acadêmica.

**Aos meus familiares,**  
pelo apoio e paciência.

**À Professora Doutora Márcia Aparecida Amador Mascia,**  
pela orientação e dedicação.

**Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Educação da Universidade São Francisco,**  
pelas contribuições durante o desenvolvimento desta pesquisa.

**À CAPES,**  
pelo apoio financeiro e incentivo à pesquisa.

**Aos Sujeitos Participantes da Pesquisa e ao Professor Mark Pereira dos Anjos,**  
pela solicitude e generosidade.

**Aos colegas do Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Educação da Universidade São Francisco,**  
pela colaboração e debates em sala de aula.

**Meus sinceros agradecimentos!**

ABREU, Ricardo José Reis de. O sujeito discursivo empreendedor de si e a teoria do capital humano no contexto da escola pública contemporânea. Tese (Doutorado em Educação). 2021. 135p. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

## RESUMO

No Brasil, algumas propostas educacionais, surgidas principalmente no período pós-crise de 2008, vislumbram transformar a escola pública em um eficaz espaço de produção e transmissão de saberes e práticas de mercado consonantes à racionalidade neoliberal. A utilização do espaço escolar para instituição destes saberes, não somente no Brasil, mas em vários outros países, pode ser vista como mais um exemplo de como as políticas públicas educacionais estão imbricadas em redes de poder-saber, que se desenham de acordo com os cenários políticos, sociais e econômicos estabelecidos. Partindo dessa premissa, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a construção subjetiva do empreendedor de si a partir da trazida do empreendedorismo para dentro da escola pública, considerando que esta instituição encontra-se inserida no contexto neoliberal e pautada pela Teoria do Capital Humano. Buscou-se discutir, a partir da perspectiva foucaultiana, como as relações de poder se configuraram durante o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente e se articularam ao desenvolvimento do capitalismo, enfatizando o que Foucault conceituou como governamentalidade, uma técnica de exercício de poder baseada no governo das condutas, cuja conformação neoliberal está vigorosamente presente em nossas vidas. Tomou-se como hipótese a ideia de que o neoliberalismo é uma tecnologia sócio-político-econômica que, dentro de seus fundamentos, age no sentido de produzir as condutas econômicas necessárias ao seu funcionamento. A metodologia utilizada é qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas e análises discursivas. Foram entrevistados sujeitos que, durante a realização do curso de nível médio/técnico em uma escola pública, estiveram submetidos a processos de objetivação/subjetivação cuja finalidade é a formação de sujeitos empreendedores. As análises realizadas, a partir das falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa, apontam para produção de condutas econômicas alinhadas à racionalidade neoliberal, melhor dizendo, sujeitos empreendedores de si. Os dados narrativos foram coletados com a autorização de uma incubadora de empresas de base tecnológica vinculada a uma escola pública localizada no sul do Estado de Minas Gerais. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Francisco e aprovado por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE nº 02306818.8.0000.5514. Essa pesquisa<sup>1</sup> fundamenta-se nos estudos de Michel Foucault, trazendo conceitos por ele criados tais como biopoder, biopolítica e governamentalidade, os quais busco articular na análise da racionalidade neoliberal e suas relações com a Teoria do Capital Humano. Espero trazer elementos que nos possibilitem adentrar um pouco mais nas urdiduras dessa rede de poder-saber que atua sutilmente através de um importante aparato de Estado que é a escola pública. O neoliberalismo vislumbra esse arquétipo de escola como importante elemento de suporte na produção de sujeitos capazes de promover o crescimento e/ou a manutenção do referido modelo econômico.

**Palavras-chave:** políticas públicas educacionais; governamentalidade neoliberal; capital humano; práticas de subjetivação; empreendedor de si.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ABREU, Ricardo José Reis de. The discursive subject self entrepreneur and the theory of human capital in the context of contemporary public school. Thesis (Doctorate in Education). 2021. 135p. Stricto Sensu Graduate Program in Education. São Francisco University, Itatiba/SP.

## ABSTRACT

In Brazil, some educational proposals, which appeared mainly in the post-crisis period of 2008, envisage transforming the public school into an effective space for the production and transmission of knowledge and market practices aligned with neoliberal rationality. The use of the school space for the institution of this knowledge, not only in Brazil, but in several other countries, can be seen as another example of how public educational policies are intertwined in networks of power-knowledge, which are designed according to the established political, social and economic scenarios. Based on this premise, the general objective of this research is to analyze the subjective construction of the entrepreneur himself by bringing entrepreneurship into the public school, considering that this institution is encompassed in the neoliberal context and guided by the Theory of Human Capital. We sought to discuss, from the Foucaultian perspective, how power relations were configured during the development of the Modern State in the West and were articulated with the development of capitalism, emphasizing what Foucault conceptualized as governmentality, a technique of exercising power based on government of conducts, whose neoliberal conformation is vigorously present in our lives. The hypothesis is taken on the idea that neoliberalism is a socio-political-economic technology that, within its precepts, acts to produce the economic conducts necessary for its functioning. The methodology used is qualitative, based on semi-structured interviews and discursive analyzes. Subjects were interviewed who, during the course of the high school / technical level in a public school, were subjected to objectification / subjectification processes whose purpose is the formation of enterprising subjects. The analyzes performed, based on the discourses of the Subjects Participating in the Research, point to the production of economic conducts aligned with neoliberal rationality, that is, subjects who are entrepreneurs of themselves. The narrative data were carried out with the authorization of a technology-based incubator business linked to a public school located in the South of the State of Minas Gerais. The research project was submitted to the Research Ethics Committee of Universidade São Francisco and approved through the Presentation Certificate for Ethical Appreciation - CAAE nº 02306818.8.0000.5514. This research<sup>2</sup> is based on the studies of Michel Foucault, bringing concepts created by him such as Biopower, Biopolitics and Governmentality, which I seek to articulate in the analysis of neoliberal rationality and its relations with the Theory of Human Capital. I hope to bring elements that enable us to get a little deeper into the warps of this network of power-knowledge that acts subtly through an important state apparatus, which is the Public School. Neoliberalism sees this school archetype as an important support element in the production of subjects capable of promoting the growth and / or maintenance of that economic model.

**Keywords:** educational public policies; neoliberal governmentality; human capital; subjectivation practices; self-entrepreneur.

---

<sup>2</sup> This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC - Base Nacional Curricular Comum

EBTT - Ensino básico, técnico e tecnológico

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PIB – Produto Interno Bruto

PISA - Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)

PNE – Plano Nacional de Educação

TCH – Teoria do Capital Humano

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Estoque de formados em engenharia por 10.000 habitantes, em ocupações típicas e não típicas.....	66
GRÁFICO 2: Desempenho x Gasto Público em relação ao PIB (PISA 2018) .....	115
GRÁFICO 3: Valor aplicado na educação básica por aluno e IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental – Rede Pública.....	116

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Meta nº 7.....	70
TABELA 2: Meta nº 7 / PISA.....	71
TABELA 3 – Gasto em educação 2008-2017 (R\$ bilhões constantes de 2017).....	117

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Panóptico de Bentham.....	27
-------------------------------------	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>I - GOVERNAMENTALIDADE: UM DESLOCAMENTO DA DOMINAÇÃO PARA AS TÉCNICAS DE GOVERNO E AUTORREGULAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
1.1. O esmaecimento do poder soberano .....	23
1.2. A disciplina: uma nova dinâmica no exercício do poder.....	26
1.3. Biopoder: o foco no corpo populacional .....	28
1.4. As sofisticadas tecnologias de “governo das condutas”, autorregulação e controle .....	30
<b>II - NEOLIBERALISMO: ASPECTOS ECONÔMICO-DISCURSIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO PODER POLÍTICO.....</b>	<b>35</b>
2.1. Adam Smith e suas contribuições na construção do ideário liberal .....	35
2.2. A origem do neoliberalismo e suas transformações conceituais no decorrer do século XX .....	38
2.3. A Escola de Chicago e o caso do Chile de Augusto Pinochet.....	43
2.4. As fraturas expostas do modelo chileno .....	45
2.5. A expansão do neoliberalismo a partir da década de 1970.....	48
2.6. As políticas neoliberais implantadas no Brasil: será que somos tão (neo)liberais assim? .....	51
2.7. O avanço do capital na gestão estatal .....	55
<b>III - A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E SUA RESSIGNIFICAÇÃO NA RELAÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORANÊA .....</b>	<b>60</b>
3.1. O capital humano entendido como um dos pilares de sustentação das economias de mercado .....	60
3.2. O investimento em capital humano .....	65
3.3. A cultura empreendedora: uma sociedade economicamente programada que passa pela escola .....	70
3.4. Ensinando e aprendendo a empreender: a atuação de organizações sociais junto à rede pública de ensino .....	76
3.5. A escola pública como dispositivo da governamentalidade neoliberal/empresarial .....	80

<b>IV - O EMPREENDEDOR DE SI: UMA PEÇA-CHAVE NA TRAMA NEOLIBERAL</b>	<b>83</b>
.....	
4.1. Lançando-se ao empreendedorismo .....	86
4.2. O empreendedorismo e sua importância para as economias de mercado.....	96
4.3. As características fundamentais do sujeito empreendedor .....	99
4.4. Os desafios de uma conduta econômica empresarial .....	102
4.5. Medos, incertezas, angústias .....	105
4.6. Empreendedorismo e responsabilidade social.....	109
4.7. Produzindo discursivamente sujeitos economicamente governáveis .....	112
<b>V - O IMPERATIVO ECONÔMICO: URDIMENTOS QUE SUSTENTAM A ESCOLA NEOLIBERAL/EMPRESARIAL .....</b>	<b>114</b>
5.1. Investimentos educacionais: uma análise da relação custo x benefício .....	114
5.2. A desigualdade educacional no Brasil: possível flerte com a privatização .....	119
5.3. O empresariamento da escola pública .....	121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>130</b>

## INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história republicana, o Brasil passou por muitas transformações sociais, políticas e conseqüentemente econômicas. Quase simultaneamente a essas transformações, várias políticas públicas educacionais foram implementadas e algumas delas se mostraram preocupadas em conduzir a sociedade para uma determinada ordem posta, apresentando discursos direcionados a problemas futuros passíveis de correção (pelo menos em tese), desde que a população também oferecesse sua contribuição, colocando em prática determinados comportamentos. No que tange aos aspectos econômicos isso não é diferente. Ao entrar na ordem de determinados discursos, uma população bem-educada economicamente pode contribuir, de modo efetivo, para manter o *status quo* em um ambiente econômico favorável ou mesmo tirar uma economia da recessão.

Educação e Economia são dois aspectos da vida moderna intimamente ligados que se reverberam permanentemente. Essa importante relação entrou estrategicamente no foco das ações governamentais a partir do momento em que a escola pública foi identificada como possível *locus* de produção e transmissão de saberes e práticas capazes de favorecer o alcance de objetivos econômicos fixados previamente.

Fazendo uma breve retrospectiva histórica, cito alguns exemplos de como as políticas educacionais implantadas através de leis, decretos, projetos pedagógicos e demais instrumentos legais, carregaram no seu cerne, dentre outros, o aspecto econômico.

O primeiro exemplo é o Movimento da Escola Nova na década de 1920, que teve como um dos principais precursores o educador Anísio Teixeira. Alinhado ao pensamento liberal da época, o escolanovismo brasileiro, que foi na verdade um movimento reivindicatório, desenvolveu-se em um período no qual o Brasil passava por intensos processos de urbanização/industrialização e necessitava modernizar sua produção econômica. O Movimento da Escola Nova resultou no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

A partir desse movimento, a educação pública brasileira passou a receber tratamento de política de Estado, tendo um capítulo dedicado ao tema na Constituição Federal de 1934<sup>3</sup>.

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da *vida moral e econômica da Nação*, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934, grifos meus).

---

<sup>3</sup> Ministério da Educação. Disponível em: <portal.mec.gov.br/institucional/historia>. Acesso em: 14 jan. 2019.

No governo Getúlio Vargas (1930-1945), foi criado o Sistema “S”<sup>4</sup> (SENAC<sup>5</sup>, SENAI<sup>6</sup>, SENAR<sup>7</sup>, etc.), um conjunto de instituições cujo objetivo principal é promover formação profissional, em alguns casos de forma gratuita, a trabalhadores brasileiros de setores econômicos considerados estratégicos para o país (comércio, indústria e agropecuária, respectivamente) e que continua exercendo importante papel no ensino técnico até os dias atuais.

Já no início da década de 1970, durante o governo militar, deu-se início a era tecnicista do ensino secundário, no Brasil, com a sanção da Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, Lei nº 5.692/1971. O ensino se tornou predominantemente profissionalizante e passou a receber aportes financeiros internacionais através da United States Agency for International Development<sup>8</sup> (USAID). Período coincidente com o denominado Milagre Econômico Brasileiro<sup>9</sup> (1968-1973), no qual, havia grande necessidade de formação de mão de obra qualificada para atender as demandas da crescente produção industrial gerada, principalmente, pelas empresas transnacionais instaladas no país desde o fim da década de 1950 (Governo Kubitschek).

Na década de 1990, com o país já redemocratizado, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/1996, que permanece vigente até a atualidade. Nessa época, o Brasil passava por um importante movimento de implantação de políticas neoliberais que incluía os processos de privatização de várias empresas estatais, além de sofrer muitas pressões dos organismos financeiros internacionais no que se refere ao enxugamento da máquina pública. Nesse cenário, a LDB acabou se transformando também num instrumento de abertura para a expansão da rede privada de ensino. Uma recente e das mais importantes alterações sofridas pela LDB, que trata da Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017, propõe a implantação do ensino em tempo integral e a oferta de 5 itinerários

---

<sup>4</sup> O Sistema “S” é mantido por contribuições recolhidas sobre a folha de pagamento das empresas. Embora essas organizações (SENAC, SENAI, etc.) sejam consideradas pessoas jurídicas de direito privado, elas recebem e administram recursos públicos, além do que, em muitos de seus cursos são cobradas mensalidades. A falta de transparência vem sendo uma das críticas recorrentes ao sistema nos últimos tempos.

<sup>5</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

<sup>6</sup> Serviço nacional de Aprendizagem Industrial.

<sup>7</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

<sup>8</sup> Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. Órgão criado pelo governo norte-americano em 1961, encarregado de distribuir assistência externa a países alinhados com as políticas norte-americanas.

<sup>9</sup> Período de elevado crescimento econômico no Brasil durante o governo militar.

formativos: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas/Sociais e Formação Técnica/Profissional. Trata-se de uma proposta educacional que busca aproximar a escola das complexas demandas existentes no atual mercado de trabalho, campo tecnológico e mundo dos negócios.

Pode-se perceber, nestes exemplos, que os movimentos na educação acompanharam, de perto, a ordem econômica estabelecida e que ambos se ligam estreitamente.

A presença do empreendedorismo no currículo também segue nesse bojo, pois sua discursividade está voltada para a produção de condutas econômicas individuais e coletivas capazes de impulsionar o desenvolvimento do capitalismo em sua fase atual (neoliberalismo). É nesse contexto que esta investigação se desenvolve, considerando que “[todo] sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos com saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1999a, p. 44).

Nesta pesquisa, o objetivo geral é problematizar a racionalidade neoliberal e, a partir dela, a produção escolarizada das condutas econômicas dos sujeitos empreendedores de si, cuja formação é atravessada por saberes voltados para o empreendedorismo e pautados pela Teoria do Capital Humano.

Quanto aos objetivos específicos buscou-se: a) compreender como a governamentalidade, entendida aqui como uma razão de governo, se articulou ao capitalismo liberal do século XVIII e evoluiu até sua configuração neoliberal atual; b) abordar o nascimento da economia política a partir do Liberalismo Clássico do século XVIII; c) resgatar a origem do neoliberalismo no pensamento econômico europeu da primeira metade do século XX e suas novas configurações a partir da década de 1970; d) problematizar o fator humano como elemento de sustentação do crescimento e desenvolvimento econômico; e) analisar, pela perspectiva discursiva, traços característicos dos sujeitos empreendedores de si (subjetividades); f) trazer algumas considerações relacionadas à investida neoliberal sobre a escola pública.

As condutas e práticas econômicas produzidas por essa tecnologia objetivam direcionar o comportamento desses sujeitos, de modo que eles sejam capazes de contribuir para a manutenção e fomento de sistemas econômicos baseados no modelo neoliberal. Teoricamente, fundamento-me em conceitos foucaultianos como biopoder, biopolítica e governamentalidade, suscitando abordagens inspiradas em análises discursivas (linha francesa) empreendidas a partir das falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa, desnaturalizando o papel dessa forma-sujeito tão requerida na contemporaneidade.

Para que se compreenda melhor a origem desta pesquisa, trago a partir daqui, de forma bem sucinta, um pouco de minha trajetória profissional/pessoal e deslocamentos que sofri ao entrar em contato com a Filosofia Pós-Estruturalista<sup>10</sup> de Michel Foucault.

No ano de 1999, enquanto cursava o segundo ano de minha licenciatura em Matemática, tive a oportunidade de trabalhar em um grande banco multinacional de varejo. Naquele ambiente, logo comecei a perceber que grande parte das pessoas tomavam decisões muito equivocadas quando o assunto era dinheiro. Tomavam empréstimos a altas taxas de juros sem fazer nenhum tipo de análise prévia e depois não conseguiam honrar os compromissos assumidos, investiam em negócios sobre os quais não tinham conhecimento suficiente e pouco tempo depois fechavam as portas, ou simplesmente, gastavam mais do que ganhavam.

A consequência de todos esses maus comportamentos econômicos acaba sendo ruim para todos os atores envolvidos. As pessoas inadimplentes ficam sem crédito e deixam de consumir, com isso as vendas no comércio caem e as instituições financeiras ficam com o prejuízo ao não terem suas operações saldadas. Com a queda do consumo, a arrecadação tributária diminui, a produção e o comércio desaceleram afetando a economia como um todo (empregos, transportes, investimentos). Ao imaginar esse tipo de comportamento adotado em massa, pode-se concluir que ele pode ser catastrófico para as economias de mercado. Um bom exemplo, relacionado a isso, foi a quebra do sistema de empréstimos de riscos (subprimes) que destruiu a economia norte-americana em 2008, desencadeando uma das maiores crises globais da história do capitalismo.

Ao considerar esses cenários, sempre me ocorria que conhecimentos básicos em finanças pessoais, investimentos e um planejamento mínimo voltado para a gestão de pequenos negócios poderiam ajudar as pessoas a não se precipitarem quando fossem tomar uma decisão de ordem econômica em suas vidas. Naturalmente, a escola pública poderia ser (e é) um lugar ideal para a produção e transmissão deste tipo de saber uma vez que sua clientela, dentro de alguns anos, integrará a população economicamente ativa.

Em 2001, concluí minha licenciatura em Matemática pela Universidade do Vale do Sapucaí (Pouso Alegre - MG) sem cursar nenhuma disciplina relacionada a finanças, pois, minha grade curricular não previa essa matéria. Só tive contato acadêmico com a Matemática Financeira ou Comercial no meu curso de especialização em 2003, pelo Centro Universitário do Sul de Minas (Varginha - MG), embora já tivesse um razoável conhecimento sobre o

---

<sup>10</sup> Foucault rejeitava rótulos.

assunto devido à minha prática profissional. Deixei meu emprego no banco em 2002 e iniciei minha carreira docente na rede pública estadual de Minas Gerais, lecionando também em uma instituição privada de ensino superior, mas nunca consegui trabalhar o tema Finanças em minhas aulas de Matemática. Ainda assim, sempre mantive em mente desenvolver uma pesquisa acadêmica nessa área.

Em 2005, abandonei a docência e voltei a trabalhar no mercado financeiro, desta vez como Agente Autônomo de Seguros, Crédito e Investimentos. Justamente nessa época, a economia brasileira começava a dar sinais de um potencial de crescimento poucas vezes visto anteriormente. Parecia que começava a se abrir, diante de nós brasileiros, um horizonte cheio de oportunidades. Uma grande parte da população começava a ter importante participação no mercado consumidor. O baixo nível de desemprego, o acesso ao crédito e outros fatores de ordem socioeconômica melhoraram a confiança do brasileiro na hora de contrair dívidas de médio e longo prazo. Consequentemente, o país entrou num ciclo de crescimento que continuou (após uma leve retração) por alguns anos, mesmo com o desencadeamento da crise financeira internacional em 2008.

Em 2010, comecei a frequentar, como aluno especial, algumas aulas do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista, *campus* Rio Claro – SP, com a intenção de desenvolver um projeto de pesquisa em torno da educação financeira, pois naquela época, a mídia já divulgava algumas tentativas de inserção do tema no currículo por meio de projetos de lei, mas devido a algumas vicissitudes da vida meu projeto de pesquisa foi adiado. Nessas aulas, tive meu primeiro contato com Michel Foucault e suas ideias “estranhas” (pelo menos para mim).

Nesse mesmo ano (2010), o governo federal instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) por meio do Decreto nº 7.397/2010<sup>11</sup>, uma proposta educacional que valoriza as competências individuais para o consumo, o uso racional do dinheiro e do crédito, além de outros saberes e práticas de mercado, cujos discursos haviam emergido simultaneamente ao desencadeamento da crise financeira internacional de 2008, que em minha opinião foi (ou ainda é) um dos principais problemas enfrentados pelo mundo contemporâneo e cujos efeitos negativos percebemos até os dias atuais.

---

<sup>11</sup> Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.

Em 2013, iniciei o mestrado<sup>12</sup> no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco, campus Itatiba - SP, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Monteiro. O Decreto 7.397/2010 e demais documentos adjacentes, como o Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), acabaram se tornando meu *corpus* de pesquisa. O grande desafio deste trabalho foi pensar a educação financeira numa perspectiva foucaultiana, não aceitar totalmente aquilo que estava posto e enxergar a ENEF, não somente como uma proposta educacional que objetiva formar cidadãos *conscientes, críticos e emancipados*, mas também como uma técnica de governamentalidade atravessada por preceitos neoliberais, interesses empresariais e governamentais, que age sutilmente através de processos de subjetivação que visam conduzir o comportamento econômico da população para alcance de determinados fins.

O curto período para conclusão do mestrado (2 anos) limitou minha pesquisa à análise de documentos, deixando-me com a sensação de que havia ainda muitas coisas para se discutir (não que seja minha pretensão esgotar o assunto). Minhas experiências profissionais, nas áreas financeira e educacional, combinadas com essa sensação me fizeram querer continuar a pesquisa em nível de doutorado, problematizando outros saberes e práticas voltados para as economias de mercado, dentre os quais, me chamam a atenção os relacionados ao empreendedorismo. A combinação desses fatores aguçou em mim alguns questionamentos:

- Que fatores determinam a emergência desse sujeito empreendedor de si e qual tem sido o papel da escola pública nesse processo?
- Como o empreendedorismo e demais ações que em torno dele gravitam estão presentes nos estabelecimentos de ensino básico?
- Como os sujeitos (alunos) se veem diante das práticas de subjetivação voltadas para o empreendedorismo?
- Que resultados econômicos estão sendo produzidos por estas práticas?

Após um hiato de 2 anos, voltei ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco, em 2017, desta vez acolhido pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Aparecida Amador Mascia.

A pesquisa tem como foco a racionalidade do neoliberalismo como doutrina político-econômica e a fabricação, através da escola pública, de condutas econômicas que lhes darão

---

<sup>12</sup> ABREU, R. Educação financeira: aspectos discursivos, subjetivação e governamentalidade. Itatiba: Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, 2015.

sustentação, melhor dizendo, de sujeitos empreendedores de si. Na busca dos objetivos propostos, analiso discursivamente, a partir das falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa, os saberes que os atravessam e os constituem, as práticas geradas e os processos aos quais eles estiveram submetidos durante a realização do curso médio/técnico, tentando identificar sintonias com a racionalidade econômica neoliberal. Metodologicamente, desenvolvo agora um trabalho investigativo/qualitativo mais consistente do que no mestrado, visto que tomo como objeto de análise entrevistas de sujeitos que já estiveram envolvidos nesse processo.

A realização da coleta de dados das entrevistas foi realizada junto a uma incubadora de empresas<sup>13</sup> de base tecnológica vinculada a uma escola pública, de ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), localizada no sul do Estado de Minas Gerais. A princípio, a criação desta incubadora teve como ideia implantar um modelo de empreendedorismo na matriz curricular dos cursos de nível médio. Embora, na região onde vivo, existam várias incubadoras de empresas mantidas por órgãos públicos como prefeituras e instituições públicas e privadas de ensino superior, minha opção se deu pelo fato desta amparar projetos desenvolvidos dentro de uma escola pública de ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT). Entrevistei 3 ex-alunos, indicados pela coordenação da incubadora, que participaram de processos de incubação de empresas desenvolvidos naquela instituição durante o ensino médio/técnico. Optei por entrevistas semiestruturadas com um questionário aberto que permite analisar as respostas pela perspectiva discursiva, tendo como convergência os aspectos relacionados principalmente à governamentalidade neoliberal e às relações com a Teoria do Capital Humano, procurando identificar, nas falas dos entrevistados, sentidos que denotam harmonia com as condutas econômicas induzidas pela racionalidade neoliberal.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender (ORLANDI, 2001, p. 30).

Acredito que esta pesquisa possui relevância acadêmica e social. No universo acadêmico-científico, contribui para refletirmos as práticas (extra)curriculares voltadas para o mercado. Já no âmbito social, nos possibilita vislumbrar novos caminhos para a formação de sujeitos capazes de colaborar com o desenvolvimento econômico, melhoria na distribuição da

---

<sup>13</sup> Uma incubadora de empresas é um projeto cujo objetivo é dar suporte (técnico, administrativo, financeiro, contábil) à criação e desenvolvimento de pequenas empresas em sua fase inicial.

renda e inclusão social, sempre cultivando os valores éticos que orientam a construção de uma sociedade mais justa.

Esta Tese está organizada em 5 capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Governamentalidade: um deslocamento da dominação para as técnicas de governo e autorregulação” compreende, pela perspectiva foucaultiana, o percurso do poder e seus modos de atuação durante o desenvolvimento do Estado Moderno, analisando brevemente o poder soberano, o poder disciplinar e o biopoder até chegar ao que Foucault (2008a, 2008b) conceituou como governamentalidade, entendida aqui, como uma razão de governo que se articulou ao capitalismo liberal do século XVIII e evoluiu até chegar à sua configuração neoliberal tão presente na atualidade.

O segundo capítulo, intitulado “Neoliberalismo: aspectos econômico-discursivos e suas implicações no poder político” aborda o nascimento da economia política a partir do Liberalismo Clássico do século XVIII, resgata a origem do neoliberalismo no pensamento econômico europeu da primeira metade do século XX, traz uma análise de sua nova configuração a partir da década de 1970 e o caso do Chile, avalia o impacto da implantação das políticas neoliberais no Brasil e, por fim, chama a atenção para a ingerência do capital na administração estatal.

O terceiro capítulo, intitulado “A teoria do capital humano e sua ressignificação na relação com a escola pública contemporânea”, problematiza o fator humano como elemento de sustentação do crescimento e desenvolvimento econômico, discute a programação econômica da sociedade através de formações discursivas, analisa o papel das organizações sociais que participam do processo educativo estimulando e preparando os jovens para os desafios do mercado em uma economia global e competitiva, e, para finalizar, identifica a escola pública como dispositivo da governamentalidade neoliberal.

O quarto capítulo, intitulado “O empreendedor de si: uma peça-chave na trama neoliberal”, traz as análises das entrevistas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa. Estas entrevistas semiestruturadas foram realizadas através de um questionário aberto que nos permite analisar as respostas pela perspectiva discursiva, tendo como foco os aspectos relacionados à governamentalidade neoliberal, à Teoria do Capital Humano e aos traços característicos desses sujeitos empreendedores de si (subjetividades). Neste capítulo, foram analisadas as falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa que apontam afinidades com as condutas econômicas requeridas pelos pragmatismos presentes na racionalidade neoliberal.

O quinto capítulo, intitulado “O imperativo do mercado: urdimentos que sustentam a escola neoliberal/empresarial”, traz considerações sobre as várias nuances da investida

neoliberal sobre a escola pública que passou a ser administrada nos moldes da empresa e na sua relação custo x benefício, uma vez que grande parte do orçamento público é destinado ao setor. Trata da desigualdade educacional entre as redes pública e privada na educação básica brasileira e possíveis desdobramentos que isso pode acarretar e, por fim, chama a atenção para as conexões entre a escola e o mundo econômico que, embora, não sejam totalmente novas, assumiram nas últimas 2 décadas contornos maliciosos e sutis.

## **I - GOVERNAMENTALIDADE: UM DESLOCAMENTO DA DOMINAÇÃO PARA AS TÉCNICAS DE GOVERNO E AUTORREGULAÇÃO**

O primeiro capítulo desta Tese discute, com base na perspectiva foucaultiana, a dinâmica do poder e seus modos de atuação no desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente, chamando a atenção para as (re)elaborações que ocorreram à medida que as relações e tramas sociais, políticas e econômicas foram se transformando e tornando cada vez mais complexas. A partir daí, problematiza-se a governamentalidade, uma tecnologia de exercício do poder que se apoia em uma complexa rede de mecanismos que lhe dá sustentação e possibilitou ao Estado exercer o poder político sem, necessariamente, fazer uso da coerção.

No decorrer do século XVIII, o poder soberano, legitimado pela violência como expressão máxima da autoridade do rei sobre os súditos, cedeu espaço a novos conjuntos de “táticas de governo” que têm como alvo a população e seus indivíduos. Ao invés de recorrer à imposição arbitrária, o poder passou a atuar vigiando, docilizando corpos e também conduzindo as aspirações individuais e coletivas estabelecendo, a partir de então, uma nova “arte de governar” na qual o saber econômico também passou a exercer importante peso nas relações sociais.

O processo de governamentalização do Estado, que se deu a partir da criação de um conjunto de dispositivos (a escola é um deles) possibilitou sua sobrevivência até os dias atuais, muito em função da positividade apreendida nessas formas históricas de exercício do poder (disciplina, biopoder e gestão racional de governo). Isso não significa dizer que essas novas técnicas de exercício do poder substituíram, por completo, o poder soberano. “Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (FOUCAULT, 1979, p. 291).

O advento do Neoliberalismo, com seus discursos emancipadores que por vezes até tentam incorporar uma aura libertária e conscientizadora, colocou em ação regimes de verdades que auxiliaram no aprimoramento de determinadas práticas políticas e delimitaram a atuação governamental (governa-se menos para governar mais). Para a consecução das metas propostas passou-se a estimular a formação de sujeitos livres e economicamente governáveis (inclusive através da escola), além de facilitar a livre movimentação do mercado. Destarte, a gestão estatal passou a ser avaliada basicamente em termos econômicos.

### 1.1. O esmaecimento do poder soberano

A evolução do Estado Moderno, até chegar ao formato que conhecemos hoje, teve início, segundo alguns historiadores (não há consenso), com a expansão das monarquias absolutistas na Europa do século XVII e, de lá para cá, alguns estratagemas foram elaborados com o objetivo de encontrar maneiras efetivas de se exercer o poder.

Sobre o momento do surgimento do Estado moderno, a maioria dos historiadores atuais considera que isso ocorreu em meados do século XVI, dividindo-se a minoria restante entre os que retardam para o XVII a sua ocorrência e os que a antecipam para o século XV, atribuindo aos Estados italianos do *quattrocento* o mérito da primazia (FLORENZANO, 2007, p. 16, grifo do autor).

Nas monarquias absolutistas não havia distinção entre o Estado e a figura do rei. Talvez tenha surgido desse contexto a famosa frase do monarca francês Luis XIV: “*L’État c’est moi*” (O Estado sou eu). O exemplo mais clássico de monarquia absolutista na Europa é o da França do século XVIII.

As críticas iluministas contra o poder absoluto, aos poucos, o enfraqueceu e então passou-se a defender a ideia de que todos são cidadãos, inclusive o soberano, desnaturalizando-se as práticas de abuso de poder.

A palavra *poder* (substantivo masculino) vem do latim *potere* que significa posse. Dentre os vários significados e contextos de emprego deste vocábulo (poder), o dicionário Michaelis<sup>14</sup> fornece algumas definições: “o governo de uma nação”, “imposição de obediência”, “controle total”, “domínio exercido sobre algo” ou ainda “total superioridade para governar”. Tais expressões associam de forma negativa a palavra *poder* ao Estado e aos seus aparatos de repressão. Na Europa setecentista, a soberania do rei era ainda uma tecnologia de exercício do poder amplamente empregada.

O Estado, representado pela figura do monarca, centralizava a administração do reino controlando a circulação de moedas, a arrecadação de impostos, as práticas mercantilistas, os exércitos, a religião, a terra, etc. Parlamentos enfraquecidos e a inexistência de uma constituição que limitasse o poder real permitia-lhe, inclusive, monopolizar as decisões sobre a vida ou a morte de seus súditos.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <microelis.uol.com.br>. Acesso em: 07 mar. 2019. (versão on-line).

E esta superioridade não é simplesmente a do direito, mas a da força física do soberano que se abate sobre o corpo de seu adversário e o domina: atacando a lei, o infrator lesa a própria pessoa do príncipe: ela — ou pelo menos aqueles a quem ele delegou sua força — se apodera do corpo do condenado para mostrá-lo marcado, vencido, quebrado. A cerimônia punitiva é “aterrorizante” (FOUCAULT, 1999c, p. 42-43).

A pena capital significava a expressão máxima do poder do rei sobre os súditos. O suplício, punição dolorosa caracterizada pela submissão, em praça pública, do corpo do condenado a uma violência física brutal e gradativa, aplicada de acordo com o crime cometido, tinha como objetivo intimidar a população que presenciava cenas de mutilações e torturas. A “técnica” do suplício foi utilizada não somente pelo Estado, mas também pela Igreja no período da Inquisição.

Nas cerimônias do suplício, o personagem principal é o povo, cuja presença real e imediata é requerida para sua realização. Um suplício que tivesse sido conhecido, mas cujo desenrolar houvesse sido secreto, não teria sentido. Procurava-se dar o exemplo não só suscitando a consciência de que a menor infração corria sério risco de punição; mas provocando um efeito de terror pelo espetáculo de poder tripudiando sobre o culpado [...] (FOUCAULT, 1999c, p. 49).

A partir da segunda metade do século XVIII, toda essa violência praticada começou a gerar um clima de intolerância na população. Os juristas da época, a fim de apaziguar o clima hostil entre o monarca e seus súditos, propuseram um sistema penal mais humanizado, educador e disciplinador, que tinha como objetivo corrigir os delinquentes, recuperando-os para o convívio em sociedade e preparando-os para voltar a trabalhar e produzir. Nessa proposta, as prisões não se destinavam mais somente à segregação dos criminosos a espera de julgamento ou execução de pena, mas funcionavam também como técnica disciplinar que atuava sobre o condenado, de modo a docilizá-lo e assim extrair sua máxima força produtiva, visando “não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 1999c, p. 119).

Embora existisse um aparato jurídico que legitimava o poder soberano, bem como suas arbitrariedades e privilégios, no fim da Idade Moderna a figura do rei começou a ser questionada e sua necessidade contestada.

Em síntese, a teoria soberana constitui-se a um sistema de poder monarca feudal, servindo de instrumento e justificação para constituição de monarquias administrativas. No entanto, no século XVIII, essa mesma teoria tem o papel de reconstruir, contra as monarquias administrativas e

absolutistas, um modelo de Estado parlamentar e democrático (SILVA; MORAIS, 2017, p. 279).

Esse esmaecimento do poder soberano não se restringiu somente ao sistema penal. A partir de então as relações de poder começaram a se reconfigurar, abrindo espaço para uma maior representatividade popular. A Revolução Francesa, em 1789, decretou o fim do Absolutismo na Europa e a disseminação dos ideais iluministas, nesse mesmo período, fez surgir no Ocidente novos modelos de Estado que se instituíram como monarquias constitucionais ou repúblicas. Adotou-se o sistema de tripartição dos poderes (executivo, legislativo e judiciário), que em tese, deveriam atuar de forma independente e harmônica entre si, de modo a garantir as liberdades individuais de seus cidadãos, além de coibir os abusos e a concentração de poder. Podemos dizer que essa estrutura se constituiu como base do Estado Liberal Moderno que predomina no Ocidente até os nossos dias.

Não é pretensão aqui traçar uma genealogia do Estado (ou do poder estatal), porém a partir deste ponto desnaturalizarei sua figura como sendo algo natural ou pré-determinado, entendendo-o, tão somente, como uma construção terminal, uma instância ou um dispositivo de poder.

Essa ordem social, política e econômica que se estabeleceu desde então, trouxe mudanças significativas ao conceito de soberania que já não estava mais vinculado à vontade do monarca e passou a estar relacionado aos poderes constituídos que, por sua vez, devem representar a vontade da nação. As maneiras pelas quais se exercia o poder também foram atingidas por essas importantes transformações, fazendo surgir novas estratégias que buscavam articular o exercício do poder com o desenvolvimento do capitalismo: a disciplina e o biopoder.

Por que falar do poder? Para adentrar essas diferentes concepções de poder é necessário um afastamento da ideia repressiva até então vinculada ao soberano. Embora a repressão exista, para Foucault (1979) o poder não se resume a isso. Na perspectiva foucaultiana, o poder também produz, é mutável e sua ação se adapta aos contextos social, econômico e político de cada lugar e época. Foucault (1979) evita analisar o poder pelas vias da Lei ou do Estado, recusa a ideia de que ele se exerce apenas de cima para baixo e também suas compreensões ideológicas. Para o pensador francês, o saber é a base do poder e sua atuação se dá também pelas práticas e formações discursivas que acabam penetrando nas relações sociais até seus níveis mais capilares. Sendo assim, costumo dizer que busco compreender o poder também como um construtor ou mediador, e não somente, como um determinante das relações sociais e humanas.

## 1.2. A disciplina: uma nova dinâmica no exercício do poder

Ao analisar a evolução do Estado Moderno, a partir do século XVIII, e as relevantes transformações sociais, econômicas e políticas provocadas naquele período pelo Movimento Iluminista, Foucault (1979) desenvolveu uma noção de poder apartada da ideia de dominação de uns sobre os outros. Para Foucault (1979), poder não é um objeto do qual se apropria, poder é algo que se exerce. Para ele, o que existe são “relações de poder” que permeiam toda a sociedade e, sendo assim, todos nós exercemos e sofremos sua ação que se dá também por meio de táticas e não exclusivamente pela coerção ou opressão (embora elas existam, claro).

Em suas análises, Foucault (1979) localiza características positivas na dinâmica de funcionamento do poder ao expor que este se encontra diluído em toda a malha social, atuando por meio de vários mecanismos que integram uma complexa rede de micropoderes vinculados, ou não, ao Estado. Foucault (1979, 1999a, 1999c, 2008a, 2008b) se refere às disciplinas, às tecnologias de “condução das condutas” e às verdades produzidas por discursos que estão sempre vinculados a um campo do saber (muitas vezes de natureza econômica). Para o pensador francês,

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber (FOUCAULT, 1979, p. 148).

Esse deslocamento dos modos de atuação do poder, antes centralizado no soberano, permitiu sua difusão pelo tecido social através de várias instituições como a família e a escola, caracterizando-as como dispositivos que ao mesmo tempo intensificam e escamoteiam sua eficácia.

O nascimento da prisão mudou o paradigma das punições que passaram a recair não somente sobre o corpo, mas também sobre a alma dos condenados. Ao invés de supliciar até a morte os corpos daqueles que não se enquadravam na norma, estes passaram a ser encarcerados, adestrados, docilizados e transformados em força produtiva. Surgiram aí as instituições disciplinares que controlam o tempo, o espaço e mantêm sobre constante treinamento e vigilância indivíduos que terão suas forças produtivas ampliadas.

A fabricação dos corpos dóceis se desenvolveu também no interior das escolas, hospitais, quartéis e fábricas, através de práticas que buscavam disciplinar os indivíduos com

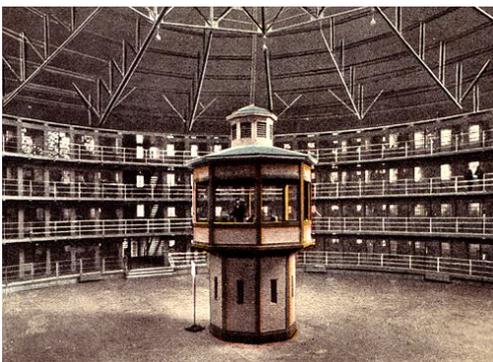
o objetivo de inseri-los na dinâmica da produção capitalista de modo a atender as demandas do Estado e do mercado.

A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente (FOUCAULT, 1999c, p. 143).

Diferentemente do que ocorre com o poder soberano, o poder disciplinar não subtrai a vida nem a riqueza. Ele adentra os indivíduos a fim de que estes aprimorem suas habilidades e se tornem mais produtivos: “o que importa é tornar mais fortes as forças sociais — aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar” (FOUCAULT, 1999c, p. 172).

A análise de Foucault (1999c) se voltou para um saber político que visava ao controle da população e seus indivíduos, objetificando o corpo humano como uma máquina produtiva, mas não somente no sentido econômico. A disciplina é também capaz de ampliar os saberes úteis para a educação, saúde e segurança que são, basicamente, os principais problemas políticos enfrentados pelo mundo desde o surgimento do Estado Moderno. Não é coincidência que fábricas, escolas, hospitais e quartéis adotem estruturas arquitetônicas similares (panóptico<sup>15</sup>). A estrutura panóptica, idealizada pelo jurista inglês Jeremy Bentham no século XVIII, potencializa o poder disciplinar uma vez que sua disposição, de permanente vigilância, faz com que os sujeitos a ela submetidos adestrem a si próprios, mesmo quando estes não têm a certeza de estarem sendo observados.

FIGURA 1: Panóptico de Bentham



Fonte: <http://wjblijvenhier.nl/13082/rotterdam-slaat-door/panopticon/>

<sup>15</sup> Modelo arquitetônico circular idealizado para prisões no qual um único vigilante é capaz de observar todos os prisioneiros.

Nesse sistema, além de vigiados, os indivíduos são avaliados e punidos de acordo com determinadas normas que sempre objetivam a otimização da produção e a construção de novos saberes. Aqui o exercício do poder se assentou em um sistema de pequenas coerções, quase imperceptíveis, e não mais na vontade arbitrária do monarca soberano.

Porém, essa mudança de paradigma no exercício do poder continuou seu aprimoramento, sendo acrescida de novos elementos que não são necessariamente relacionados à disciplina, abrangendo outras áreas inerentes ao comportamento e aos aspectos biológicos do homem, não somente em nível individual, mas também coletivo, transformando a vida da população em objeto e alvo do poder.

### **1.3. Biopoder: o foco no corpo populacional**

No sentido etimológico, a palavra biopoder significa *poder sobre a vida* ou *a vida como objeto do poder*. Na continuidade de suas análises relacionadas às tecnologias de exercício de poder, Foucault (2008b) as desloca para outra dimensão: a população. O objeto do poder agora não se restringe somente aos corpos individualizados e treinados, no que tange aos seus aspectos comportamentais e capacidade produtiva. O poder passou a se preocupar também com a população, com a grande massa de indivíduos vivos, com a vida em seus diversos aspectos e fenômenos próprios, buscando controlá-los, modificá-los, preveni-los ou até mesmo estimulá-los, o que lhe conferiu um caráter totalizante e eficaz na manutenção global da ordem social, econômica e política. À medida que o poder passou a se preocupar com fenômenos populacionais, deu-se início a uma intensa produção de saberes que estabeleceram normas relacionadas à população que são validadas por ciências como a Medicina, a Demografia e a Estatística, dentre outras, dando origem a mecanismos regulamentadores como a previdência social, a vigilância sanitária, a saúde pública, que são aparatos que se preocupam com fenômenos coletivos que podem atingir toda a massa populacional.

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (FOUCAULT, 1999b, p. 302).

A administração da população, em sua coletividade, passou a incluir a educação, segurança, saúde, taxas de crescimento vegetativo, longevidade, etc. Coube ao Estado, a partir desse ponto, controlar esses componentes mantendo-os dentro da normalidade de uma vida calculada e gerida por um poder que se alicerça no saber e revela sua dimensão biopolítica.

Como exemplos de como o biopoder tem se encarregado de problemas relacionados à população, podemos citar os casos de países que incentivam (Japão<sup>16</sup>) e outros que restringem (China<sup>17</sup>) a natalidade, ou ainda, se quisermos um exemplo atual e relacionado a uma realidade próxima, podemos citar o Brasil, que buscou a adoção de medidas legais que têm por finalidade reestabelecer o equilíbrio fiscal e atuarial do sistema público da Previdência Social, que está cada vez mais pressionado em função dos avanços na qualidade de vida alcançados nos últimos tempos, fato que têm tornado a população brasileira bem mais longeva do que há algumas décadas (logicamente este não é o único fator).

E é em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc. (FOUCAULT, 1999b, p. 291).

São exemplos simples de intervenções biopolíticas que sucedem em decorrência do controle estatístico de fenômenos inerentes à população: o aumento da expectativa de vida, as doenças mais comuns nas faixas etárias mais avançadas, os acidentes de trabalho que retiram os indivíduos, mesmo que temporariamente, do processo produtivo, fatores que logicamente exercem mais pressão nos sistemas públicos de previdência e saúde.

Busquei até aqui um afastamento de algumas concepções negativas de poder, muitas vezes associadas ao poder político/estatal, ao poder do capital ou às imposições da lei. Na concepção foucaultiana, poder e saber estão intimamente ligados e disseminados em toda malha social.

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e

---

<sup>16</sup> No Japão, a decisão de ter filhos está ligada a questões profissionais, financeiras e também culturais. Ultimamente, o Estado está oferecendo benefícios aos casais que optam por ter filhos, pois a população japonesa está decrescendo e envelhecendo.

<sup>17</sup> A China adotou a política de filho único em 1979, mas de alguns anos para cá, vem pensando em flexibilizar tal medida dado o envelhecimento de sua população.

saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas (FOUCAULT, 1999c, p. 27).

Com a instauração do Liberalismo Econômico no século XVIII, as relações de poder assumiram novos arranjos que viabilizaram o surgimento de novas técnicas relacionadas aos modos de atuação do poder que buscou, a partir de então, uma rearticulação com os novos saberes trazidos pela economia política, estimulando a produção de sujeitos economicamente governáveis.

No século XX, a expansão do modelo econômico neoliberal, principalmente a partir das décadas de 1970-80-90, também trouxe novas configurações ao exercício do poder. Se antes, o Estado tratava basicamente de ampliar suas forças e os mecanismos de controle, agora recorre à conformação de um Estado Mínimo que tenta identificar os limites da intervenção governamental, enfatizando ainda mais as liberdades individuais e a meritocracia.

Porém, isso não significou um maior relaxamento nos mecanismos de controle, mas a elaboração de novas formas de sujeição ao poder, que passou a atuar também em função do mercado e da economia, não apenas vigiando, mas estimulando e conduzindo determinados comportamentos. A lógica da empresa, da concorrência e da produtividade penetraram nas relações sociais fazendo com que a sociedade passasse a se organizar sob essa nova lógica, constituindo subjetividades sintonizadas aos princípios do mercado que passou a ser também um importante regulador social. Tanto o liberalismo como o neoliberalismo apresentaram implicações políticas, sociais, econômicas e até culturais, entretanto, me atenho aos aspectos econômicos.

#### **1.4. As sofisticadas tecnologias de “governo das condutas”, autorregulação e controle**

A partir do século XVIII (ou um pouco antes), a racionalidade governamental aprimorou seus mecanismos de poder, sempre tentando encontrar novas formas cada vez mais efetivas e menos dispendiosas para o seu exercício. Desse modo, o poder começou a se alicerçar em um conjunto de novas táticas que se dirigiam ao governo dos homens, enquanto população, promovendo a garantia das liberdades individuais para produzir, consumir e buscar a felicidade. Com isso, o Estado, paulatinamente, foi mudando positivamente sua

imagem perante a opinião pública já que sua presença na vida das pessoas não se dava somente por meio da arbitrariedade do monarca, das instituições disciplinares ou da coerção da lei. E é essa positividade que chama a atenção de Michel Foucault (1979) que vê, nesse fenômeno, o surgimento de uma nova arte de governar. Nesta nova arte de governar, “não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos” (FOUCAULT, 1979, p. 284).

Para tentar explicar essa complexa rede de relações, Foucault (2008b) cria um novo conceito, o qual ele denominou “governamentalidade”.

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008b, p. 143-144).

Num primeiro momento, pode-se conceber a governamentalidade somente em sua dimensão política, mas sem perder de vista a noção de que ela engloba vários outros aspectos da vida humana. Uma das características mais importantes da governamentalidade é a aptidão de conferir ao poder a possibilidade de decidir, a cada momento e de acordo com os cenários estabelecidos, os problemas que devem (ou não) ser geridos pelo Estado. Se entre os séculos XV e XVII, o Estado se preocupava com as riquezas e com o território, a partir do século XVIII essa preocupação também se deslocou para a população, que se transformou num importante componente político a partir do processo de governamentalização do Estado. “E esse Estado de governo, que tem essencialmente por objeto a população e que se refere [a] e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008b, p.145-146).

Para refinar o conceito de governamentalidade, Foucault (2008b) faz um recuo na história, encontrando evidências de que, nos primeiros séculos da era cristã, já existiam tecnologias similares de condução das populações empreendidas pelo poder pastoral

(condução das almas). De forma análoga, tais práticas foram resgatadas e intensificadas a partir de uma nova racionalidade governamental que tem como pano de fundo o Liberalismo e os seus processos de subjetivação (que incluem a condução econômica) voltados para a economia política vigente entre os séculos XVIII e XIX, período em que o desenvolvimento científico e a racionalidade política já marcavam o rompimento com a transcendentalidade religiosa característica da idade média.

Isso não significa dizer que o poder pastoral tenha desaparecido completamente. O Estado e a Igreja sempre tiveram influências um sobre o outro ao longo dos séculos, inclusive, confundindo-se em seus papéis, já que, muitas vezes, a Igreja excedia o controle sobre os fiéis do campo da fé para outras esferas da vida diária. Essas práticas persistiram até o surgimento da concepção de Estado Laico no século XIX (França). Em nossos dias, ainda percebemos a presença da Igreja em algumas instituições públicas como escolas, tribunais ou hospitais.

O termo laicidade aparece para marcar a continuidade da história em um período de crise, uma história construída durante o século XIX, uma história de incessante secularização, na qual Estado e Igreja vão progressivamente separando-se e aonde esta vai gradativamente sendo excluída da administração, da política, da justiça [...] (DOMINGOS, 2009, p. 49).

Diante disso, as práticas governamentais de condução das condutas e controle se efetivaram, visando basicamente, estabelecer os melhores caminhos, através dos quais, os homens fossem capazes de conduzir a si, conduzir os negócios, conduzir-se perante a sociedade no que se refere aos aspectos da vida social e política e por fim conduzir a família, que, guardadas as devidas proporções, em algum momento serviu como modelo para a boa administração econômica do Estado. De acordo com Foucault (1979, p. 281),

Governar um Estado significará portanto estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família.

Porém, o crescimento demográfico e o aumento da produção, de modo geral, na Europa do século XVIII, fez emergir o “problema da população” (FOUCAULT, 2008b, p. 138). A população com seus fenômenos característicos entraria, a partir daí, na racionalidade dos cálculos estatísticos da administração governamental que passou a ter na economia política o mais importante princípio de governo. A estatística

[...] descobre e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doentes, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra igualmente que a população comporta efeitos próprios da sua agregação e que esses fenômenos são irredutíveis aos da família: serão as grandes epidemias, as expansões epidêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra [também] que, por seus deslocamentos, por seus modos de agir, por sua atividade, a população tem efeitos econômicos específicos. A estatística, ao possibilitar a quantificação dos fenômenos próprios da população, faz aparecer sua especificidade irredutível [ao] pequeno âmbito da família (FOUCAULT, 2008b, p. 138-139).

Contudo, vale lembrar que o surgimento dessas novas técnicas de governo não pressupõe a substituição total da soberania e da disciplina. A arte de governar envolve múltiplas práticas “cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008b, p. 143).

A ideia de governo passou a ser administrar não somente as riquezas e o território, mas também a população, na medida em que a conduta dos outros passou a ser designada dentro de um certo número de possibilidades que devem ser benéficas ao Estado, ao mercado e à economia como um todo, sendo que estes últimos se transformaram numa espécie de termômetro da ação governamental.

De modo geral, o conceito de governamentalidade vinculou-se à arte de governar as coisas, as condutas individuais e coletivas, além de gerir os demais problemas de governo que surgem conforme as relações sociais, políticas e econômicas se tornam mais complexas. Com o advento do Liberalismo na segunda metade do século XVIII, o aspecto econômico passa a ter forte peso nas questões governamentais.

A lógica liberal reivindicava grande apreço às liberdades individuais e maior limitação na intervenção do Estado na/no economia/mercado, fazendo prevalecer, a partir de então, a livre concorrência e o livre comércio entre particulares, ainda que sob certa vigilância do Estado. A partir do momento em que o Liberalismo repele a presença do Estado nos processos econômicos, ele se coloca na obrigação de ser responsável por si, devendo atuar como “gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade, do jogo segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos aos perigos” (FOUCAULT, 2008a, p. 90).

Essa combinação segurança/liberdade alterou profundamente o papel do Estado que, dentro dessa nova lógica, transfere muitas responsabilidades para a população e para o mercado. Buscar-se-ia, desde então, governar menos para governar mais, interferência mínima e eficiência máxima. A crítica governamental se voltou contra o Estado controlador,

entendendo que suas ações direcionadas para o domínio de todos os fenômenos relacionados à população eram dispendiosas, injustificáveis e desnecessárias. Dito de outro modo,

[...] a questão da razão governamental crítica vai girar em torno de como não governar demais. Não é ao abuso de soberania que se vai objetar, é ao excesso do governo. E é comparativamente ao excesso do governo, ou em todo caso a delimitação do que seria excessivo para um governo, que se vai medir a racionalidade da prática governamental (FOUCAULT, 2008a, p. 18).

Porém, ao contrário do que se possa pensar, essa limitação do papel do Estado, principalmente no campo econômico, não teria como consequência ou intenção o seu enfraquecimento, muito pelo contrário, torná-lo-ia mais forte.

Neste contexto surgiu um personagem importante: o *homo oeconomicus*, um sujeito de interesses, de produção, de troca e de consumo que usufruirá de toda sua liberdade para colocar em prática os saberes que darão sustentação a esse modelo sócio-político-econômico, que é o Liberalismo dos séculos XVIII e XIX.

Já a partir da década de 1970, o resgate das ideias liberais, rebatizadas naquela época como neoliberais, nos colocou diante de um *homo oeconomicus* reconfigurado como empresário de si que busca, através do investimento em si próprio, constituir-se como um capital humano capaz de gerar sua própria renda. É desse sujeito que desejo me aproximar mais adiante em minhas análises, mas antes disso, busco também mergulhar na lógica neoliberal para tentar compreender melhor a racionalidade que lhe é inerente e os grandes desafios que ela nos impõe, principalmente sob ponto de vista econômico.

## **II – NEOLIBERALISMO: ASPECTOS ECONÔMICO-DISCURSIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO PODER POLÍTICO**

O segundo capítulo desta Tese traz uma recapitulação sobre o nascimento da economia política, baseada nas teses do Liberalismo Econômico desenvolvidas entre os séculos XVI e XVIII, cujos pressupostos básicos giravam em torno do livre mercado e da não intervenção estatal na economia.

Com a crise capitalista da década de 1970, o neoliberalismo marca o ressurgimento das ideias defendidas no Liberalismo Clássico, após algumas décadas (1930 até início dos anos de 1970) de predomínio de um modelo de Estado keynesiano<sup>18</sup> e de Bem-Estar Social (Welfare State) nas economias ocidentais, o que não significa dizer que as práticas capitalistas não se desenvolviam com vigor nesse mesmo período.

Na década seguinte, de 1980, o neoliberalismo teve seu conceito ressignificado, sendo associado a desregulamentações econômicas ainda mais profundas, como a liberdade absoluta de mercado, privatizações de empresas estatais, controle fiscal rigoroso, flexibilização nas relações de trabalho e fortalecimento do setor privado.

Esta análise tem como foco os aspectos econômicos e doutrinários do neoliberalismo, buscando também destacar a capacidade que esta tecnologia desenvolveu para produzir sujeitos com condutas econômicas sintonizadas à sua lógica de funcionamento, utilizando como táticas formações discursivas fundadas em ideais de cidadania, liberdade e autorrealização.

### **2.1. Adam Smith e suas contribuições na construção do ideário liberal**

Não há a intenção aqui de discutir profundamente a obra ou o pensamento de Adam Smith, nem tampouco trazer à baila suas variadas abordagens e interpretações, por algumas vezes apresentadas de forma simplista ou anacrônica. O objetivo é simplesmente buscar na história a origem do pensamento econômico liberal, no qual residem vários fundamentos ainda presentes no neoliberalismo contemporâneo.

---

<sup>18</sup> A Teoria Keynesiana é uma doutrina político-econômica que defende a atuação do Estado como regulador econômico e provedor de benefícios sociais. Seu principal idealizador foi o economista britânico John Maynard Keynes.

Adam Smith foi um filósofo e economista britânico nascido na Escócia (1723 – 1790). É considerado o pai da Economia Moderna e um dos principais teóricos do Liberalismo Econômico. Suas teorias ganharam importância num momento de grandes transformações científicas, sociais, políticas, econômicas e culturais, impulsionadas pelo Movimento Iluminista na efervescente Europa do século XVIII. Adam Smith tem seu nome destacado entre os grandes pensadores de uma época marcada por importantes rupturas e estabelecimento de novas ordens.

A sua obra conhecida como *A Riqueza das Nações*<sup>19</sup> (Londres, 1776) se tornou um marco, um divisor de águas no desenvolvimento do pensamento econômico, quando o capitalismo se firmava já na sua fase industrial. Durante esses quase 2 séculos e meio desde sua publicação, *A Riqueza das Nações* teve várias releituras, diferentes abordagens e sofreu muitas críticas, mas há quase um consenso entre os estudiosos que lhe atribuem a responsabilidade por uma série de mudanças nas políticas econômicas, dentre as quais, as mais relevantes são o estímulo ao livre comércio e o não intervencionismo estatal.

No círculo mais amplo dos homens públicos, a doutrina liberal de Smith também encontrou seus admiradores. Seus princípios foram gradualmente difundidos e implementados, de tal modo que, na segunda metade do século XIX, o livre comércio foi aclamado como a mais importante consequência prática de sua obra (CERQUEIRA, 2005, p. 185).

Smith (2007) teorizou, basicamente, sobre o crescimento econômico determinado pela produtividade no trabalho, que poderia ser otimizada através de mudanças na divisão e especialização dos processos de trabalho, gerando um aumento de estoque de capital e, como consequência, uma maior demanda por mão de obra que, por sua vez, elevaria os valores dos salários, melhorando as condições de vida da população, ampliando os mercados e favorecendo movimentos em direção a ciclos virtuosos de crescimento. Além disso, ele era crítico do mercantilismo<sup>20</sup> e da intervenção do Estado no campo econômico, entendendo que esta deveria ocorrer minimamente, limitando-se a questões relacionadas à defesa, justiça e infraestrutura. Naquele momento, a economia passou a ser discursivizada como uma ciência distinta e independente da política, que não necessitava de nenhum tipo de regulação externa e que seu funcionamento espontâneo já seria suficiente para gerar benefícios para toda a sociedade.

---

<sup>19</sup> Título completo da obra: *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*.

<sup>20</sup> Sistema econômico capitalista adotado na Europa entre os séculos XV e XVIII no qual havia forte intervenção estatal.

A economia política de Adam Smith não mostra simplesmente como o mercantilismo constituía um erro técnico ou um erro teórico. A economia política de Adam Smith, o liberalismo econômico, constitui uma desqualificação desse projeto político de conjunto e, mais radicalmente ainda, uma desqualificação de uma razão política que seria indexada ao Estado e à sua soberania (FOUCAULT, 2008a, p. 386).

Para Smith (2007) , trabalho e troca são aspectos intrínsecos da natureza do homem que busca sempre o interesse próprio, porém, esses interesses particulares, ao invés de se chocarem, resultariam no bem comum da sociedade, como se uma “mão invisível” conciliasse todos os interesses individuais, mantendo a ordem social e econômica, mas para que isso ocorresse, seria necessária a criação de um ambiente favorável à livre iniciativa que originou uma expressão que simboliza o Liberalismo Econômico: o *laissez faire* (vem do francês, deixar fazer). Dentro desse processo, o individualismo aparece como traço presente na construção desse sujeito do trabalho e da troca, que sempre busca o melhor para si. Segundo Smith (2007, p. 533),

Todo homem, desde que não viole as leis da justiça, fica perfeitamente livre para perseguir seu próprio interesse da sua própria maneira, e colocar sua indústria e seu capital em concorrência com os de qualquer outro homem, ou à disposição dos homens<sup>21</sup>.

É importante frisar que ao interpretar a obra e o pensamento smithiano, no que se refere ao comportamento econômico “auto interessado”, não se deve desconsiderar seus aspectos éticos e morais, os quais, ao contrário do que muitos podem pensar, também foram objetos de análise do pensador escocês. Em sua outra importante obra *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith traz “uma aguçada análise do comportamento humano e de suas virtudes, do que é bom e deve ser desenvolvido, do que é mau e deve ser descartado, do que merece adequadamente aprovação e do que deve ser desaprovado” (GANEM, 2019, p. 4).

A educação das camadas populares foi outra importante questão problematizada na obra *A Riqueza das Nações*, Terceira Parte do Livro V, Artigo II, intitulado “Das Despesas das Instituições para a Educação da Juventude”. Para Smith (2007), os indivíduos menos favorecidos economicamente deveriam ter condições de acompanhar as novas exigências dos modos de produção. Entretanto, ele não era um defensor do ensino gratuito e totalmente custeado pelo poder público, entendendo que esse tipo de recurso orçamentário, recebido pelas escolas, geraria uma certa acomodação nos mestres, que não se empenhariam para

---

<sup>21</sup> Every man, as long as he does not violate the laws of justice, is left perfectly free to pursue own interest his own way, and to bring both his industry and capital into competition with those of any man, or order of men.

melhorar suas competências e garantir seu espaço no exercício da docência. Adam Smith entendia que as escolas deveriam buscar diferentes fontes de recursos e o caminho para isso seria a construção de uma reputação de sucesso, capaz de atrair doadores e alunos pagantes, o que instauraria entre as instituições de ensino um ambiente de competição. Somente as famílias que, realmente não possuíssem recursos suficientes para financiar os processos de ensino-aprendizagem de seus filhos, receberiam alguma ajuda do Estado. Com relação aos conteúdos ensinados às classes populares, Smith acreditava que estes deveriam ser pautados pela utilidade nos processos produtivos.

É raro um negócio comum que não ofereça algumas oportunidades de aplicar os princípios da geometria e da mecânica, e que, portanto, não exercitaria e aperfeiçoaria gradualmente as pessoas comuns nesses princípios, podendo ser a introdução necessária às mais sublimes e úteis entre as ciências<sup>22</sup> (SMITH, 2007, p. 605).

Pode-se dizer que algumas ideias de Adam Smith tiveram influência nas construções curriculares e políticas educacionais brasileiras vigentes nas últimas cinco décadas, principalmente, no que tange aos conteúdos e processos de avaliação da qualidade do ensino que buscam articular em seu âmago os aspectos da vida econômica.

Se é necessário pensar em reformas curriculares, levando em conta as mudanças estruturais que alteram a produção e a própria organização da sociedade que identificamos como fator econômico, não é menos importante conhecer e analisar as condições em que se desenvolve o sistema educacional do País (BRASIL, 2000, p. 6).

Diante do exposto nesta seção, pode-se concluir que Adam Smith era um entusiasta das sociedades comerciais, das liberdades individuais, da possibilidade do homem melhorar sua própria condição de vida e da ideia de que economias abertas constituem ambientes mais favoráveis para o aumento e distribuição das riquezas. Tais elementos permanecem enfatizados no discurso neoliberal da atualidade.

## **2.2. A origem do neoliberalismo e suas transformações conceituais no decorrer do século XX**

---

<sup>22</sup> There is scarce a common trade wich does not afford some opportunities of applying to it the principles of geometry and mecanichs, and wich would not therefore gradually exercise and improve the comomn people in those principles, the necessary introduction to the most sublime as well as to the most useful sciences.

Visto por muitos como uma variante do liberalismo, o neoliberalismo é uma doutrina econômica surgida na primeira metade do século XX. Nas primeiras décadas do século XX, importantes pensadores como Hans Kelsen (jurista austríaco) e John Maynard Keynes (economista britânico) defendiam a implantação de políticas sociais e maior controle estatal sobre a economia em substituição ao *laissez faire* e por isso eram chamados de “novos liberais”.

Não há uma definição consensual sobre o termo que passou por muitas ressignificações e derivações ao longo do tempo, adquirindo inclusive uma conotação pejorativa junto ao senso comum nas últimas décadas. Dificilmente alguém se assume como um neoliberal, pois estes sempre se classificam no máximo como liberais, mas não é minha intenção aqui emitir juízo de valor sobre a doutrina e sim fazer uma breve retrospectiva histórica para depois avançar na racionalidade que a impele.

O termo *racionalidade* não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17, grifos dos autores).

A Crise de 1929<sup>23</sup> colocou sob suspeita as práticas do *laissez faire*, pois, vários economistas da época atribuíram ao livre mercado a principal causa da crise econômica desencadeada nos Estados Unidos e que contaminou muitas outras economias em escala global.

Sob o discutível argumento de que a crise foi gerada por um “excesso de produção”<sup>24</sup> (não somente isso) que ultrapassava as demandas de consumo no mercado, começou-se uma busca por alternativas de modelos econômicos nos quais se defendia a ideia de que as economias de mercado deveriam estar sob certa regulação do Estado, ou seja, uma espécie de adaptação dos princípios do liberalismo às exigências de um Estado mais regulatório. Os mecanismos propostos visando ao controle das práticas fundadoras do Liberalismo Clássico impunham certas intervenções no *laissez faire* (deixar fazer) e estas começaram a ser adjetivadas como neoliberais, porém, o que a princípio era visto apenas como uma espécie de

---

<sup>23</sup> Grande depressão econômica que teve início nos E.U.A. em 1929 e que persistiu ao longo de toda a década de 1930.

<sup>24</sup> Defensores das práticas liberais identificam as interferências estatais na economia norte-americana tais como elevação da taxa de juros e tarifação de produtos importados como sendo os principais fatores da crise de 1929.

regulamentação para o mercado (que já não era tão livre assim) acabou ganhando contornos e conceitos muito diferentes décadas mais tarde.

A gravidade da crise desse dogmatismo forçava uma revisão explícita e assumida do velho *laissez-faire*. Combater o socialismo e todas as versões do “totalitarismo” exigia um trabalho de refundação das bases intelectuais do liberalismo. É nessa conjuntura da crise econômica, política e doutrinal que se opera uma refundação “neoliberal” da doutrina que também não conduz a uma doutrina completamente unificada (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 33, grifos dos autores).

No Brasil, os impactos da Crise de 1929 também foram relevantes, tendo consequências não só econômicas, mas também desdobramentos políticos. O principal setor econômico atingido foi a cafeicultura. O café era o principal produto de exportação brasileiro na época e os Estados Unidos os principais compradores. Preocupadas com a situação econômica do setor cafeeiro, as oligarquias rurais paulistas (produtoras de café) romperam um acordo político com os mineiros (produtores de leite) indicando o paulista Júlio Prestes à sucessão do também paulista Washington Luís na Presidência da República, fato que desagradou à elite mineira. Era o fim da denominada Política do Café com Leite<sup>25</sup> que foi predominante por décadas durante a República Velha. O fim da aliança entre paulistas e mineiros desencadeou a Revolução de 1930 que, por sua vez, impediu a posse de Júlio Prestes. Com isso, o gaúcho Getúlio Vargas, aliado dos mineiros, assume provisoriamente a chefia do Poder Executivo Federal.

Para evitar uma desvalorização brusca dos preços do café no mercado internacional, o governo brasileiro adotou medidas extremas como a compra e destruição dos estoques. Uma intervenção governamental considerada necessária para mitigar os impactos de uma crise de mercado.

Na Europa, destacavam-se as Escolas de Pensamento Econômico Austríaca e Alemã. A Escola Austríaca, conhecida como Escola de Viena, baseava suas teorias na subjetividade das escolhas humanas e no *laissez faire*, tendo como um de seus principais representantes o economista Friedrich Hayek, um dos ganhadores do Prêmio Nobel de Economia em 1974<sup>26</sup>,

---

<sup>25</sup> Acordo político no qual as oligarquias paulistas (produtoras de café) e mineiras (produtoras de leite) dominavam e se revezavam na Presidência da República. Com a crise de 1929 os paulistas romperam o acordo político com os mineiros desencadeando a Revolução de 1930.

<sup>26</sup> O Prêmio Nobel de Economia de 1974 foi dividido entre Hayek e Gunnar Myrdal, curiosamente, dois rivais ideológicos.

cujas ideias tiveram grande influência nas políticas econômicas estadunidenses da década de 1980.

A Escola Alemã, também denominada ordoliberalismo, era uma escola de pensamento econômico liberal que enfatizava a necessidade de o Estado interferir, sempre que necessário, para corrigir as distorções do mercado (o prefixo “ordo” significa ordem). Seus conceitos e práticas foram adotados na Alemanha no período pós-guerra e se apresentavam como uma espécie de “terceira via” entre o capitalismo e o socialismo. O ordoliberalismo também viabilizou o expurgo do Estado Nazista que era fortemente intervencionista. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 107),

[...] sob seu aspecto positivo, a originalidade doutrinal do ordoliberalismo, no contexto histórico da reconstrução das instituições políticas alemãs após a guerra, é operar, segundo a expressão de Foucault, um “duplo circuito” entre o Estado e a economia”.

Pode-se perceber que, de modo geral, entre as diferentes correntes de pensamento econômico que se destacavam nessa época (décadas de 1930 e 1940), o neoliberalismo contemporâneo está muito mais próximo da Escola Austríaca ou mesmo da Norte-americana (Escola de Chicago), pois ambas (pelo menos na teoria) são livre-mercadistas.

De fato, seja mais pela posição hegemônica dos Estados Unidos —o grande vencedor da II Guerra—, ou mais pelo caráter radical da proposta de Chicago, ou mais pela vontade de diversificação dos mercados, ou mais pela orientação dada pelos organismos internacionais de financiamento, —ou seja por tudo isso junto— o que importa aqui é reconhecer que foi a versão norte-americana a que passou a nortear as políticas econômicas dos países do Ocidente (numa primeira fase) e, depois, praticamente de todo o mundo (VEIGA-NETO, 2000).

Contudo, o modelo de Estado que predominou no Ocidente, da década de 1930 até o início da década de 1970, foi o Welfare State<sup>27</sup> (Estado de Bem-Estar Social). Uma concepção um pouco mais alinhada ao genuíno neoliberalismo alemão, no qual, de certa forma, havia alguma articulação entre os interesses do capital/mercado e as políticas denominadas keynesianas. Porém, mesmo na sua forma mais moderada, o neoliberalismo se apresenta como “uma crítica da irracionalidade própria do excesso de governo [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 437).

---

<sup>27</sup> Modelo de Estado que atua como regulador econômico, político e social provendo a população de suas necessidades básicas como emprego, saúde, educação, segurança e previdência, dentre outros.

Paradoxalmente, um dos mais importantes preconizadores do Estado de Bem-Estar Social, o economista sueco Gunnar Myrdal, foi o outro ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1974 por sua importante participação nas políticas econômicas e sociais dos países escandinavos (Dinamarca, Suécia, Noruega).

No período compreendido entre a Grande Depressão de 1929 e a Crise Capitalista da década de 1970, várias ideias econômicas de John Maynard Keynes foram adotadas nas principais economias ocidentais, sobretudo nos países europeus atingidos pela Segunda Guerra Mundial e nos Estados Unidos, tendo sido a base para o New Deal<sup>28</sup>. Tais políticas geraram algumas décadas seguidas de crescimento econômico, porém no final da década de 1960, uma desaceleração fez com que esse estado de coisas, instrumentalizado pelas políticas keynesianas que articulavam a expansão do Estado Provedor, as negociações coletivas de salário e o pleno emprego, ficasse cada vez mais insustentável principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Em meio a este processo, acontecia a Guerra do Vietnã e a crise do petróleo, de 1973, provocando fortes impactos em várias economias no mundo, inclusive na brasileira. Nesse contexto, o modelo de Estado alicerçado nas teses keynesianas começou a ser abandonado, seguindo na direção dos preceitos neoliberais que ressurgiram sob uma nova configuração estruturada no Estado Mínimo, estabelecendo-se de forma bastante rápida, diante da incapacidade do Estado de Bem-Estar Social em dar as respostas necessárias ao seu principal problema que era o desequilíbrio fiscal e a consequente insuficiência de recursos para a realização de investimentos capazes de impulsionar a economia.

Ou seja, os três principais elementos de contexto desse desenvolvimento do neoliberalismo americano foram primeiro, é claro, a existência do New Deal e a crítica ao New Deal e a essa política que poderíamos chamar, grosso modo, de keynesiana, desenvolvida a partir de 1933-34 por Roosevelt (FOUCAULT, 2008a, p. 298).

A ordem econômica, estabelecida a partir de então, passou a se orientar pela competição entre as empresas, pela eficiência econômica advinda do livre mercado, pela não participação do Estado nos processos produtivos e pela ação da mão invisível que (re)colocaria tudo em seu devido lugar. Ao Estado caberia a função de conduzir o jogo, aprimorando os mecanismos legais capazes de lhe dar fluidez e minimizar seus riscos. Para Foucault (2008a, p. 238),

---

<sup>28</sup> Significa “Novo Acordo” – pacote de medidas econômicas implantadas durante o governo do Presidente Roosevelt nos E.U.A. em 1933 com o objetivo de recuperar a economia norte-americana da Crise de 1929.

O *Rule of Law*<sup>29</sup> e o Estado de direito formalizam a ação do governo como um prestador de regras para um jogo econômico em que os únicos parceiros e os únicos agentes reais devem ser os indivíduos ou, digamos, se preferirem, as empresas (grifo do autor).

Nesse novo contexto, a sociedade, de modo geral, passaria a se organizar como empresa.

### 2.3. A Escola de Chicago e o caso do Chile de Augusto Pinochet

Escola de Chicago era a expressão utilizada na década de 1950 para designar um grupo de economistas que lecionava no Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Um de seus principais ícones é o economista Milton Friedman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1976.

A Escola de Chicago defendia as ideias econômicas associadas ao liberalismo e rejeitava o modelo keynesiano de Estado. Os estudos lá desenvolvidos embasaram as políticas econômicas implantadas no Chile na segunda metade da década de 1970, quando o país fez a transição de um governo socialista, do Presidente Salvador Allende, para um governo “liberal”<sup>30</sup> (apenas do ponto de vista econômico), liderado pelo chefe das forças armadas chilenas, o General Augusto Pinochet, que chegou ao poder através de um golpe de estado apoiado pelos Estados Unidos em 1973.

Nos anos seguintes ao golpe de estado no Chile, em 1973, o ditador-presidente, general Augusto Pinochet, contratou um time de proeminentes economistas da linha das concepções de Milton Friedman (os quais ficaram conhecidos como "Chicago boys") e ofereceu-lhes a economia e a sociedade chilenas como um campo no qual eles podiam experimentar suas teorias. De modo a liberá-los de obstáculos a essas aplicações (obstáculos de natureza política e social), Pinochet garantiu estabilidade política durante 17 anos ao custo de repressão, terror político e crimes contra o gênero humano (PATY, 1999, p. 68).

Uma das principais ações do governo de Pinochet foi a implantação de um pacote de medidas econômicas (neo)liberais preparado pelos Chicago Boys, um grupo de economistas chilenos formados pela Escola de Chicago. Esse conjunto de medidas, que incluía privatizações (inclusive da Previdência Social), controle dos gastos do governo e abertura do

---

<sup>29</sup> Tradução: Estado de Direito.

<sup>30</sup> O governo de Pinochet é considerado liberal pela perspectiva econômica. Paradoxalmente, do ponto de vista político, foi um dos regimes autoritários mais repressores da América Latina.

mercado foi a base do modelo econômico que atualmente é denominado neoliberalismo. Vale frisar que o fechamento do Congresso chileno pelo governo militar facilitou a implantação de tais medidas. A violência da situação política que se desenhou no Chile com o golpe de estado, a instalação de um governo ditatorial e a destituição do parlamento renderam muitas críticas contra a Universidade de Chicago, associando a implementação das políticas de cunho neoliberal a regimes políticos totalitários, nos quais são minadas as possibilidades de resistências da população.

O Chile foi uma espécie de laboratório, um projeto-piloto das políticas econômicas de cunho neoliberal na década de 1970 e, embora sua economia tivesse enfrentado altos e baixos durante esse período, os resultados gerados inspiraram os Estados Unidos e a Inglaterra a adotarem modelos econômicos semelhantes, a partir da década seguinte (1980), em substituição ao Estado de Bem-Estar Social que já apresentava sinais de esgotamento. Diante desse cenário, as teses neoliberais também passaram a influenciar a visão econômica dos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que passaram a emanar suas regras com base nas mesmas diretrizes.

A agenda da “boa governança” se tornou possível pelo uso crescente dos empréstimos de ajuste estrutural, que deram ao Banco Mundial (e ao FMI) condições e instrumentos para reformar as políticas dos Estados clientes. Desse modo, governança passou a ser o slogan geral que aglutinava políticas, técnicas e saberes necessários para impulsionar e dirigir indiretamente a mudança social dentro dos Estados. É revelador que, ao mesmo tempo, o discurso das principais potências se tornasse idêntico. Entre 1990-1992, o G7, a OCDE e as agências nacionais de ajuda externa dos Estados Unidos, do Reino Unido, da França e da Alemanha passaram a pregar a “boa governança” entre atores públicos e privados, nacionais e internacionais, como panaceia universal (PEREIRA, 2018, p. 2193).

Após a redemocratização do Chile na década de 1990, sua economia se consolidou de forma organizada, o país passou a apresentar bons indicadores sociais e econômicos sendo, atualmente, a única economia sul-americana membro da OCDE<sup>31</sup> e a nação latino-americana com melhor desempenho nas últimas edições do PISA<sup>32</sup>.

Um dos pilares do propagandeado caso chileno seria o seu sistema educacional, cujos investimentos são direcionados de forma descentralizada para a educação básica, através de um sistema de vouchers no qual os pagamentos são efetuados diretamente para as escolas

---

<sup>31</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

<sup>32</sup> Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

privadas. Já nas universidades públicas, a gratuidade não é universal, havendo cobrança de mensalidades.

Existe abundante evidência empírica nesta matéria, tanto por estudos realizados no Chile como em outros países, que explicam como boa parte das diferenças de renda existentes é produzida pelo efeito da educação e seu consequente impacto na produtividade das pessoas. Assim, quanto maior o número de anos de escolaridade, maior a renda média, e os grupos de renda mais elevadas concentram-se naqueles que atingiram altos níveis de qualificação técnica ou acadêmica<sup>33</sup> (DE CASTRO, 1992, p. 140).

O caso do Chile não significa que as políticas neoliberais produzem os mesmos resultados em todo e qualquer lugar. Ainda assim vale frisar que no ano de 2019, apesar da economia chilena sempre apresentar bons indicadores macroeconômicos, o país foi sacudido por fortes convulsões sociais, como se vê a seguir.

#### **2.4. As fraturas expostas do modelo chileno**

O Chile foi o Estado pioneiro na implantação das reformas neoliberais na década de 1970 e sua imagem, a partir de então, passou a ser divulgada como sendo um modelo de desenvolvimento a ser seguido, um oásis de prosperidade na caótica América Latina.

Economia moderna, mercado livre, crescimento econômico sustentável com taxas bem mais elevadas que os demais países latino-americanos, único país latino-americano membro da OCDE e país latino-americano com melhor desempenho no PISA. Entretanto, no ano de 2019, a população chilena saiu às ruas para protestar. Um reajuste nas tarifas de transporte público foi o estopim de uma revolta contra o modelo implantado pelo governo do General Augusto Pinochet. Aliás, dos anos 2000 para cá, com o país já redemocratizado desde 1990, o Chile foi palco de vários movimentos populares. Os indicadores positivos citados acima não foram suficientes para impedir a população chilena de sair às ruas para protestar, desta vez, demonstrando com veemência seus anseios por reformas sociais.

A democracia chilena, que sempre alternou partidos de esquerda e direita no poder a partir de 1990, manteve o modelo neoliberal implantado pelo governo militar. Nesse período,

---

<sup>33</sup> Existe abundante evidencia empirica en esta materia, tanto por estudios realizados en Chile como en otros paises, que explican como buena parte de las diferencias de ingreso existentes se producen por efecto de la educaci3n y su consecuente impacto en la productividad de las personas. Asi, a mayor n3mero de a3os de escolaridad corresponde en promedio un mayor ingreso y los grupos de rentas m3s altas se concentran en aquellos que han alcanzado niveles de alta calificaci3n t3cnica o acad3mica.

alguns indicadores sociais como a taxa de pobreza e a mortalidade infantil melhoraram significativamente.

O grande volume de privatizações de empresas estatais e de serviços antes considerados direitos sociais como educação, saúde, previdência e saneamento básico transformaram o Chile em um grande balcão de negócios. Porém, a riqueza gerada nesse ambiente favorável ao movimento do capital não beneficiou toda a população como era esperado.

O sistema educacional básico é descentralizado, municipalizado e (co)pago pelo poder público através de um sistema de vouchers, entretanto, os municípios mais ricos possuem escolas mais estruturadas do que os municípios mais pobres, o que torna o sistema educacional bastante desigual. Já o sistema de saúde, utilizado pela grande maioria da população, é financiado por um fundo<sup>34</sup> mantido pelas contribuições dos segurados (trabalhadores).

A previdência no Chile é gerida por instituições privadas sob o sistema de capitalização. Essas instituições administradoras do sistema previdenciário possuem autonomia para investir os recursos captados no mercado financeiro. É como se a previdência fosse (e na verdade é) um investimento individual privado no qual incide, inclusive, cobrança de taxas de carregamento e de administração, porém, com um detalhe importante: as contribuições são compulsórias. No final da vida laboral, o segurado aposentado receberá os rendimentos provenientes dos recursos acumulados em sua poupança. Não há participação das empresas nas contribuições, apenas dos trabalhadores.

O Estado chileno supervisiona e garante as operações. As administradoras dos fundos de previdência (AFPs) são controladas por grandes conglomerados financeiros como a Metlife (Estados Unidos) e o BTG Pactual (Brasil).

Neste cenário, o mercado de capitais se tornou uma das principais atividades econômicas do Chile que é um país pouco industrializado. Ali grandes grupos financeiros internacionais se enriqueceram.

O sistema previdenciário é um dos principais motivos de insatisfação do povo chileno, pois os valores das pensões e aposentadorias concedidas por estes fundos estão muito abaixo das rendas recebidas pelos beneficiários quando comparadas com o período em que eles exerciam sua atividade profissional. Muitas vezes essas aposentadorias são inferiores ao salário mínimo.

---

<sup>34</sup> Fondo Nacional de Salud

Em suma, o Chile atual se transformou num país altamente desigual, proporciona poucas chances de mobilidade social e possui um custo de vida muito elevado. Essa combinação de fatores fez com que as manifestações de 2019 eclodissem, expondo as fissuras do modelo chileno.

Para Foucault (2008a) a voracidade da atividade econômica no neoliberalismo inviabiliza as políticas de redistribuição de renda. Estas, da forma como são racionalizadas, não passam de técnicas de gestão da pobreza. Na visão neoliberal, uma distribuição igualitária de renda subtrairia recursos dos investimentos e os destinaria ao consumo em sua quase totalidade. Foucault (2008a) comenta o problema da distribuição da renda na perspectiva neoliberal:

Em linhas gerais, é preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não trabalhem, ou que haja salários altos e salários baixos, é preciso que os preços também subam e desçam, para que as regulações se façam. Por conseguinte, uma política social que tivesse por objeto principal a igualização, ainda que relativa, que adotasse como tema central a repartição, ainda que relativa, essa política social seria necessariamente antieconômica. Uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. Ao contrário, ela deve deixar a desigualdade agir [...]. Logo, nada de igualização e, por conseguinte, de modo mais preciso, nada de transferência de renda de uns para os outros. [Mais particularmente, uma transferência de renda é perigosa quando tirada da parte da renda que é produtora de poupança e de investimento]. Por conseguinte, tirá-la seria subtrair do investimento uma parte de renda e dedicá-la ao consumo. A única coisa que se pode fazer é tirar dos rendimentos mais altos uma parte que, de qualquer modo, seria consagrada ao consumo ou, digamos, ao sobreconsumo e transferir essa parte de sobreconsumo para os que, seja por razões de desvantagem definitiva, seja por razões de vicissitudes compartilhadas, se acham num estado de subconsumo. E nada mais (FOUCAULT, 2008a, p. 195-196).

Em sua análise Foucault (2008a) nos ajuda a compreender porque a desigualdade não está no foco da racionalidade neoliberal, a não ser quando está atrelada à extrema pobreza, pois, grandes contingentes populacionais extremamente pobres não participam do mercado consumidor e essa situação não favorece a dinâmica do capitalismo de consumo. Criticadas por uns como forma de assistencialismo e defendida por outros como mecanismo de justiça social, os programas de distribuição de renda, concebidos pelos neoliberais como uma espécie de “imposto de renda negativo”<sup>35</sup>, estão revestidos de uma racionalidade que busca simplesmente inserir minimamente as camadas menos favorecidas da população no jogo do

---

<sup>35</sup> Milton Friedman (1975) foi quem propôs originalmente o Imposto de Renda Negativo em seu livro *Capitalismo e Liberdade*.

mercado de consumo, sem prejudicar o volume de recursos que devem ser destinados ao investimento ou à formação de poupança.

Voltando aos problemas previdenciários, dois fatores relacionados ao sistema chileno me chamaram bastante atenção: a obrigatoriedade das contribuições em investimentos privados e o monopólio das administradoras dos fundos de previdência. Aqui vejo duas situações que fragilizam a retórica neoliberal. Onde está a liberdade de escolha, o livre mercado e a ampla concorrência? O neoliberalismo, apesar de passar a ideia de um modelo social, político e econômico que opera dentro de uma lógica própria, neste caso apresentou contradições e incoerências que colocaram sob suspeita seus discursos.

No Chile, o êxito dos dados macroeconômicos encobriu durante muito tempo a realidade de um grande número de pessoas que ficaram à margem do desenvolvimento em decorrência da riqueza gerada não ter sido distribuída de modo mais equânime. Essa situação foi se acumulando por décadas até chegar ao ponto de explodir. Embora a desigualdade seja uma questão que não está no radar da racionalidade neoliberal, as pessoas se sentem afetadas e ignorar esse fato é uma postura que não demonstra muito bom senso. A arte do bom governo não deve desprezar a percepção da população e o governo de Sebastián Piñera (Presidente da República eleito para o quadriênio 2018 – 2022) se viu obrigado a reconhecer isso e olhar um pouco mais para dentro da estrutura social do país e das microrrelações, buscando um diálogo com os manifestantes.

A implantação de políticas neoliberais em uma economia na qual a população não esteja muito bem preparada para administrar e conduzir-se seria o mesmo que abandoná-la à própria sorte. Não é exatamente este o caso do Chile que já está nessa toada há mais de quatro décadas, mas pelo o que tudo indica, em 2019, a estrutura socioeconômica vigente rachou, evidenciando a necessidade de alguns ajustes de ordem social.

## **2.5. A expansão do neoliberalismo a partir da década de 1970**

A crise do Estado de Bem-Estar Social enfrentada principalmente pelos Estados Unidos e Inglaterra na década de 1970, criou um clima favorável ao ressurgimento dos discursos ancorados nas teses do Liberalismo Econômico, porém desta vez, reconfiguradas em uma estrutura de Estado Mínimo. Segundo analistas da época e o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), a crise do modelo keynesiano foi consequência do fortalecimento dos sindicatos e dos gastos sociais excessivos por parte do Estado. A manutenção desse Estado onerado pelas políticas sociais e de bem-estar se dava através da

instituição de altas cargas tributárias sobre o capital produtivo, medida que desestimulou os investimentos privados e gerou um quadro de estagnação econômica agravado ainda mais pelas crises do petróleo da década de 1970.

Essas crises do petróleo, somadas à insatisfação das empresas privadas com o modelo de Estado vigente, isto em razão das altas cargas de impostos cobradas pelo Estado de Bem-Estar Social, levaram à consolidação das críticas das correntes defensoras de outras concepções de Estado e de sociedade. A expansão do Estado de Bem-Estar Social começou a ser ameaçada em um momento crítico, em que a carga tributária atingiu níveis alarmantes para a lucratividade e o desempenho do setor privado, o que também cooperou para intensificar a crise no final da década de 1970 e início dos anos 1980 (VICENTE, 2009, p. 125).

Nesse contexto, o termo neoliberalismo passou então a ser usado para designar um novo conjunto de políticas econômicas que propunha implantar amplas reformas no funcionamento dos mercados e dos Estados, nas relações trabalhistas e sindicais, que se caracterizou por flexibilizações ainda mais radicais com relação ao comércio internacional e a minimização da ação estatal nos campos econômico e social, principalmente no setor produtivo, no intuito de propiciar um ambiente mais dinâmico ao fluxo de capitais.

A eleição do republicano Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos, em 1980, marcou a consolidação da direita americana e colocou em prática as proposições neoliberais por meio de medidas de austeridade, a princípio impopulares, como a redução dos gastos de governo relacionados a programas sociais e a flexibilização das relações de trabalho. Em contrapartida, foram promovidos corte de impostos para estimular a economia. Com isso, foi possível reduzir a inflação, gerar empregos e elevar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano, fatores que reconduziram Reagan a uma vitória tranquila nas eleições, de 1984, para seu segundo mandato.

Na Inglaterra, a conservadora Margaret Thatcher foi eleita Primeira-Ministra em 1979 e assumiu o governo em meio a um quadro econômico recessivo. Visando revertê-lo, adotou medidas econômicas também sintonizadas com os preceitos neoliberais, promovendo desregulamentações nos setores financeiro e trabalhista, privatizações de empresas estatais, cortes em gastos sociais e redução dos impostos diretos. Apesar de ter sofrido com a baixa popularidade no início de sua gestão, a recuperação da economia britânica também acabou reconduzindo a “Dama de Ferro”<sup>36</sup> ao segundo mandato nas eleições de 1983.

Em suma,

---

<sup>36</sup> Apelido dado pela mídia à Margaret Thatcher por causa de suas posições políticas muito firmes.

Os anos 1980 foram marcados, no Ocidente, pelo triunfo de uma política qualificada, ao mesmo tempo, de “conservadora” e “neoliberal”. Os nomes de Ronald Reagan e Margaret Thatcher simbolizam esse rompimento com o “welfarismo” da social-democracia e a implementação de novas políticas que supostamente poderiam superar a inflação galopante, a queda dos lucros e a desaceleração do crescimento (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 189).

Os casos norte-americano e britânico foram fundamentais para expansão do modelo econômico neoliberal, que começou pelos países da América Latina como a Argentina em meados da década de 1980 e o próprio Brasil em 1990, com o Presidente Fernando Collor, eleito no ano de 1989.

A partir das décadas de 1990-2000, o modelo econômico neoliberal começou a se consolidar entre as economias ocidentais. O processo de globalização econômica e a competição entre os mercados se intensificaram, o Estado de Bem-Estar Social passou por uma profunda reestruturação (ou desmonte na visão dos que defendem o Estado-Providência), obrigando as populações a se adequarem a uma realidade na qual o bem-estar, a formação educacional/profissional e o sucesso ou fracasso estariam atrelados ao investimento em si próprio e às capacidades individuais.

Nessa nova ordem socioeconômica, na qual o capital buscou os espaços antes ocupados pelo Estado, as técnicas de governo se estabeleceram com base em discursos apoiados em mecanismos de poder-saber e processos de subjetivação que através da mídia, da moda e também da escola, penetram nas relações sociais produzindo novas condutas, novos modos de pensar e agir influenciados por uma ordem discursiva de viés econômico. “Trata-se de disciplinar súditos e fazê-los produzir riquezas ou trata-se de constituir para uma população algo que seja um meio de vida, de existência, de trabalho” (FOUCAULT, 2008b, p. 40)?

Creio que a questão central desta pesquisa reside justamente nesta pergunta e suas possíveis respostas. O neoliberalismo se afirmou nas últimas 3 ou 4 décadas como um novo modo de governo dos Estados Modernos, entendendo que a população de uma nação pode ser seu maior problema ou sua fonte permanente de riqueza.

Neste contexto, a escola pública passou a ser percebida pela racionalidade neoliberal, principalmente nos últimos anos, como um eficiente canal para a formação de um novo *homo oeconomicus*<sup>37</sup>, uma forma-sujeito que emerge para dar sustentação a essa trama, cuja conduta será guiada por saberes econômicos racionais adotados conforme os cenários estabelecidos.

---

<sup>37</sup> É o indivíduo caracterizado pelo exercício de duas atividades primordiais para o capitalismo: produção e consumo.

“O *homo oeconomicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2008a, p. 201, grifo do autor).

Diferentemente *homo oeconomicus* do Liberalismo Clássico, descrito como sendo aquele que possui uma tendência natural para a troca e que busca o melhor para si, esse novo *homo oeconomicus* do neoliberalismo (sujeito de interesses), terá sua conduta econômica permanentemente estimulada conforme os interesses da sociedade, transformando-se numa espécie de parceiro do Estado, ou seja, uma antítese do *homo juridicus*<sup>38</sup> (sujeito de direitos), este último uma figura proeminente na dinâmica política, social e econômica do Estado-Providência e que, nessa nova ordem estabelecida, sofreu certo apagamento.

## **2.6. As políticas neoliberais implantadas no Brasil: será que somos tão (neo)liberais assim?**

Por mais que encontremos uma vasta literatura que problematiza a implantação de políticas neoliberais no Brasil, pode-se dizer que nossa economia é ainda muito fechada, não integrada ao comércio global, apresenta baixa competitividade, é sustentada em parte por uma quantidade significativa de empresas estatais e monopólios, além de contar com uma ampla rede de medidas protecionistas e intervencionismos, tanto nas regulações do mercado quanto nos processos produtivos, sem contar uma infinidade de direitos sociais garantidos pelo Estado que, pelo menos em tese, abrangem toda a população, independentemente da condição socioeconômica individual.

Até recentemente, as ações do governo brasileiro vinham na contramão do desafio de aumentar a produtividade do país: maiores tarifas às importações; desonerações arbitrárias de impostos, com aumento da complexidade e da insegurança tributárias; generalização de uma política de conteúdo nacional extremamente complexa; aumento da margem de preferência para compras governamentais para produtos locais para até 25%; seleção de campeões nacionais pelo BNDES; exclusividade para a Petrobras na operação do pré-sal, com participação mínima de 30% em todas as novas concessões. A consequência dessas ações foi reduzir a concorrência e assim gerar menor produtividade (BACHA, 2017, p. 24).

Talvez não se possa dizer também que, em algum momento de sua história republicana, o Brasil tenha adotado o modelo do Estado de Bem-Estar Social, porém, em

---

<sup>38</sup> Indivíduo que conta com ampla proteção social do Estado que por sua vez a chama para si como dever.

algumas fases desse período, buscou-se uma conciliação entre os interesses do capital e as demandas sociais, sendo “mais coerente considerar que, durante todo o processo histórico de formação e estruturação das formas do Estado Moderno no Brasil, não se tenha implementado mais do que apenas algumas políticas de Bem-Estar Social” (GOMES, 2006, p. 221).

Durante o governo Vargas (a partir da década de 1930 até 1945<sup>39</sup>), o Brasil passava por um processo de industrialização e, simultaneamente a este movimento de modernização da produção econômica, percebeu-se a necessidade de regulamentação das relações existentes entre capital e trabalho. Nesse período, entrou em vigor a legislação trabalhista (CLT<sup>40</sup>), foram criadas as primeiras instituições de Previdência Social e houve o reconhecimento do direito à educação primária pública e gratuita. A construção dos direitos sociais durante o governo Vargas serviu não somente para tentar apaziguar o clima de luta de classes, mas também para exercer um controle sobre a massa trabalhadora.

Vargas foi deposto em 1945 e reconduzido, anos depois, ao cargo de Presidente da República pelo voto direto, governando novamente o país de 1951 até 1954 (ano de sua morte) dando continuidade às políticas de cunho social.

Na década de 1960, os militares assumiram o governo, após um golpe de estado, que depôs o Presidente João Goulart, em 1964. A partir daí, começou uma drástica reestruturação social, política e econômica no país que teve como duas de suas principais características a perda democrática e adoção de políticas econômicas estatizantes que resultariam na chamada “Década Perdida”<sup>41</sup> (década de 1980). Segundo Portella Filho (1994, p. 103), assim foram diagnosticadas as causas dessa crise pelo Consenso de Washington<sup>42</sup>:

Investimentos públicos excessivos teriam provocado escassez na poupança disponível para o setor privado. Empresas públicas assumiram setores que poderiam ter sido ocupados pelo setor privado. A proteção do Estado às empresas nacionais teria reduzido sua competitividade externa, desestimulando as exportações. A América Latina passou a ter pouca moeda estrangeira para financiar seu desenvolvimento.

---

<sup>39</sup> Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República do Brasil na condição de principal líder da Revolução de 1930 tornando-se chefe do Governo Provisório, permanecendo no poder por 15 anos apoiando-se em movimentos políticos e atos que lhe conferiram uma imagem de ditador.

<sup>40</sup> Consolidação das Leis Trabalhistas (1943)

<sup>41</sup> Expressão que designa a década de 1980 na América Latina, caracterizada pela crise econômica de seus países assolados por dívidas externas exorbitantes, hiperinflação e déficits fiscais.

<sup>42</sup> Conjunto de medidas formuladas por organismos financeiros multilaterais no final da década de 1980 que tinha por objetivo promover o ajuste macroeconômico na América Latina.

Em 1985, após 21 anos de governos militares, o Brasil voltou a ter um presidente civil eleito de forma indireta (José Sarney<sup>43</sup>) que assume um Estado totalmente dilapidado, endividado, inchado, ineficiente e detentor de grande parte do setor produtivo, organizado por meio de uma pesada rede de empresas estatais deficitárias, com baixa produtividade, baixa capacidade de competição de mercado e que ainda afugentava os investidores.

Foi nesse cenário que surgiram os discursos privatistas endossados pelos organismos financeiros internacionais (FMI e Banco Mundial) que defendiam a transferência das atividades econômicas abarcadas pelo Estado brasileiro ao setor privado, como sendo a única solução para a crise instalada. Iniciou-se, então, a abertura dos caminhos para a agenda neoliberal brasileira que seria colocada em prática a partir da década de 1990, nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.

A década de 1990 marcou o início das políticas privatistas que ocorreram, principalmente, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a adoção de tais medidas não corroborou os discursos que anunciavam uma aceleração do desenvolvimento econômico. A vulnerabilidade às crises externas e a estagnação econômica geraram um clima de insatisfação na população que, nas eleições de 2002, conduziu opositoristas de esquerda ao poder, representados pela figura do ex-sindicalista e ícone do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva.

A chegada de Lula à Presidência da República interrompeu a onda de privatizações e retomou a implantação de políticas sociais, tais como, programas de redistribuição de renda, acesso à habitação e ao ensino superior gratuito que, a princípio, melhoraram significativamente os indicadores sociais e econômicos do país, principalmente durante seu segundo mandato (2007 – 2010). O governo Lula conseguiu, de certa forma, equilibrar as políticas sociais com medidas que visavam estimular o mercado.

Já durante o conturbado ano eleitoral de 2014, a economia brasileira, que apresentava sinais de queda nos últimos 2 ou 3 anos, desacelerou bruscamente, revelando um enorme déficit fiscal, o qual, segundo o próprio governo e a maioria dos analistas, tinha como um de seus principais fatos geradores, as contas da Previdência Social. Mesmo conseguindo se eleger para o exercício do seu segundo mandato, a então Presidente da República Dilma Rousseff, sucessora, aliada e do mesmo partido que o ex-presidente Lula, já enfraquecida pela crise econômica, acabou sofrendo um processo de impeachment (para seus apoiadores, sofreu

---

<sup>43</sup> Candidato a vice-presidente, assume a Presidência da República após morte de Tancredo Neves, ocorrida às vésperas da posse.

um golpe) motivado por questões relacionadas à improbidade administrativa, desrespeito à Lei do Orçamento e suspeitas de envolvimento em casos de corrupção junto à Petrobras.

Sua cassação ocorreu em agosto de 2016. Diante de um quadro econômico recessivo, perda do grau de investimento e um forte aumento na taxa de desemprego, seu sucessor, o Vice-Presidente Michel Temer, assumiu o Governo Federal sinalizando que as políticas econômicas dariam uma guinada à direita mais conservadora, adotando medidas econômicas mais liberalizantes e flexibilizando as relações trabalhistas.

A difícil situação, na qual se encontrava a economia brasileira, obrigou o governo empossado a promover cortes orçamentários e reformas nas relações de trabalho que impactaram negativamente a vida da população, que novamente insatisfeita, conduziu à Presidência da República o candidato da direita conservadora Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018.

Foi o prelúdio para uma retomada mais radical das políticas neoliberais, anunciada pela formação de uma equipe econômica com profissionais oriundos da Universidade de Chicago como o Ministro da Economia Paulo Guedes e o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Joaquim Levy, demitido pouco tempo depois. Os discursos da agenda neoliberal voltaram à pauta, cogitando-se a privatização de empresas estatais e cobrando-se a retomada do equilíbrio fiscal que, segundo informações veiculadas na mídia, seria atingido através da reforma do sistema de Previdência Social aprovada em 2019, da reforma tributária e da reforma administrativa do Estado, condições indispensáveis para a retomada dos investimentos no país de acordo com a opinião de vários analistas.

Sempre que as crises fiscais se sucedem, as duras medidas de caráter neoliberal se apresentam como solução e, por serem quase sempre impopulares, muitas vezes são implementadas a toque de caixa, preferencialmente sem passar pelo crivo da opinião pública.

Confrontadas com o que, não raro, é a mais grave crise econômica das suas histórias, nações de todos os quadrantes são chamadas a mergulhar e perseverar. São exortadas a mergulhar em reformas sobre as quais apenas uma coisa pode ser conhecida com segurança: elas piorarão a situação da maioria das pessoas por algum tempo. Recomenda-se enfaticamente a elas que atoplem o processo democrático, pela introdução de reformas com tal rapidez que os cidadãos não tenham tempo de se mobilizarem eficazmente contra elas (PRZEWORSKI, 1993, p. 209).

É importante frisar que o neoliberalismo opera não somente com base em determinismos e pressupostos econômicos, mas também através de discursos de verdade que

se naturalizam e conduzem as pessoas a se comportarem de determinadas maneiras, administrando suas vidas de acordo com princípios de mercado, pautados pelo investimento em si mesmo, pela competição entre empresas, indivíduos e demais instituições. Dito de outro modo, a racionalidade neoliberal desloca seu *modus operandi*<sup>44</sup> da figura do governante para o comportamento dos que são governados, produzindo as condutas necessárias ao seu funcionamento. Trata-se de um conjunto de processos de subjetivação que “tende a estruturar e a organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

No que se refere ao aspecto econômico, a escola pública pode servir como um canal bastante eficaz na persecução dos objetivos fixados, já que abriga grande parte da população jovem que, uma vez submetida a determinadas tecnologias, adotará um comportamento econômico justificado, adaptável às constantes mudanças, independente das benevolências do Estado e capaz de contribuir para tirar a economia da recessão ou mantê-la em crescimento constante.

As tecnologias políticas das quais fala Foucault, e em particular as que operam no liberalismo e neoliberalismo, produzem *modos de existência*, pois através delas os indivíduos e coletivos se subjetivam, adquirem uma experiência concreta do mundo. Seu propósito é, portanto, a *autorregulação* dos sujeitos: conseguir que os governados façam coincidir seus *próprios* desejos, esperanças, decisões, necessidades e estilos de vida com objetivos governamentais fixados de antemão<sup>45</sup> (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 13, grifos do autor).

Nessa trama, as respostas dadas pela população são fundamentais para se atingir as metas propostas.

## 2.7. O avanço do capital na gestão estatal

Quando são realizados os fóruns internacionais (como por exemplo, o de Davos, realizado todos os anos na Suíça, desde a década de 1970) reúnem-se chefes de estado, ministros de estado, representantes de grandes empresas multinacionais, conglomerados

---

<sup>44</sup> Expressão em latim que significa “modo de operação”.

<sup>45</sup> Las tecnologías políticas de las que habla Foucault, y en particular las que operan en el liberalismo y el neoliberalismo, producen *modos de existencia*, pues a través de ellas los individuos y colectivos se subjetivan: adquieren una experiencia concreta del mundo. Su propósito es, por tanto, la *autorregulación* de los sujetos: lograr que los gobernados hagan coincidir sus *proprios* deseos, esperanzas, decisiones, necesidades y estilos de vida con objetivos gubernamentales fijados de antemano.

financeiros, organizações não governamentais, intelectuais e jornalistas de várias partes do mundo para debater assuntos de interesse global relacionados às questões sociais, ambientais e, sobretudo econômicas.

No que tange aos seus aspectos econômicos, os fóruns internacionais funcionam também como uma espécie de workshop, no qual, instituições e governos que possuem interesses comuns ou complementares buscam parcerias ou acordos comerciais que possam beneficiar as partes envolvidas. São grandes investidores buscando ambientes atrativos para empregar seus capitais e economias de mercado que tentam atrair esses investimentos para potencializar seu crescimento e a geração de emprego e renda.

Quando um grande investidor internacional olha para o mapa mundi para escolher onde seu capital será investido, ele analisa uma série de aspectos como segurança jurídica, estabilidade política, equilíbrio das contas públicas (equilíbrio fiscal), taxas de juros praticadas, nível de interferência estatal na economia, tanto dos mecanismos regulatórios quanto nos processos produtivos, produtividade dos trabalhadores medida pelo nível de escolarização técnica ou acadêmica, carga tributária, custo da mão de obra, mercado consumidor, infraestrutura, oferta de recursos naturais, dentre vários outros, ou seja, para uma economia se transformar em um ambiente atrativo para o capital global, ela precisa oferecer uma série de requisitos que são apreciados pelo investidor. Isso equivale a dizer que o capital acaba interferindo no ordenamento jurídico e determinando quais devem ser as políticas adotadas pelos governos, caso estes desejem que suas economias se tornem receptoras destes investimentos.

Devido à total e inexorável disseminação das regras de livre mercado e, sobretudo, ao livre movimento do capital e das finanças, a “economia” é progressivamente isentada do controle político; com efeito, o significado primordial do termo “economia” é o de “área não política”. O que quer que restou da política, espera-se, deve ser tratado pelo Estado, como nos bons velhos tempos — mas o Estado não deve tocar em coisa alguma relacionada à vida econômica: qualquer tentativa nesse sentido enfrentaria imediata e furiosa punição dos mercados mundiais (BAUMAN, 1999, p. 74).

Apenas para ilustrar, cito como exemplos algumas práticas econômicas que causam aversão nos investidores que detêm o grande capital: o primeiro exemplo é a grande presença de empresas estatais no setor produtivo, pois estas distorcem a competição no mercado por receberem subsídios e proteções governamentais; o segundo exemplo é o déficit fiscal que reduz a disponibilidade de recursos financeiros que poderiam ser investidos no setor

produtivo, uma vez que estes acabam sendo direcionados para o financiamento da dívida pública; o terceiro são os direitos trabalhistas que encarecem o custo da mão de obra.

Um estudo intitulado “Estratégia para C, T & I em São Paulo: promoção do investimento direto estrangeiro para o estado de São Paulo”, executado pela Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Estadual Paulista analisou as estratégias que atraem ou podem atrair o investimento estrangeiro nas áreas de pesquisa e desenvolvimento. O Brasil, apesar de alguns entraves, situa-se entre os países que atraem empresas multinacionais principalmente pelo tamanho do mercado, entretanto, algumas questões ainda necessitam de ajuste.

Entre os itens que desfavorecem o Brasil, estão o baixo domínio da língua inglesa, insegurança em relação às questões relativas à propriedade intelectual e à segurança patrimonial, instabilidade política e econômica, custos e burocracia para importação, dificuldades nas relações entre universidades e institutos de pesquisa com as empresas e oferta restrita de recursos humanos qualificados. Ou seja, a principal vantagem do país, que é a mão-de-obra qualificada esbarra na questão da quantidade. E mão-de-obra qualificada em quantidade é uma preocupação dos investidores para ampliar a escala de atividades rapidamente no país que escolher para as suas subsidiárias (PALLONE, 2007, p. 20-21).

Com relação às políticas educacionais isso não é diferente. Os sistemas de avaliação da qualidade da educação, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), produzem efeitos de verdade, determinando sutilmente o que deve ser ensinado e que tipo de sujeito deve ser formado. Esse aspecto também é levado em conta pelo investidor que vê a produtividade e a qualidade da mão de obra disponível naquele mercado.

Portanto, o PISA (a par de outras avaliações internacionais de larga escala) é interpelado no quadro da problemática sociológica e histórica dos "sistemas de ideias" que ordenam a produção e a legitimação do conhecimento e da verdade em educação. Tom Popkewitz (University of Wisconsin-Madison, Estados Unidos) e Sverker Lindblad (University of Gothenburg, Suécia) conduzem, desse modo, o leitor para outra compreensão das dimensões culturais e políticas do PISA: uma compreensão que, como escrevem, não quer discutir nem a benignidade nem a utilidade das estatísticas, mas dar a perceber as "práticas culturais" implicadas na administração das populações nas sociedades modernas como "um modo particular de pensar o governo das sociedades modernas". A jusante, os autores mostram como esse modo de governo do social "fabrica" (material e ficcionalmente) "tipos particulares de pessoas", com reportórios, perfis e percursos de vida esperados, susceptíveis de serem administrados pelo dispositivo escolar (CARVALHO, 2016, p. 606-607).

Os grandes investidores sempre buscam economias mais flexíveis e desenhadas conforme o modelo neoliberal e isso inclui também uma população bem-educada

economicamente. Suas decisões baseiam-se em cálculos precisos e previsões minuciosas elaborados de forma fria e racional. Os governos de países cujas economias estão em fase de desenvolvimento e não dispõem de recursos suficientes para se autofinanciarem acabam não tendo muita escolha, a não ser que optem por políticas isolacionistas, algo quase inconcebível no mundo globalizado de nosso tempo.

De tal modo, o neoliberalismo defende a estrutura do Estado Mínimo e a redução dos gastos sociais, pois uma ampla rede de proteção social, além de onerar o Estado, desestimula a formação de poupança nacional (quantia de recursos disponíveis para financiar investimentos). Destarte, podemos compreender os motivos pelos quais as economias com orientações ideológicas à esquerda provocam tantos receios nos investidores, ao passo que as economias liberais são bem vistas pelo mercado.

O neoliberalismo nos coloca diante de uma teoria capitalista que avança sobre a gestão do Estado. A sua racionalidade é relativamente simples: quanto maior é o Estado, maiores são seus gastos, maior é a carga tributária, mais caros são os bens produzidos e menos competitividade estes terão no mercado. Ou quanto maior é o Estado, maior é a carga tributária e menor é a renda disponível para o consumo; quanto maior é o Estado, maior é a burocracia. A lógica expressada pelo discurso neoliberal se naturaliza e produz verdades de difícil desconstrução.

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”) (FOUCAULT, 1979, p. 13).

No que diz respeito à educação, há pelo menos duas décadas, observamos modos de regulação das políticas educacionais de abrangência transnacional que, em nome de uma presumida qualidade, classificam e vinculam os indicadores educacionais apresentados por diferentes países às possibilidades de inserção profissional, capacidade produtiva e nível de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, em suma, esses indicadores produzem dados sobre a competitividade dos países participantes no mercado internacional. Cabe a cada país tentar se adequar ou não.

Diante do exposto, pode-se perceber como o capitalismo neoliberal avança na gestão estatal, determinando as regras do jogo, flexibilizando normas (econômicas, trabalhistas, ambientais) e fabricando sujeitos educados que saibam se comportar dentro da sua lógica.

Neste cenário, o fator humano assume papel primordial uma vez que é a racionalização e a normalização de suas práticas que sustentará toda a trama.

### **III – A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E SUA RESSIGNIFICAÇÃO NA RELAÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORANÊA**

O conceito de Capital Humano foi desenvolvido e popularizado no Departamento de Economia da Universidade de Chicago na década de 1950 pelo economista norte-americano Theodore William Schultz<sup>46</sup> (1902 - 1998), ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1979. Seu fundamento principal se apoia na ideia de que o fator humano é preponderante na otimização dos processos produtivos, sendo a qualificação da mão de obra, por meio da educação, capaz de proporcionar um ambiente favorável ao alcance de estágios mais elevados de desenvolvimento socioeconômico. Essa premissa não é totalmente inédita, pois, Adam Smith já concebia os talentos e habilidades humanas como bens aos quais se deve atribuir valor econômico.

Ao ser trazida para o campo educacional, a Teoria do Capital Humano (TCH) vinculou-se ao aspecto tecnicista da educação, ou seja, passou a relacionar-se com a melhoria da produtividade em decorrência da aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos ao longo do tempo, por meio de investimentos realizados pelo poder público, pelo setor privado e também pelo próprio indivíduo (capacitação, treinamento e escolarização).

A expansão do modelo econômico neoliberal, a partir da década de 1990, trouxe para outras esferas de nossa vida, valores e saberes de natureza econômica que adquiriram um *status* normativo no que se refere aos nossos comportamentos e condutas. Nesse contexto, somos permanentemente subjetivados com relação a alguns aspectos de nossa conduta econômica (formação, trabalho, consumo, investimentos, etc.) e a escola pública, ao lado de outras instituições, pode ser concebida como um eficiente dispositivo de governamentalidade, no que se refere à disseminação de saberes e práticas pautados pela racionalidade neoliberal, buscando produzir um estoque de capital humano constituído por sujeitos capazes de impulsionar o crescimento das economias de mercado.

#### **3.1. O capital humano entendido como um dos pilares de sustentação das economias de mercado**

---

<sup>46</sup> Schultz foi o principal ou mais famoso precursor da Teoria do Capital Humano, porém seus estudos foram ampliados por Gary Becker e Jacob Mincer. Seus princípios estão conectados com os modos de objetivação e subjetivação instituídos pelo neoliberalismo norte-americano.

Os estudos e teorias sobre desenvolvimento econômico sempre tiveram, como um dos seus maiores desafios, tentar compreender os principais fatores que o determinam e assim justificar as disparidades existentes entre diferentes países ou regiões.

Alguns estudiosos, influenciados pela economia clássica, entendiam até a primeira metade do século XX, que o crescimento econômico se dava basicamente em função dos fatores de produção (mão de obra, terras, recursos naturais, máquinas, etc.), ou seja, disponibilidade de capital físico. O avanço científico e tecnológico, em curso já há bastante tempo, mesmo se considerarmos aquela época (década de 1950), começou a revelar certa insuficiência nessa teoria, uma vez que países pouco privilegiados em termos territoriais atingiram patamares mais elevados de desenvolvimento, quando comparados a outros países que detinham grandes vantagens relacionadas ao capital físico, como terras e recursos naturais abundantes. Ao analisar este cenário, importantes economistas do século XX como Robert Solow<sup>47</sup> e Joseph Schumpeter<sup>48</sup>, já propunham romper com essa ideia, entendendo que ela não era suficiente para determinar os diferentes estágios de desenvolvimento econômico, passando a defender o desenvolvimento científico-tecnológico como principal fator de crescimento. Obviamente, ciência e tecnologia estão diretamente ligadas ao fator humano, pois

[se] inovação existe, isto é, se se encontram coisas novas, se se descobrem novas formas de produtividade, se se fazem invenções de tipo tecnológico, tudo isso nada mais é que a renda de um certo capital, o capital humano, isto é, o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem (FOUCAULT, 2008a, p. 318).

Dentro desse mesmo contexto e época (década de 1950), surgiu uma “nova” teoria que considerava a educação outro importante fator de desenvolvimento econômico: a Teoria do Capital Humano. Desenvolvida no Departamento de Economia da Universidade de Chicago nas décadas de 1950 e 1960, a partir dos trabalhos realizados por Theodore William Schultz, a Teoria do Capital Humano passou a ser propagada e popularizada como sendo uma das explicações fundamentais para justificar as desigualdades econômicas existentes no mundo.

Os princípios básicos dessa teoria não eram totalmente inéditos. Em sua obra *A Riqueza das Nações*, o próprio Adam Smith também já demonstrava considerar as habilidades laborais, adquiridas pelos trabalhadores por meio da educação, como um fator gerador de

---

<sup>47</sup> Economista estadunidense ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1987.

<sup>48</sup> Economista e cientista político austríaco (1883 – 1950).

riquezas tão importante quanto a terra ou os bens de capital. De acordo com Smith (2007, p. 217),

[a] aquisição de tais talentos, por conta do adquirente durante sua educação, estudo ou aprendizagem, sempre custa uma despesa real, que é um capital fixado e realizado, por assim dizer, em sua pessoa. Esses talentos, como fazem parte de sua fortuna, também fazem parte da fortuna da sociedade à qual ela pertence. A destreza aprimorada de um trabalhador pode ser considerada como uma máquina ou instrumento de comércio que facilita e reduz o trabalho, e que, embora custe certa despesa, a reembolsa com lucro<sup>49</sup>.

Nesse período (década de 1960) em que se vivia a Era de Ouro do Capitalismo<sup>50</sup>, a escola, de modo geral, começou a se afastar mais claramente das tradicionais concepções humanistas e passou a sintonizar-se com as tendências tecnoprodutivistas, associando-se à ideia de que os avanços educacionais seriam evidentemente capazes de ajudar a promover, de forma mais sólida, o desenvolvimento econômico de uma nação. Destarte, a educação deixou de ser considerada meramente um bem de consumo ou mesmo um direito social, adquirindo o *status* de um bem de capital que possui valor econômico, cujos investimentos (públicos e privados) devem ser geridos de forma racionalizada e com vistas ao favorecimento dos processos produtivos, da geração de renda e das escolhas de consumo.

Em suma, a estreita interface dessa teoria do Capital Humano com a educação está, portanto, na importância que a primeira atribui à segunda, no sentido desta última funcionar como investimento cuja acumulação permitiria não só o aumento da produtividade do indivíduo-trabalhador, mas também a maximização crescente de seus rendimentos ao longo da vida (COSTA, 2009, p. 177).

A educação, no que se refere ao nível de qualificação profissional da população, assumiria como funções primordiais o estímulo à economia, o aumento da produtividade e a redução dos custos, por meio da aplicação de novas técnicas, possibilidades de maiores ganhos aos trabalhadores, e conseqüentemente, a redução das desigualdades.

---

<sup>49</sup> The acquisition of such talents, by maintenance of the acquirer during his education, study, or apprenticeship, always costs a real expense, which is a capital fixed and realized, as it were, in his person. Those talents, as they make a part of his fortune, so do they likewise of that of the society to which he belongs. The improved dexterity of a workman may be considered in the same light as a machine or instrument of trade which facilitates and abridges labour, and which, though it costs a certain expense, repays that expense with a profit.

<sup>50</sup> Período de forte crescimento econômico, nos países ocidentais, ocorrido entre o pós-guerra (1945) e o início da década de 1970.

Partindo da premissa central de que o homem educado produz mais, a TCH afirma que a educação adquirida – que seria representada por novas habilidades e maior capacidade produtiva – se incorporaria ao homem como seu “capital”, ou seja, aumentaria sua capacidade de gerar renda. Preconiza que habilidade e conhecimento de uma pessoa constituem uma forma de capital, porque tais qualidades aumentam sua produtividade, rendendo-lhe benefícios econômicos (AGUIAR, 2012, p. 19).

Para os teóricos da TCH, as práticas adotadas por uma população bem-educada não reverberam somente no aspecto produtivo ou econômico, mas também promovem resultados positivos em outros aspectos da vida humana como melhorias nos cuidados com a saúde, acesso a conhecimentos relacionados ao planejamento familiar e também maior conscientização política, o que no final sempre acaba impactando o aspecto econômico. Todos esses fatores citados estão diretamente relacionados ao problema da governamentalidade.

A Teoria do Capital Humano ampliou o conceito de capital que, a partir de então, não estaria restrito somente ao aspecto físico, abrangendo também a constituição dos sujeitos. Essa nova visão que deslocou a educação da esfera social para o interior da análise econômica pode causar certa estranheza, pois, atribuir valor de capital ou material ao ser humano é algo que vai contra concepções morais, filosóficas e até religiosas fortemente presentes em nossas sociedades.

A característica distintiva do Capital Humano é a de que é ele parte do homem. É *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido, não como um elemento de ativo que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo. Desses atributos básicos do capital humano surgem muitas diferenças sutis entre o capital humano e não-humano, que explicam o comportamento vinculado à formação e à utilização dessas duas classes de capital (SCHULTZ, 1973, p. 53, grifos do autor).

A partir da década de 1980, o conceito de Capital Humano foi adotado pelos organismos multilaterais internacionais (OCDE, FMI, BIRD<sup>51</sup>, etc.) e vinculado ao pensamento neoliberal vigente.

---

<sup>51</sup> Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.

No Brasil, a Teoria do Capital Humano teve grande influência na reestruturação produtiva do país e nas reformas educacionais implantadas já a partir da década de 1970 com a instituição da Lei nº 5.692/1971, que preconizava o ensino técnico, e, posteriormente, com a sanção da Lei nº 9.394/1996, que visava realinhar a educação brasileira às demandas da economia global.

Passadas praticamente 6 décadas, a Teoria do Capital do Humano teve seus conceitos ressignificados diante das transformações econômicas ocorridas nesse período. Se seu conceito básico, até a crise capitalista da década de 1970, serviu para justificar a ideia de que era necessário gerar estoques de mão de obra qualificada, através de investimentos em educação, para suprir as necessidades de uma economia capitalista que se expandia ano após ano, posteriormente, seus princípios também se deslocaram no sentido de estimular os sujeitos, desde a fase escolar básica, a exercerem a liberdade de escolha para adquirir os saberes considerados necessários para habilitá-los na competição pelas vagas disponíveis no mercado de trabalho, ou mesmo, torná-los capazes de gerar seu próprio emprego ou sua própria renda, em ambos os casos, estimulando comportamentos individuais, dentro dos quais, os sujeitos devem se conduzir sob a lógica da empresa, em uma sociedade que também funciona dessa forma.

No neoliberalismo - e ele não esconde, ele proclama isso-, também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo [...] (FOUCAULT, 2008a, p. 310 - 311, grifos do autor).

Atravessamos tempos nos quais a estrutura socioeconômica está fortemente caracterizada pelo desemprego estrutural, fato decorrente das diversas mudanças ocorridas na organização econômica e dos avanços tecnológicos. A má distribuição da renda e a desigualdade social e de oportunidades, a princípio, não estão no foco do modelo econômico neoliberal, cujas preocupações primordiais estão relacionadas ao controle inflacionário, ao equilíbrio fiscal e à flutuação cambial. Para os neoliberais primeiramente se cresce para depois distribuir.

Nas últimas 2 décadas e, principalmente no período pós-crise de 2008, a Teoria do Capital Humano vem se vinculando a um saber-empendedor, a uma cultura empreendedora que de várias formas está impactando as constituições dos sujeitos nas mais variadas esferas

da sociedade e de forma especial, o sujeito-professor e o sujeito-aluno que, através da escola, são submetidos a processos de subjetivação que defendem o desenvolvimento de competências e habilidades valorizadas pelo mercado de trabalho, sejam elas de natureza técnica ou empresarial.

De certo modo, a TCH transfere para o sujeito a responsabilidade de manter-se ativo economicamente, sendo “ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (FOUCAULT, 2008a, p. 311).

A Teoria do Capital Humano toma o trabalho como objeto de análise de uma maneira bastante distinta da economia clássica, afastando-se da noção quantitativa e da concepção de uma força de trabalho que é expropriada pelo capital, com o objetivo único de gerar lucros. Na perspectiva neoliberal chicaguista<sup>52</sup>, parte-se de uma noção qualitativa, na qual o trabalho é analisado com base na racionalidade de um sujeito econômico ativo (trabalhador), cuja renda nada mais é do que o retorno financeiro recebido por uma competência, ou “capital-competência” (FOUCAULT, 2008a, p. 310), que é inseparável de quem o possui.

### **3.2. O investimento em capital humano**

O entendimento de que a educação deveria ser vista não como uma despesa ou objeto de consumo, e sim como investimento<sup>53</sup>, acabou por colocar o tema na mira da análise econômica, fazendo surgir uma área de estudos denominada Economia da Educação, nas décadas de 1950 e 1960, cujas raízes mantêm estreitas relações com a Teoria do Capital Humano.

O interesse, creio, dessa teoria do capital humano está no seguinte: é que essa teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico (FOUCAULT, 2008a, p. 302).

Não raramente, são publicados estudos que correlacionam os níveis de escolaridade com os níveis de produtividade e renda dos trabalhadores. Como exemplos podem ser citadas

---

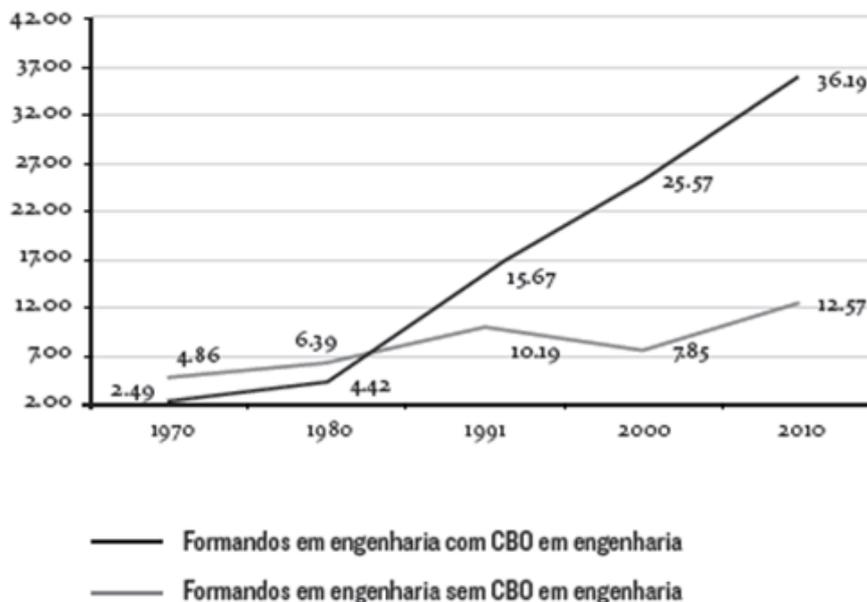
<sup>52</sup> Referente à Escola de Chicago.

<sup>53</sup> Muitas instituições de ensino superior privadas divulgam seus cursos anunciando o valor da mensalidade como “valor do investimento”.

as frequentes publicações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD - que trazem dados que subsidiam outros estudos nessa área.

Os estudos sobre assuntos econômicos relacionados à educação normalmente trazem estimativas de valores que devem ser investidos pelo poder público no setor, apontam quais níveis da educação (fundamental, médio, superior ou pós-graduação) demandam mais investimentos, propõem a criação de fundos de financiamento e, com base nas análises de dados coletados, tenta-se projetar quais serão os impactos futuros dos investimentos realizados no que tange ao desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Posso citar, como exemplo, o boom das engenharias em meados da década de 2000. O Ministério da Educação (MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) se mobilizaram para ampliar a oferta de cursos de Engenharia principalmente na rede privada de ensino superior, prevendo que, nos anos que estavam por vir, o país atingiria o pleno emprego e a falta de mão de obra nessa área poderia frear as estimativas de crescimento econômico. Por conta dessa previsão, o Brasil estabeleceu políticas educacionais que aumentaram consideravelmente o estoque de engenheiros.

GRÁFICO 1 - Estoque de formados em engenharia por 10.000 habitantes, em ocupações típicas e não típicas.



Fonte: LINS et al., 2014, p. 63<sup>54</sup>

<sup>54</sup> LINS, L. et al. Escassez de engenheiros no Brasil? Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 98, 2014. Imprensa ISSN: 0101-3300. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/n98/04.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2020.

Schultz (2007) concebe a educação como um investimento que pode ser adquirido, mas não pode ser vendido, é inegociável e indissociável de quem o porta, acompanha o sujeito por toda sua vida convertendo-se em uma fonte de rendimentos futuros. Proporciona ao seu detentor possibilidades de usar a expertise na otimização da produção e a assertividade nas escolhas de consumo e investimento. A TCH sempre objetiva o desenvolvimento e o crescimento econômico, mas para que ocorra o aumento da riqueza, entende que é necessário o investimento no fator humano e, conseqüentemente, a distribuição mais equânime dessa riqueza estaria atrelada à produtividade de cada indivíduo.

Para os neoliberais a distribuição não é justa nem injusta, ela é proporcional à produtividade de cada um. Quem produz menos, logicamente, receberá uma fatia menor do bolo. Assim tenta-se justificar a lógica dessa teoria que, pelo menos em tese, tenta equalizar as oportunidades através da educação e promover a mobilidade social. Isso pode soar de modo contraditório se tomarmos o capitalismo somente como um modelo econômico que se sustenta com base na exploração do trabalhador que não possui outra alternativa, senão vender sua força de trabalho. Entretanto, temos que pensar também em outras faces do funcionamento do capitalismo contemporâneo seja com que roupagem ele se apresente.

Se analisarmos sua dinâmica de acumulação pela perspectiva do consumo de massa (bens, mercadorias e serviços) é desejável que o número de pessoas inseridas no mercado consumidor seja o maior possível, melhor dizendo, quanto menor a taxa de desocupação e menos desigual for a distribuição da renda, mais consumidores aptos existirão. Para o capitalismo de consumo esse é o melhor dos mundos.

Outra face é o deslocamento do capital para o rentismo, o que, pelo menos em tese, também deveria direcionar recursos para a produção/investimento através da comercialização de títulos (públicos ou privados). Porém, no capitalismo financeiro existe também a especulação, que é uma prática bastante comum principalmente em economias menos desenvolvidas e mais voláteis. Quero dizer que o capital não sobrevive única e exclusivamente da exploração direta de mão de obra e os capitalistas já perceberam isso há muito tempo. Sendo assim, a não exploração da força de trabalho passou a ser um problema maior que a própria exploração.

Outro ponto que é importante ressaltar: nas economias de mercado mais desenvolvidas e consolidadas os juros básicos são extremamente baixos, às vezes, até negativos, justamente para estimular os investidores a direcionarem seus recursos para o setor produtivo de forma direta ou indireta, além de que, nesse cenário de juros baixos, as pessoas também se sentem mais estimuladas a consumir. Em suma, o capitalismo neoliberal também é

motivado por uma racionalidade percebida de forma positiva pela opinião pública e não somente pela exploração. O discurso neoliberal sempre nos faz crer que é possível atingir o fim ao qual nos propomos desde que saibamos competir.

Busquei, aqui, expor o meu entendimento da racionalidade que move o capitalismo, atualmente revestido de sua forma neoliberal. A TCH é uma teoria capitalista, desenvolvida e difundida pela Escola de Chicago que, por sua vez, é o berço do neoliberalismo norte-americano. A principal crítica recebida por esta teoria é, justamente, esse deslocamento da educação da esfera social para a lógica de mercado, atribuindo-lhe valor econômico e conferindo-lhe o *status* de investimento. A TCH propõe que os sujeitos, por ela atravessados, sejam capazes de buscar melhores as condições de trabalho, vida, renda e ascensão social, e, ao contrário do que se possa pensar, esses interesses não se chocam com os interesses do capital, muito pelo contrário, os complementam na medida em que este sujeito se tornará mais produtivo, consumirá de modo mais consciente e investirá melhor seus recursos. Em suma, desenvolverá comportamentos convenientes ao próprio modelo capitalista.

No neoliberalismo, as políticas entendidas como “sociais” nunca são exclusivamente centradas na população. Ainda que estas políticas beneficiem a população, elas também são pensadas para produzir resultados benéficos para o mercado e para o Estado. “Formar capital humano, formar portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais” (FOUCAULT, 2008a, p. 315).

Entretanto, não se pode perder de vista que quando se fala em investimento, fala-se também em uma demanda de recursos (financeiros ou não).

A crise do Estado de Bem-Estar Social revelou sua incapacidade de manter o nível de investimentos em políticas públicas, inclusive na educação. Como a própria racionalidade neoliberal rejeita em certa medida (exceção feita em casos estritamente necessários) a iniciativa estatal de financiar políticas públicas, transferindo-as para o mercado através das privatizações dos serviços públicos, o próprio mercado encarregou-se de estabelecer as diretrizes dos investimentos educacionais com base em regras advindas do Banco Mundial e outros órgãos multilaterais como a OCDE, por exemplo. Tanto os investimentos privados quanto os públicos, em educação, acabam sendo deliberados conforme as tendências ou necessidades da economia. Enquanto a rede pública de educação não conseguir apresentar, nas avaliações, os resultados esperados pelo mercado, os discursos privatistas se apresentarão como solução capaz de suprir, em termos qualitativos, as deficiências do sistema educacional de modo geral. Com isso objetiva-se desonerar o orçamento público retirando parte das

responsabilidades do Estado com a educação básica, além do que, o mercado passa a explorar esse setor economicamente.

O vocabulário mercantil passou a fazer parte do discurso educacional (investimentos, metas, avaliações, resultados) instaurando um clima de competição no meio escolar, tanto entre escolas como entre alunos. Costa (2009, p. 182) relata um fato bastante ilustrativo relacionado à competição entre alunos.

Meses atrás, após uma palestra que proferi a pais de alunos num dos mais conceituados colégios de uma capital brasileira, duas psicólogas da equipe técnica do mesmo me relataram casos recentes em que, mesmo trabalhando em grupo, alguns alunos sonegavam aos seus colegas informações relevantes para o trabalho a ser realizado conjuntamente ou relevantes para o aprendizado de todos, e isso, por outro lado, sem que fizessem a menor cerimônia em pedir ajuda a seus pares sempre que lhes fosse conveniente e vantajoso.

A governamentalidade neoliberal, no que se refere à educação, transfere para o mercado a responsabilidade de decidir a cada momento, o que deve ser ensinado ou que tipo de sujeito deve ser formado pelo sistema educacional, desde o tecnicista até o empreendedor. “É para esse lado, de fato, que se vê claramente que se orientam as políticas econômicas, mas também as políticas sociais, mas também as políticas culturais, as políticas educacionais, de todos os países desenvolvidos” (FOUCAULT, 2008a, p. 319).

Já na década de 1970, Foucault (2008a) chamou a atenção para a possibilidade de a estagnação econômica dos países do chamado “terceiro mundo”<sup>55</sup> estar muito mais associada ao fator humano do que aos fatores de produção.

Do mesmo modo, também, a partir desse problema do capital humano, podem ser repensados os problemas da economia do terceiro mundo. E a não-decolagem da economia do terceiro mundo, como vocês sabem muito bem, está sendo repensada agora, não tanto em termos de bloqueio dos mecanismos econômicos, mas em termos de insuficiência de investimento do capital humano (FOUCAULT, 2008a, p. 319).

Para finalizar esta seção, gostaria de frisar que não há total consenso quando se trata de estudos que avaliam os resultados socioeconômicos produzidos em decorrência dos investimentos em educação. Alguns estudos, inclusive, já foram publicados no sentido de colocar sob suspeita os investimentos financeiros em educação como fator tão determinante

---

<sup>55</sup> Termo (em desuso) utilizado durante a Guerra Fria para designar os países que se mantinham neutros à disputa entre Estados Unidos (capitalismo) e União Soviética (socialismo). Durante muito tempo, esta expressão também esteve associada ao conjunto de países pobres e subdesenvolvidos.

no desempenho escolar dos alunos e, posteriormente, na vida adulta profissional. O Relatório Coleman<sup>56</sup>, de 1966, é um exemplo. Tais estudos creditaram a outros fatores de ordem socioeconômica, pesos mais relevantes no que tange ao sucesso ou fracasso escolar e profissional e, conseqüentemente, à redução das desigualdades sociais. Imagino que estes estudos causaram grande polêmica na época de suas publicações. Todavia, quando se fala em investimentos em educação no contexto neoliberal, sejam estes de caráter público ou privado, espera-se que tais investimentos produzam efeitos benéficos para o próprio neoliberalismo.

### **3.3. A cultura empreendedora: uma sociedade economicamente programada que passa pela escola**

É evidente que a educação é um dos principais problemas de governo na contemporaneidade. Prova disso, são as constantes avaliações internas, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e externas (PISA), às quais o setor é submetido com o objetivo de aferir sua eficácia e qualidade. Tais avaliações são dispositivos que possibilitam as intervenções necessárias no sentido de realinhar os pontos que estão, indesejavelmente, fora da curva, ou seja, buscam aproximar a curva de resultados da curva de metas.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, estabeleceu como meta número 7 “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB” (BRASIL, 2014):

TABELA 1: PNE – Meta nº 7

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: PNE 2014

Uma das estratégias adotadas para se alcançar a meta número 7 (sete) seria:

---

<sup>56</sup> James Samuel Coleman (1926-1995) foi um sociólogo estadunidense que desenvolveu na década de 1960 um estudo encomendado pelo Congresso dos Estados Unidos cujos resultados demonstraram que os investimentos em educação não eram tão determinantes no desempenho escolar dos alunos e na redução das desigualdades sociais, pesando bem mais nesse aspecto, outros fatores de ordem socioeconômica.

7.11) melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções (BRASIL, 2014):

TABELA 2: PNE – Meta nº 7 / PISA

PISA	2015	2018	2021
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	438	455	473

Fonte: PNE 2014

E quais seriam os motivos de tantas preocupações governamentais em torno da educação, principalmente do sistema público? Arrisco-me a responder essa pergunta, dizendo que o problema da educação, digo, da educação pública, é essencialmente de caráter econômico. A baixa qualidade, demonstrada através das avaliações realizadas (no Brasil e em vários outros países), salienta, no nosso caso, uma grave crise no setor que tem como consequências problemas sociais, mas sobretudo econômicos (ambos os aspectos se ligam e se retroalimentam). A leitura que o mercado, ou, mais precisamente, os investidores fazem dos baixos indicadores educacionais, pode ser a seguinte: determinada economia não dispõe de mão de obra com alta capacidade produtiva e, conseqüentemente, o mercado consumidor possui baixo poder aquisitivo. Essa análise certamente é relevante na tomada de decisões relacionadas ao aporte de investimentos.

Como já dito, a partir da década de 1960, a escola pública começa a se preocupar menos com os ideais humanistas, empreendendo um movimento mais claro de aproximação dos cenários econômicos estabelecidos. A partir da década de 1970 predominou o tecnicismo no ambiente educacional e, na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, a intensificação do processo de globalização econômica e o avanço do neoliberalismo impuseram novos ajustes ao sistema educacional brasileiro.

O avanço tecnológico e o quase desaparecimento das fronteiras econômicas geraram um clima de incertezas, além de impor novos desafios às populações de muitos países, principalmente àquelas que contavam com a ampla proteção do Estado Soviético que acabara de se dissolver. Repentinamente, grande parte dos países (da América Latina, África, Ásia e do antigo Bloco Socialista) seriam empurrados para uma competição internacional de mercados, no transcorrer de um jogo que já acontecia entre os países mais desenvolvidos. Logicamente, a escola não poderia ficar alheia a tudo isso, e nesse contexto, esta passa a ser

fortemente cobrada no sentido de estar mais conectada com esse novo mundo que estava sendo construído e descortinado diante de nós.

A ordem econômica estabelecida pela globalização dos mercados na década de 1990 impôs regras que, uma vez transgredidas, gerariam punições e restrições aos transgressores. Já naquela época, o Estado brasileiro começou a implantar uma série de reformas administrativas no intuito de atender as prescrições dos organismos financeiros internacionais no que tange ao enxugamento da máquina pública, à busca do equilíbrio fiscal, ao desfazimento de empresas estatais, às mudanças em algumas regras previdenciárias e à abertura de mercado. Aos poucos, as pessoas precisariam reorganizar suas vidas, principalmente no que se refere à conduta econômica, e a escola pública, que sempre abrigou a grande maioria dos estudantes de 0 a 18 anos, passaria a exercer importante papel nesse processo através de suas práticas (extra)curriculares que deveriam, a partir de então, formar sujeitos habilitados a sobreviver nesse ambiente de competição, caracterizado por um *ethos* empresarial projetado para as futuras gerações.

Enquanto proliferavam discursos críticos, de uma tragédia anunciada que atingiria de forma muito dura os países periféricos, relacionados a essas mudanças que ocorriam a nível global, surgiram também discursos fundados em ideais de liberdade, cidadania, autonomia (autogestão), autorresponsabilização, possibilidade de melhoria das condições de vida através do trabalho e autorrealização, que indubitavelmente, são sedutores e otimistas. Com o passar dos tempos, estabeleceram-se regimes discursivos de verdades que objetivavam os sujeitos dentro de determinadas relações de poder-saber que vislumbravam a possibilidade de uma vida cheia de realizações, que dependeria apenas dos esforços de cada um. Ao serem capturados, melhor dizendo, ao se subjetivarem por essas formações discursivas, estes sujeitos buscariam administrar suas vidas como tal.

Na década seguinte (anos 2000) é que de fato começamos a identificar as primeiras ações no sentido estabelecer interconexões entre a escola e esse novo mercado que se colocava como livre e sem fronteiras. A crise financeira internacional de 2008 deixou essa tendência ainda mais evidente e o comportamento econômico da população se transformou definitivamente em uma importante preocupação governamental. Nesse contexto, vislumbrou-se com mais clareza a ideia de que a escola pública poderia atuar como dispositivo a serviço da governamentalidade neoliberal, ao estabelecer políticas de subjetivação que estimulariam a constituição dos sujeitos empreendedores de si, uma vez entendido que este tipo de conduta econômica poderia contribuir para o bom funcionamento do livre mercado.

É interessante constatar que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia, sem se referir explicitamente aos focos de elaboração desse discurso sobre o indivíduo-empresa universal, serão continuadoras poderosas deles, por exemplo, tornando a formação dentro do "espírito de empreendimento" uma prioridade dos sistemas educacionais nos países ocidentais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 155).

Aquele sujeito-cidadão, cheio de necessidades que deveriam ser providas pelo Estado, aos poucos foi sendo apagado, na medida que ele começou a se deslocar para um ambiente econômico, político e social, cuja racionalidade atrelava a satisfação das necessidades e desejos às escolhas de ordem pessoal. Nessa lógica, os serviços públicos que antes eram garantidores do bem-estar social, tais como, educação, saúde e previdência, poderiam também ser adquiridos no mercado, originando novos comportamentos que se converteriam em forças potencializadoras do crescimento econômico através dos novos hábitos de consumo e da desoneração do Estado, uma vez que esses sujeitos não mais dependeriam das políticas públicas sociais e naturalizariam a ideia de que o Estado deve se preocupar-somente com a manutenção das liberdades que deveriam ser garantidas juridicamente e demais atividades típicas. E ainda que exista uma grande parcela da população dependente das políticas sociais, a racionalidade neoliberal sempre atua no sentido de reduzir este contingente.

Toda essa reestruturação que envolve aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e também trabalhistas fez com que muitos desses sujeitos-cidadãos e trabalhadores, que antes permaneciam em uma atitude mais passiva característica do modelo fordista<sup>57</sup>, passassem a ser estimulados, no sentido de alinhar seus sonhos aos objetivos das empresas nas quais trabalhavam, e da mesma forma, as organizações perceberam que os interesses pessoais de seus colaboradores, não necessariamente, se chocariam com as metas corporativas, muito pelo contrário, poderiam ser canalizados para elevar seu patamar de excelência e competitividade. Com isso, passou-se a estimular os comportamentos ativos, criativos e competitivos que proporcionariam a maximização dos ganhos individuais e consequentemente do desempenho das empresas no mercado. A "autonomia" alcançada por esse sujeito passaria a ser vista pela empresa como uma atitude empreendedora autorresponsável e economicamente vantajosa para todos. As relações de poder e trabalho se transformaram, o trabalhador passou por um processo de individualização, com metas especialmente definidas, remuneração proporcional

---

<sup>57</sup> O Fordismo é um modelo de produção industrial em série desenvolvido pelo empreendedor estadunidense Henry Ford. Nesse modelo, os trabalhadores basicamente seguem o ritmo ditado pelas máquinas, havendo pouca margem para o exercício de sua criatividade.

ao desempenho, ou seja, é como se cada colaborador de uma empresa fosse uma unidade econômica autônoma que presta serviços de forma independente.

Nesses termos, a economia política passa a ter como objeto o comportamento humano, ou melhor, a racionalidade interna que o anima. Trata-se de estudar o trabalho exercido pelos indivíduos como uma conduta econômica, e de tentar entender como essa conduta é praticada, racionalizada e calculada por aquele que a exerce (COSTA, 2009, p. 176).

Nesse contexto, apaga-se o sentido de coletividade, de trabalho em equipe e instaura-se um ambiente interno de competição que, ao contrário do que se poderia pensar, beneficiaria as próprias empresas e o mercado de modo geral.

A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o *desejo* com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer *distância* entre o indivíduo e a empresa que o emprega (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327, grifos dos autores).

A figura do empreendedor ou “indivíduo micro-empresa” (COSTA, 2009, p. 180), esta forma-sujeito levada a traçar sua conduta pelo saber econômico, se transformou em uma peça-chave nessa trama, na medida em que ele é encorajado a entrar no jogo da competição e na busca do ganho. Entretanto, o êxito de suas ações estaria condicionado à liberdade, ou se preferirem, podemos utilizar a clássica expressão *laissez faire*. Desse modo, o Estado, que é o único ente que poderia contê-lo, deveria interferir minimamente para não se tornar um estorvo à dinâmica do processo econômico, que tende a se autorregular. Por essas razões, deverá

[...] haver um saber econômico que será difundido o mais amplamente possível, e tão uniformemente quanto possível, entre todos os sujeitos, e esse saber econômico, cujo princípio se encontra sempre no Quadro Econômico elaborado pelos fisiocratas, será comum aos sujeitos bem-educados economicamente e ao soberano que souber reconhecer as leis fundamentais da economia. De modo que haverá no nível do saber, no nível da consciência de verdade, uma terceira adequação entre o soberano e os processos, ou pelo menos os agentes econômicos. Vocês vêem portanto que, para os fisiocratas, o princípio do *laissez-faire*, o princípio da liberdade necessária dos agentes econômicos deve poder coincidir com a existência de um soberano, e a existência de um soberano tanto mais despótico, tanto menos tolhido por tradições, hábitos, regras, leis fundamentais, quanto sua única lei seja a da evidência, a de um saber bem erigido e bem construído que ele compartilhará com os agentes econômicos (FOUCAULT, 2008a, p. 388, grifo do autor).

O sujeito empreendedor nada mais é do que um sujeito que se constrói e se conduz na busca de algo que pode melhorar sua condição de vida, fazendo escolhas economicamente racionais e correndo riscos calculados. Em alguma medida, todos os homens possuem algum grau de espírito empreendedor e a racionalidade neoliberal percebeu que essa característica humana, devidamente moldada e estimulada, produziria sujeitos capazes de se autogovernarem no ambiente de competição do mercado, agora reconfigurado dentro de um modelo econômico que funciona com base nos comportamentos e relações humanas, nas escolhas individuais e nos processos de subjetivação. Nesse cenário, o mercado deixa de ser, simplesmente, um lugar de troca e circulação de mercadorias.

Analisando pelo prisma econômico, pode-se dizer que a governamentalidade neoliberal desenvolveu muito bem uma maneira bem própria de governar, na qual, o poder atua apoiado em tecnologias de subjetivação que visam tornar a vida econômica, tanto em nível individual quanto coletivo, administrável, convergindo os objetivos da população, Estado e mercado, além de instrumentalizar estrategicamente as condutas das pessoas dentro de um cenário econômico programado, porém, permanentemente mutável.

Esses processos e políticas de subjetivação, traduzindo um movimento mais amplo e estratégico que faz dos princípios econômicos (de mercado) os princípios normativos de toda a sociedade, por sua vez, transformam o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade de empresa (sociedade empresarial, ou de serviços), induzindo os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que estabeleçam cada vez mais entre si relações de concorrência (COSTA, 2009, p. 178).

Os modos sutis pelos quais as técnicas de governamentalidade atuam, influenciam os sujeitos a tomarem decisões de ordem econômica num universo que engloba certo número de possibilidades, já previamente estabelecidas, de modo que os desejos individuais acabem coincidindo com as aspirações governamentais e do mercado.

O *homo oeconomicus* do neoliberalismo é um empreendedor de si, que gerencia seu próprio capital, gera sua própria renda e se constitui pelo saber econômico, independentemente se ele trabalha para uma grande empresa ou administra um pequeno negócio próprio.

Finalizando esta seção, preciso deixar claro que quando digo que vivemos em uma sociedade economicamente programada, afasto-me das teorias que se apoiam no conceito de Dirigismo Econômico<sup>58</sup>, pois, essa programação econômica à qual me refiro, se dá a nível

---

<sup>58</sup> Sistema no qual o Estado toma as decisões em matéria econômica.

individual e conseqüentemente coletivo, com base em formações discursivas apoiadas em determinados campos do saber, na subjetividade e na liberdade de escolha.

O empreendedorismo é um modo de ser e estar no mundo, cuja missão é promover a inovação econômica.

### **3.4. Ensinando e aprendendo a empreender: a atuação de organizações sociais junto à rede pública de ensino**

Muitos são os movimentos que gravitam em torno da escola pública no sentido de integrá-la ao mercado e ao capitalismo contemporâneo, transformando o espaço escolar em um ambiente onde, cada vez mais, discute-se o papel do Estado, a economia global, a tecnologia e o trabalho. Tudo isso se dá por meio de projetos (extra)curriculares, em grande parte, apoiados por fundações ou associações sociais sem fins lucrativos que são mantidas por grandes empresas. Na teoria, tais projetos buscam alinhar-se às políticas públicas de educação no sentido de melhorar a qualidade do ensino. Essas instituições, inclusive, fazem aportes financeiros no setor da ordem de quase R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) por ano<sup>59</sup>.

São exemplos dessas instituições o Instituto Natura, a Fundação Itaú Social, e a Fundação Lemman, esta inclusive, participou da elaboração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e a transnacional Junior Achievement. Essas instituições atuam junto à rede pública de educação fomentando a formação e a (re)qualificação da mão de obra, além de incentivar novos empreendimentos por meio da inserção de novos saberes, direta ou paralelamente, ao currículo.

Vou falar um pouco aqui, a título de ilustração, apenas da Junior Achievement, uma associação educativa fundada em 1919 nos Estados Unidos que está presente em 120 (cento e vinte) países e em todos os estados brasileiros. Ela é uma das mais antigas e maiores associações de educação econômica do mundo e, no Brasil, está presente há algumas décadas, contando com a parceria de dezenas de empresas dos mais variados segmentos. Ela oferece programas apropriados para as diferentes faixas etárias que vão desde a introdução ao mundo dos negócios até a criação de empresas com capital levantado por meio da venda simbólica de ações, além de programas desenvolvidos em ambientes virtuais. Esses programas operam paralelamente ao currículo oficial em um trabalho conjunto entre professores e consultores

---

<sup>59</sup> Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC). Disponível em: <comunitas.org/>. Acesso em: 17 fev. 2020.

voluntários de áreas como marketing, finanças, recursos humanos, comércio exterior, produção e etc., visando proporcionar aos participantes contato com as práticas de mercado.

De fato, o objetivo central da governamentalidade neoliberal é a produção estratégica de condições sociais que conduzam à constituição do *homo economicus*, uma forma específica de subjetividade com raízes históricas no liberalismo clássico. Contudo, enquanto o liberalismo situa o “homem econômico” como um “homem de troca”, o neoliberalismo se esforça em assegurar que os indivíduos são obrigados a assumir valores baseados no mercado em *todos* os seus julgamentos e práticas para reunir quantidade suficiente de “capital humano” e assim tornarem-se “empreendedores de si” (HAMANN, 2012, p. 101, grifos do autor).

A Junior Achievement atua junto à rede pública de educação básica e também desenvolve algumas ações no ensino superior. Seu objetivo é despertar o espírito empreendedor em jovens ainda em idade escolar, preparando-os para enfrentar os desafios do mercado no contexto econômico global, tendo como suporte programas de educação financeira e empreendedorismo. Seu lema é: “A Vida é um Caminho, não um Destino e Você é o Arquiteto do seu Caminho<sup>60</sup>”. Esta frase produz efeitos de sentido ao denotar que o sucesso na vida, seja ele profissional, pessoal ou financeiro, é uma atitude pessoal a ser tomada e é sob esse viés que se concebe o empreendedorismo, ou seja, uma conduta econômica, um modo de vida a ser seguido na busca desse sucesso.

O sujeito empreendedor está adquirindo um *status* que o credencia ao êxito como se nada pudesse dar errado e a aquisição dos saberes e competências, inerentes a esta forma-sujeito, tem feito com que determinados saberes, em detrimento de outros, penetrem cada vez mais no currículo, mesmo que de forma extraoficial, sob o argumento de que a escola deve se aproximar do mundo real, preparando o aluno para superar os obstáculos da vida moderna e buscar seu espaço no mercado de trabalho. Esse movimento está trazendo novos paradigmas para a educação pública que se torna cada vez mais aplicada ao mercado e ao mundo dos negócios, impondo também novos desafios para as escolas e uma certa pressão sobre os educadores. No ensino superior, por exemplo, muitas instituições privadas estão buscando para o seu quadro docente profissionais oriundos do mercado. Já na educação básica, a Medida Provisória nº 746/2016<sup>61</sup> que instituiu a Reforma do Ensino Médio, chegou a propor a possibilidade de se contratar profissionais com notório saber para ministrar conteúdos

---

<sup>60</sup> Junior Achievement Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.jarn.org.br/>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

<sup>61</sup> Em 2017 a MP nº 746/2016 foi convertida na Lei nº 13.405/2017.

relacionados à sua área de formação, como por exemplo, um engenheiro ministrar aulas de Física, ainda que este não tivesse formação pedagógica. O texto legal definitivo, Lei nº 13.415/2017, estabeleceu que estes profissionais com notório saber serão considerados Profissionais da Educação exclusivamente para atender ao inciso V do artigo 36 da Lei nº 9.394/1996 (formação técnica e profissional). Pode-se perceber que há uma valorização dos saberes considerados úteis ao mercado em prejuízo de outros, fatos que denotam que o mercado passou a ser referência daquilo que se deve ensinar.

Não obstante, os investimentos provenientes das instituições sociais constituem uma interferência privada no sistema público de educação que retira, inclusive, a autonomia das escolas. Pode-se perceber que as intervenções do mercado nas políticas em educação se dão por meio de relações de poder-saber bastante complexas e sutis, pois “as organizações internacionais não estão apenas executando as políticas educacionais em um nível mais alto, mas sim criando suas próprias agendas e começando a constituir um nível transnacional na educação” (AMOS, 2010, p. 33), participando direta e efetivamente dos programas educacionais a nível global. Ao Estado, cabe o papel de condicionar as ações, tanto da população quanto das empresas, no intuito de viabilizar a dinâmica do mercado.

Estimular a formação educacional dentro da lógica neoliberal é algo que pode beneficiar o Estado duplamente. Primeiro, porque estes sujeitos (em tese) adquirirão o capital humano que lhes possibilitará realizar atividades que gerem renda e impulsionem a economia e, segundo, porque eles estarão mais próximos de satisfazer suas necessidades sociais também através do mercado e não do provimento do Estado, ou seja, desonera-se o Estado, além de movimentar a economia.

O sujeito neoliberal é fabricado para se tornar um ativo ou um parceiro do Estado, desenvolvendo comportamentos e atitudes que contribuam para elevação do nível de atividade econômica (geração de renda, produção e consumo). São os negócios privados, os hábitos de consumo e investimentos, e a geração de renda, em suma: é a conduta econômica da população que viabiliza a existência do Estado, que obtém seus recursos tributando essas atividades.

É neste quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo do homem neoliberal é o cidadão privatizado, o entrepreneur, o consumidor (GENTILI, 1996, p. 20-21).

O poder aqui não atua com base nos mecanismos de coerção e sim com base na produção de saberes que farão a sociedade funcionar dentro dessa lógica capitalista do livre mercado e da minimização do papel do Estado.

Trata-se agora de regular o governo não pela racionalidade do indivíduo soberano que pode dizer "eu, o Estado", [mas] pela racionalidade dos que são governados, dos que são governados como sujeitos econômicos e, de modo mais geral, como sujeitos de interesse, interesse no sentido mais geral do termo, [pela] racionalidade desses indivíduos na medida em que, para satisfazer a esses interesses no sentido geral do termo, eles utilizam certo número de meios e os utilizam como querem: é essa racionalidade dos governados que deve servir de princípio de regulação para a racionalidade do governo (FOUCAULT, 2008a, p. 423).

Os sujeitos capturados por esses processos de subjetivação produzidos nas escolas, muitas vezes, se constroem tomando como base discursos que defendem sobretudo a liberdade e que eles acreditam serem verdadeiros.

Pode-se perceber que os neoliberais demonstram constante preocupação com a “qualidade” da educação pública, haja vista o grande número de reformas e propostas pedagógicas que surgem a todo momento. Quando digo “qualidade” entenda-se utilidade frente aos processos econômicos. Como exemplos recentes no Brasil podem ser citados a Reforma do Ensino Médio aprovada em 2017 e a inserção da Educação Financeira<sup>62</sup> na BNCC como tema transversal, no ano de 2020. Esses ajustes estão claramente em consonância com as demandas do mercado global e com as práticas neoliberais, focando na formação dos sujeitos necessários e úteis ao funcionamento deste modelo econômico, que faz com que estejamos em constante adaptação num mundo volátil e imprevisível.

Diante dessas técnicas governamentais de condução das condutas, os sujeitos se constroem e se conduzem com obediência aos princípios de mercado e assumem total responsabilidade sobre suas escolhas. “Governamentalidade não se trata de uma força dominante que exerce controle direto sobre a conduta de indivíduos, mas uma tentativa de determinar as condições nas quais, ou entre as quais, indivíduos são capazes de conduzir-se livremente” (HAMANN, 2012, p. 126).

O mundo moderno está experimentando elevado nível de avanço tecnológico e esse fenômeno modificou de forma drástica o comportamento humano no que tange às questões relacionadas à vida econômica, social e política. Em toda essa trama pode-se perceber que

---

<sup>62</sup> O Decreto nº 7.397/2010 foi revogado pelo Decreto nº 10.393/2020 que institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.

essas organizações sociais, muitas delas ligadas a grandes grupos empresariais, são pontos onde se cruzam os interesses do capital e do Estado, e, nas adjacências desses mesmos pontos, a escola pública aparece como importante dispositivo a serviço da governamentalidade neoliberal e dos interesses privados, revelando uma forte ingerência do capital que, em nome de uma suposta boa intenção com finalidades sociais, se apropria disfarçadamente dessa importante instituição pública (escola) e produz os sujeitos necessários ao funcionamento da sociedade neoliberal.

### **3.5. A escola pública como dispositivo da governamentalidade neoliberal/empresarial**

O papel da escola pública, assim como, as metodologias que orientam o trabalho pedagógico têm sido muito discutidos na contemporaneidade, principalmente no que tange às relações entre educação e o mercado de modo geral. As constantes mudanças que vêm ocorrendo nas relações de trabalho (flexibilizações e desregulamentações), nas tecnologias e no campo econômico, inevitavelmente, produzem impactos na educação escolar. Em tempos de constantes mudanças, a escola pública é conclamada a entregar sua contribuição no interior de tramas políticas e econômicas que exigem a formação de sujeitos adaptáveis e capazes de se manterem em um processo de incessante aprendizagem, ampliando seu acervo de saberes, gerindo seu capital humano e reconfigurando a si próprio conforme as exigências do mercado. “Esta individualidade expressa-se na categoria do aprendente por toda a vida, que age como um cidadão global, continuamente traçando sua biografia em colaboração com a ‘comunidade’” (POPKEWITZ, 2011, p. 363 - 364).

Em Segurança, Território, População, Foucault (2008b) problematiza o conceito de “dispositivo”. Para ele, os dispositivos são tecnologias ou táticas de poder que visam governar as populações, produzindo sujeitos livres e infundindo-lhes comportamentos que atendam as demandas de uma determinada circunstância histórica. Como exemplos de dispositivos podemos citar a prisão, a cidade e também a escola.

Nessa perspectiva, a gestão das populações e dos sujeitos que as compõem, se dá através das relações de poder-saber, nas quais o poder é exercido apoiado em técnicas disciplinares (poder disciplinar), de controle biológico (biopoder) ou de condução das condutas e autorregulação (governamentalidade) que moldam os corpos e as subjetividades desejáveis dentro de um universo de possibilidades consideradas úteis à trama político-econômica vigente. Já o saber se apresenta idealizado em discursos que emanam como verdadeiros, conforme a época, o lugar e a conjuntura. Pode-se dizer que a escola, entendida

como dispositivo da governamentalidade neoliberal, contempla esses 3 aspectos porque produz sujeitos política e economicamente governáveis.

Está dada aí a chave para compreendermos, entre muitas outras coisas, a importância que os neoliberais dão à educação escolarizada, cada vez mais convocada a ensinar como cada um deve tornar sua vida “melhor, mais rica e mais completa [...], independentemente da classe social ou circunstâncias de nascimento”. Espera-se que a escola amplie os contingentes dos “bons consumidores” e “bons competidores”, forme indivíduos sintonizados com a governamentalidade neoliberal e a ela assujeitados, dê respostas às demandas impostas pelas novas formas hoje assumidas pelo capitalismo. Ora é o imperativo da inclusão, ora é a redução da educação ao simples ensinar e aprender, ora é a redução do já simples “ensinar e aprender” aos lamentáveis treinamentos, ora é a celebração das competências para o consumo e a competição, ora é a trazida do empreendedorismo para dentro da escola, com vistas a promover a capacidade de cada aluno se tornar um empreendedor de si mesmo, ora é esperar que a escola funcione como instituição assistencial. (VEIGA-NETO, 2012).

A racionalidade neoliberal avistou a escola pública como uma instituição altamente capaz de funcionar como dispositivo de segurança a serviço do governo, do mercado e do controle social, uma vez que esta recebe no interior de seus confins, o segmento da população que ainda está em formação (crianças e adolescentes), além de deter saberes, estratégica e previamente selecionados, que devem ser distribuídos com o objetivo de gerar práticas que tragam benefícios à sociedade como um todo.

Os dispositivos buscam normalizar as condutas individuais e coletivas com vistas ao aumento da produção de riquezas e à geração de bem-estar, além de revigorar a imagem do Estado que exerce seu poder de forma positiva e eficiente, sem precisar impor a força ou mesmo suprimir as liberdades. A liberdade aqui é produzida no sentido de conduzir nossas aspirações e fazer com que elas coincidam com as metas governamentais.

O que a escola pública faz nada mais é do que governar a infância e a adolescência no intuito de projetar a sociedade do futuro. Uma sociedade que, pelo que tudo indica, pautará cada vez mais suas relações pelas vias econômicas.

A sociedade regulada segundo o mercado na qual pensam os neoliberais é uma sociedade onde o princípio regulador não deve ser tanto o intercâmbio de mercadorias, mas os mecanismos da competência. Esses mecanismos devem ter a maior superfície e espessura possíveis e também ocupar o maior volume possível na sociedade. Isto é, aquilo que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito da mercadoria, mas uma sociedade submetida à dinâmica competitiva. Não uma sociedade de supermercado: uma sociedade de empresa (FOUCAULT, 2008a, p. 201).

O *homo oeconomicus* que a escola deseja produzir é um sujeito atento a tudo o que acontece a sua volta e sempre preparado para encarar as mudanças, pois a única certeza que se pode ter é a da impermanência das coisas, principalmente quando se fala do mercado. Ele deve investir em si mesmo para que seu capital humano seja constituído por um acervo de saberes que lhe possibilite corrigir seus caminhos, permanecendo ativo na disputa concorrencial e na corrida pela realização dos seus sonhos.

É importante frisar que a liberdade defendida pela racionalidade neoliberal não é uma liberdade “plena”, mas uma liberdade construída de modo a valorizar a subjetividade daquele que produz, consome e investe em sintonia com as projeções do Estado e do mercado. E talvez seja justamente essa sensação ingênua de liberdade que nos embace a visão, impedindo-nos de perceber que estamos dentro de uma trama capitalista muito bem engendrada cujas “estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (FOUCAULT, 1988, p. 89), fazendo-nos crer que sempre há algo para ser criado ou conquistado, ou seja, todo esse aparato discursivo faz com que nos subjetivemos positivamente, produzindo modelos de conduta valorizados pelo capitalismo contemporâneo. “A positividade do poder é mais eficiente que a negatividade do dever” (HAN, 2017, p. 25), pois nos remete à uma ilusória sensação de liberdade.

#### IV – O EMPREENDEDOR DE SI: UMA PEÇA-CHAVE NA TRAMA NEOLIBERAL

Esta pesquisa, inspirada em conceitos foucaultianos como biopolítica e governamentalidade, propõe a realização de um trabalho de campo investigativo/qualitativo em torno de subjetividades e práticas geradas pelos saberes voltados para o empreendedorismo que vêm se inserindo nas práticas (extra)curriculares de escolas públicas de educação básica já há algum tempo. Para consecução deste objetivo, a coleta de dados, por meio de entrevistas, foi realizada com a autorização de uma incubadora de empresas de base tecnológica, vinculada a uma escola pública localizada no Sul do Estado de Minas Gerais. Foram entrevistados 3 ex-alunos que participaram de processos de incubação desenvolvidos na instituição.

A criação da incubadora de empresas, em atividade desde 2002, tinha como ideia implantar um modelo de empreendedorismo na matriz curricular dos cursos de nível médio ofertados por esta escola que faz parte da rede federal de ensino básico, técnico e tecnológico. A referida incubadora contava, na época em que me foi concedida a autorização para realização da coleta de dados (outubro de 2018), com 8 empresas graduadas<sup>63</sup>, 3 incubadas<sup>64</sup>, 4 pré-incubadas<sup>65</sup>, além de empresas juniores<sup>66</sup>, segundo sua coordenação. A função básica de uma incubadora é apoiar (contábil, financeira e juridicamente) a criação e desenvolvimento de pequenas empresas nas primeiras etapas de sua vida até que ganhem maturidade e estejam aptas a enfrentar os desafios do mercado. Normalmente, essas empresas são frutos de projetos de pesquisa desenvolvidos na rede pública EBTT.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade São Francisco (USF) em outubro de 2018, tendo sido aprovado por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE nº 02306818.8.0000.5514 em dezembro do mesmo ano.

As entrevistas foram conduzidas de maneira informal para que os entrevistados se sentissem o mais à vontade possível, com disposição semiestruturada através de um questionário aberto, o que nos permite analisar as respostas pela perspectiva discursiva tendo

---

<sup>63</sup> Empresa que já passou pelas fases de pré-incubação e incubação e está pronta para enfrentar o mercado.

<sup>64</sup> Empresa que já foi admitida na incubadora porque seu modelo de negócio apresenta elevado potencial.

<sup>65</sup> Empresa que ainda está na fase das ideias e dos projetos para ingressar futuramente na incubadora.

<sup>66</sup> É uma associação civil sem fins lucrativos, formada e gerida por alunos de instituições de ensino superior.

como convergência os aspectos relacionados aos traços característicos dos sujeitos empreendedores, à governamentalidade neoliberal e às relações com a Teoria do Capital Humano, considerando as condições de produção dos discursos sobre educação empreendedora que determinaram a emergência deste sujeito empreendedor si.

Todo o conteúdo foi gravado em áudio e transcrito *ipsis litteris*. Para seleção dos excertos que evidenciam efeitos de sentido afinados com a lógica neoliberal e com a conduta empreendedora, optou-se pelos pontos convergentes e divergentes identificados nas falas dos Sujeitos<sup>67</sup> Participantes da Pesquisa (SPP). Para a transcrição da entrevista oral foi adotada a perspectiva de Marcuschi (2004), segundo a qual,

[transcrever] a fala é passar um texto de sua realização sonora para a gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados. Seguramente, neste caminho, há uma série de operações e decisões que conduzem a mudanças relevantes que não podem ser ignoradas. Contudo, as mudanças operadas na transcrição devem ser de ordem a não interferir na natureza do discurso produzido do ponto de vista da linguagem e do conteúdo (MARCUSCHI, 2004, p. 49).

Quanto à formatação, os excertos das entrevistas seguiram as normas de citação direta, diferenciando-se pela fonte em itálico, com alguns trechos enfatizados **negrito**<sup>68</sup>. As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e novembro de 2019. Os participantes estão identificados como Sujeito Participante da Pesquisa 1 (SPP1), Sujeito Participante da Pesquisa 2 (SPP2) e Sujeito Participante da Pesquisa 3 (SPP3) de acordo com a ordem cronológica da coleta dos dados. Os excertos (E) analisados estão sequencialmente enumerados (E1, E2...).

São histórias de 3 sujeitos, dentre os quais 2 foram contemporâneos na escola e o outro, mais jovem, de uma geração seguinte. Em algum momento de suas vidas escolares eles foram objetivados pelo discurso empresarial e a partir dali, ainda muito jovens, começaram a constituir para si uma conduta econômica atravessada pela razão neoliberal/empresarial.

SPP1 havia acabado de concluir o ensino médio/técnico em Informática e logo em seguida ingressado na graduação de Tecnologia em Redes. Tinha 18 anos completos na época da concessão da entrevista. Disse que antes de entrar nessa escola, não sabia muito bem qual

---

<sup>67</sup> Será adotado o termo “Sujeito Participante da Pesquisa - SPP”, embora a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde recomende a utilização de “participante”. Na perspectiva foucaultiana, os seres humanos são sujeitos (seres submetidos a processos de subjetivação) que se constituem em consonância com determinadas práticas e regimes de verdade imbricados em relações de poder-saber.

<sup>68</sup> Os trechos destacados em negrito foram escolhidos pelo autor da pesquisa.

curso queria fazer. Por ser oriundo de uma cidade muito pequena e morar na zona rural, relatou que possuía pouca familiaridade com a área de tecnologia da informação, mas que a escola “abriu” sua consciência.

SPP2 possui ampla formação. Fez o ensino médio/técnico em Agricultura ou Técnico Agrícola, graduação em Tecnologia e Gestão Ambiental, especialização em Gestão Ambiental, mestrado e doutorado em Engenharia Agrícola. Tinha 29 anos completos na época da concessão da entrevista e estava cursando uma especialização em Gestão Pública e Planejamento Urbano.

O SPP3 também apresenta excelente currículo. É técnico em Agropecuária, graduado e especialista em Gestão Ambiental, mestre em Desenvolvimento Sustentável e doutor em Engenharia Agrícola. Sua mais relevante experiência profissional até aquele momento, segundo o próprio, foi na área de pesquisas. Tinha 31 anos de idade completos na época da entrevista.

A análise das entrevistas foi dividida em 7 eixos e cada um corresponde a uma seção deste capítulo. Os eixos de análise foram determinados conforme os efeitos de sentidos que denotam harmonia com as condutas econômicas, preconizadas pela racionalidade neoliberal, emergiram das falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa.

No primeiro eixo, “Lançando-se ao empreendedorismo”, as falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa revelaram o quão decisivo foi o papel da escola pública em suas escolhas, desde as primeiras experiências com o empreendedorismo até a decisão de buscar formalmente seus espaços no mercado através dos próprios empreendimentos.

No segundo eixo, “O empreendedorismo e sua importância para as economias de mercado”, os Sujeitos Participantes da Pesquisa demonstraram suas visões sobre a importância do empreendedorismo para a economia de modo geral, apontando, inclusive, algumas tramas que sustentam os discursos em torno das práticas empreendedoras.

No terceiro eixo, “As características fundamentais do sujeito empreendedor”, os Sujeitos Participantes da Pesquisa apresentaram as características que eles consideram importantes para o empreendedor. Entre elas surgiram a resiliência, autoconfiança e oportunismo.

No quarto eixo, “Os desafios de uma conduta econômica empresarial”, os Sujeitos Participantes da Pesquisa demonstraram encarar a concorrência e demais desafios do mercado com certa naturalidade.

No quinto eixo, “Medos, incertezas, angústias”, os Sujeitos Participantes da Pesquisa falaram do medo do insucesso, da volatilidade e das incertezas do mercado, fatores que, para

eles, devem ser encarados de forma natural e até positiva porque tais sentimentos auxiliam na tomada de decisões mais refletidas e conscientes.

No sexto eixo, “Empreendedorismo e responsabilidade social”, os Sujeitos Participantes da Pesquisa demonstram conceber o empreendedorismo como importante ferramenta que possibilita a inclusão econômica e social.

O sétimo eixo, “Produzindo discursivamente sujeitos economicamente governáveis”, traz uma análise da capacidade que a escola pública possui de produzir as subjetividades necessárias ao funcionamento de determinada racionalidade sócio-econômica-política, neste caso, o neoliberalismo. Conclui-se que, nesse aspecto, ela cumpre bem sua função.

#### **4.1. Lançando-se ao empreendedorismo**

É muito presente nas pesquisas relacionadas aos motivos que levam os sujeitos a empreender a visão dicotômica baseada em 2 (duas) situações: oportunidade *versus* necessidade. Entretanto há várias outras situações que também podem interferir na decisão de empreender, tais como características pessoais, experiência familiar, insatisfação com o emprego, desejo ou necessidade de autorrealização ou mesmo influências externas. No caso dos Sujeitos Participantes da Pesquisa, o estímulo educacional foi determinante.

Indivíduos com elevado nível de necessidade por realização e conquista apresentam uma maior propensão a perseguir desafios, de maneira relativamente autônoma. Alguns fatores poderiam explicar por que determinadas pessoas se diferenciam nessa dimensão. Entre eles, situam-se: (a) a associação entre autorrealização e sentimentos positivos; (b) uma educação que estimula a independência pessoal; (c) a noção de recompensa pelo sucesso; (d) a vontade de perseguir desafios (VALE, 2014, p. 880).

Os Sujeitos Participantes da Pesquisa narraram suas primeiras experiências com o empreendedorismo revelando um ponto em comum: elas ocorreram dentro da escola durante a realização do curso de nível médio/técnico.

O Sujeito Participante da Pesquisa 1 relata que, quando realizava o 2º ano do seu curso, conversava com seus amigos que estavam se formando sobre o projeto final, uma espécie de trabalho de conclusão de curso, condição indispensável para obtenção do título de técnico em Informática. Esses amigos haviam criado um sistema de gerenciamento para escolas públicas e o convidaram para participar da elaboração de um plano de negócios com o objetivo de concorrer no processo seletivo e ingressar a ideia na incubadora de empresas. Até

então, SPP1 não sabia da existência desse setor na estrutura organizacional da escola. Vejamos sua fala:

*E1 – SPP1:*

*Era um sistema de divulgação da escola, então, por exemplo assim, a escola lá do ...((nome da cidade)), ela tem, agora ela tem uma página que pode disponibilizar nota, disponibilizar atividade pros alunos, que faz todo o gerenciamento. ... faz todo o gerenciamento da escola em si esse sistema. E aí nós três assim, incentivados pelos professores, nós vimos que tinha uma oportunidade da gente conseguir disponibilizar isso para todas as escolas no entorno aqui da região, por meio da estratégia de fazer com que as empresas privadas que tenham interesse, assim, de uma certa divulgação, patrocinasse o nosso site e dessa forma a gente conseguisse fazer com que facilitasse a vida das escolas porque elas teriam a divulgação. Seria mais ou menos isso. Aí a gente entrou aqui no processo, eu também não tinha conhecimento da incubadora, fiquei sabendo da incubadora, a gente criou um plano de negócio, participamos do processo, fomos aceitos né e a gente começou a botar em prática o nosso plano de negócio, só que ele não deu muito certo porque aqui na nossa região, todas escolas que a gente foi, eles não tinham muito interesse nessa parte, que eles ainda não viam nesse mercado, **esse possível mercado né, de interação entre o público e o privado**, para eles não era interessante patrocinar a gente para ter esse tipo de divulgação, porque eles já tinham outros meios ou porque eles não se interessavam ou porque eles não queriam mesmo.*

Aqui é mencionada uma tentativa de lançar o referido projeto no mercado através de uma parceria-público-privada entre empresas e escolas públicas da região. Sendo assim, as empresas parceiras poderiam utilizar o website do sistema de gerenciamento como meio de divulgação. Embora o projeto tenha sido desenvolvido focando o setor público, ele também foi pensado com possibilidades de conquistar espaço no mercado. As parcerias-público-privadas estão centradas na racionalidade neoliberal, uma vez que suas ações se colocam como sendo benéficas ao Estado e à população, mas, sobretudo, constituem também um espaço para a atuação do capital, sob uma sutil maneira de conduzir a privatização do público.

Na sequência da fala do SPP1, fica reforçada a ideia de que o deslocamento neoliberal/empresarial da escola pública possui um grande potencial de produção de condutas econômicas inerentes ao sistema produtivo e predispostas à competição, conseguindo capturar, inclusive, aqueles menos propensos a esse jogo.

*E2 – SPP1:*

*Antes eu não tinha ambição, não tinha a ambição de criar, de criar alguma coisa para vender. Eu ainda era um estudante, então eu tinha, eu tinha intenção de seguir carreira, ser professor, sabe? Seguir mestrado, doutorado, graduação, não tinha ambição de saber que eu podia **conciliar os estudos né, na área acadêmica e também e também a área empresarial**.*

SPP1 relata que não tinha a ambição “*de criar alguma coisa para vender*”, entretanto, percebeu que poderia conciliar a “*área acadêmica e também a área empresarial*” e, a partir daí, empreender um processo de criação. Essa relação entre a academia e a empresa denota uma situação estratégica, revelando um processo de subjetivação que vincula o saber escolar/acadêmico à lógica empresarial. Em suma, a educação neoliberal é orientada pelo/para o mercado, pois,

[se] o mercado é um processo de aprendizado, se o fato de aprender é um fator fundamental do processo subjetivo de mercado, o trabalho de educação realizado por economistas pode e deve contribuir para a aceleração dessa autoformação do sujeito. A cultura de empresa e o espírito de empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, do mesmo modo que as vantagens do capitalismo sobre qualquer outra organização econômica (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 150 - 151).

SPP2 disse que começou a trabalhar muito cedo. Filho de um produtor rural, costumava acompanhar seu pai na lida na roça. Saiu de casa muito jovem e foi morar sozinho em outra cidade para fazer curso técnico.

*E3 – SPP2:*

*...((Cidade onde se situa a escola agrotécnica)) tem um projeto interessante que no curso técnico a gente tinha aulas da área de empreendedorismo. Então a gente tinha empresa, tinha uma parte teórica no primeiro ano, no segundo ano tinha empresa simulada, orientada, onde a gente recebeu algumas orientações sobre o documento de plano de negócio, de produtos, de marketing e tudo mais e depois tinha empresa simulada onde a gente simulava a administração de uma empresa, que é um projeto que até antecede a criação da incubadora lá em ...((cidade onde se situa a escola agrotécnica)) e eu participei de todo esse treinamento junto com a minha turma no colégio técnico e **gostei muito**. E aí acabei ficando para, não por isso, mas principalmente para fazer faculdade e aí surgiram várias oportunidades, a gente conseguiu incubar a empresa e aí que deu esse start de poder trabalhar, de **poder viver disso**, mas não, não tinha exemplo na família e nem tinha essa perspectiva. Quando eu fui fazer o colégio técnico surgiu na escola.*

SPP2 descreveu no excerto supra como ocorreu o processo de objetivação e como ele se subjetivou ao ponto de entender que poderia adotar um estilo de vida empreendedor (“*poder viver disso*”) mesmo não tendo essa perspectiva até então. Isso nos mostra que os sujeitos submetidos a esse processo de empresariamento tendem a instrumentalizar sua conduta econômica dentro de uma dinâmica empresarial por toda a vida.

Em sua formação, SPP2 buscou durante os longos anos de estudos conciliar a área rural com a ambiental. Sua empresa é a mesma que começou no curso de técnico agrícola, porém atualmente possui outra razão social. A ideia de criação desta empresa surgiu em uma

palestra durante a semana tecnológica, na escola, na qual foi mostrada uma planta, ainda não muito conhecida no Brasil na época, que apresentava excelente potencial de utilização na conservação e manejo de solo e água.

*E4 – SPP2:*

*Que planta sensacional! dá para utilizar para muita coisa. e aí fui estudar um pouco sobre as características do capim e a gente viu que no brasil ela era muito pouco utilizada e tinha um potencial e uma oportunidade interessante. A gente iniciou conversa com pessoal da ...((nome da incubadora)) em ...((nome da cidade)), ... e começou a desenvolver um plano de negócios, participamos de um concurso de ideias, fomos contemplados dentre os primeiros colocados no primeiro concurso de ideias e aí a gente fundou a empresa e já fazia faculdade, mas a ideia nasceu no colégio técnico agrícola, e amadureceu no colégio técnico e depois no primeiro processo de incubação de empresas da ...((nome da incubadora)), lá em ...((nome da cidade)), em 2008, a gente incubou a ...((nome da empresa)) na época, que hoje é a ...((nova razão social da empresa)).*

SPP2 denota em sua fala uma característica considerada muito importante no empreendedor: estar sempre atento e perceber oportunidades de negócios.

A visão de empreendedores como pessoas atentas às oportunidades encontra guarida no pensamento econômico neoclássico. Para Kirzner<sup>69</sup> (1979<sup>70</sup>), o empreendedor é aquele que se encontra sempre em estado de alerta, para descobrir e explorar novas oportunidades. Esta capacidade de estar alerta constituir-se-ia a principal característica de tais indivíduos. São, sempre, os primeiros a identificar oportunidades lucrativas de negócios (VALE; CORRÊA; REIS, 2014, p. 315).

Ao narrar como ocorreu seu primeiro contato com o empreendedorismo, SPP3 também disse que este ocorreu durante o curso de nível médio-técnico em Agropecuária, por meio de um programa de empresas simuladas, pré-incubadas e incubadas no qual os alunos criavam empresas.

*E5 – SPP3:*

*Então na época eu criei, simulei uma empresa de condimentos. Então a gente queria plantar um tanto de ervas para fazer temperos. Depois a gente viu que a gente poderia comprar as ervas e só fazer o tempero. Então a gente simulou uma empresa, essa foi minha primeira experiência. E a segunda experiência que eu tive foi um **concurso de ideias** que a incubadora de empresas desenvolveu. Eu ainda estava no técnico, aí eu, eu concorri com dois planos de negócio. Um depois foi, foi, acabou sendo a ideia para*

---

<sup>69</sup> Israel Meir Kirzner é um importante economista da escola austríaca. Grande parte de seu trabalho é sobre iniciativa empresarial.

<sup>70</sup> KIRZNER, I. **Perception, opportunity, and profit: studies in the theory of entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

*criação da empresa que eu pré-incubei e incubei na incubadora de empresas e o outro foi uma ideia que não deu..., não se concretizando.*

No trecho de sua fala “a segunda experiência que eu tive foi um concurso de ideias que a incubadora de empresas desenvolveu”, fica perceptível que as práticas empreendedoras desenvolvidas na escola ensaiavam preparar o sujeito empreendedor para a competição, uma vez que foi empregado um concurso como meio para selecionar o melhor plano de negócios. Essa prática visa denotar para o aluno que o mercado só reserva espaço para os melhores. Para Veiga-Neto (2013, p. 26), “no sistema neoliberal a liberdade deve ser continuamente produzida e exercitada sob a forma de competição. Eis aí o ponto fulcral que vai fazer da escola uma instituição do maior interesse para o neoliberalismo”. Quando SPP3 diz “o outro foi uma ideia que não deu...” referindo-se a um dos planos de negócio que não obteve êxito, nos revela uma situação com a qual o empreendedor deve aprender a lidar desde o começo: a possibilidade do insucesso. Mesmo que uma ideia não vingue, não se deve desistir, pois isso faz parte do jogo e todos são livres para repensar suas escolhas. “O empreendedor de si é um ser feito ‘para ganhar’, ser ‘bem-sucedido’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 33).

SPP3 forneceu mais detalhes de como esse processo era organizado durante o curso técnico, informando que os conteúdos eram dispostos dentro de uma disciplina obrigatória.

*E6 – SPP3:*

***Era obrigatório.*** *E era teórica e prática, e era os três anos cê tinha essa disciplina. Então no início a gente tinha noções básicas, aí gente também tinha uma outra disciplina de administração, então ajudava muito, então a gente tinha, na época, isso foi em 2000 e::, 2005, 2006 e 2007. Não existia empreendedorismo, assim a nível de ensino médio, ensino técnico.*

*E também eu me recordo, eu já estava na graduação. Eu me recordo que a gente participou de um evento em Brasília, uma feira de educação, que ...(nome da cidade sede da escola) né, a ...(nome da incubadora), foi a primeira incubadora de empresas ou a única que foi criada em escola agrotécnica...*

O fato do empreendedorismo, a princípio, compor o currículo desta escola como disciplina obrigatória, talvez tenha sido um equívoco pedagógico, apesar do pioneirismo. Segundo o SPP3, a incubadora desta escola “foi a primeira incubadora de empresas ou a única que foi criada em escola agrotécnica...”. Atualmente, as práticas empreendedoras desenvolvidas nas escolas ocorrem, em sua grande maioria, de forma paralela ao currículo, através de projetos e com participação facultativa dos alunos. Embora a coerção disciplinar seja eficaz em várias situações, talvez não seja este o caso. Os processos de subjetivação postos em ação nessa prática (extra)curricular podem produzir resultados mais eficientes uma

vez que o sujeito-aluno deixe-se capturar, ou seja, ele precisa se subjetivar pelo discurso do empreendedorismo e tomá-lo como verdadeiro. Do contrário, ele pode resistir e optar em constituir para si outro modelo de conduta econômica.

A normalização da população não se produz por meio de uma intervenção voluntarista de natureza jurídica, nem tampouco é obtida previamente por meio das injunções e do esquadramento que caracteriza o modelo disciplinar. Ela se produz no interior da sociedade, por meio da solicitação feita aos indivíduos para que orientem o exercício de sua liberdade para certas direções mais do que para outras (MARTINS; PEIXOTO JUNIOR, 2013, p. 251).

Esse deslocamento da escola pública fez com que os sujeitos-alunos submetidos a esse processo de empresariamento se predispuessem a pensar outras formas de inserção no mercado de trabalho. Isso é perceptível nas falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa quando perguntados sobre suas aspirações profissionais durante ou depois da realização do curso técnico.

*E7 – SPPI:*

*Olha, eu penso, assim, honestamente, em **criar alguma coisa nova né**. Como toda pessoa de informática né, criar um aplicativo que **bombe** e todo mundo usa né, mas a informática, ela tem um ramo muito interessante, que, ela foi criada para resolver problemas. Então eu acho que para mim, estar aqui, ter uma empresa e os clientes virem com um problema e eu conseguir resolver, ou seja, conseguir facilitar a vida dele resolvendo um problema, para mim, é o mais importante. Então pra mim, pra mim a intenção é **criar alguma coisa que resolva o problema de alguém assim**, não que eu não queira seguir carreira, etc., às vezes acontece de aparecer uma oportunidade, essas coisas, mas, **para mim, o que eu acho mais importante em si, é fazer isso, é ajudar as pessoas usando a minha área como ferramenta**.*

Aqui são revelados dois aspectos do sujeito empreendedor. O primeiro revela um espírito criativo, denotando que o sucesso de um empreendimento está ligado ao fato de se criar algo novo que resolva um problema que afeta muitas pessoas. Quando ele diz “*criar um aplicativo que bombe e todo mundo usa*”, percebe-se também em sua fala uma projeção de retorno financeiro satisfatório decorrente do consumo massificado do produto/serviço criado, o que lhe proporcionaria realização profissional. Ao mesmo tempo, demonstra uma faceta social quando diz “*para mim, o que eu acho mais importante em si, é fazer isso, é ajudar as pessoas usando a minha área como ferramenta*”. Os jovens se identificam bastante com o aspecto social das práticas empreendedoras. Ao colocar na balança as possibilidades de realização pessoal e profissional de um lado e do outro a contribuição social que sua prática empreendedora pode gerar para a sociedade, SPPI disse o seguinte:

*E8 – SPP1:*

*Ah::, eu penso os dois né. Porque infelizmente não se vive sem dinheiro né, então eu, pessoalmente, tento conciliar os dois né. Para mim, o mais importante no que eu faço é fazer o que eu gosto. então, para mim, tá lá desenvolvendo uma solução que vai ajudar a pessoa fazer tal coisa, para mim é ótimo, mas infelizmente a gente tem que cobrar por isso, então para mim o dinheiro ele fica sempre em segundo plano, que eu tenho que sempre estar fazendo primeiro que eu gosto.*

*eu não vou aceitar, por exemplo, um trabalho de alguém que vá, que queira, para mim um sistema pra sonegar imposto.*

*É::: por uma questão ética. porque é desleal e eu não vou criar alguma coisa pra pessoa sonegar imposto. Não entrando no mérito né, se imposto é certo ou errado, mas, dizendo assim, que pra mim, eu tenho que pelo menos fazer alguma coisa que eu me sinta bem fazendo.*

Percebe-se aqui um discurso atravessado pelo sentimento de autorrealização, já que busca, antes mesmo da satisfação financeira, que para ele é importante, a autorrealização pessoal e profissional. Outro aspecto importante que pode ser observado nesse excerto é a dimensão ética quando SPP1 diz: “*eu não vou aceitar, por exemplo, um trabalho de alguém que vá, que queira, para mim um sistema pra sonegar imposto*”. É sabido por todos que a informática (assim como muitos outros saberes científicos) pode ser, e certamente o é, muitas vezes, utilizada em malefício da sociedade, entretanto, para SPP1, essa é uma questão ética que depende de nossas escolhas e valores, ou seja, nos seus dizeres, a vida empresarial não é um vale-tudo na busca do ganho. A autorregulação do mercado não está restrita somente à oferta, demanda e formação de preços. A liberdade de mercado também exige que os agentes econômicos ajam com total responsabilidade sobre seus atos, pois

[somente] quando o “código da honestidade”, a ética do trabalho e a preocupação com a liberdade estão suficientemente enraizados no indivíduo é que se pode desenvolver no mercado uma concorrência leal e sadia e que o equilíbrio social pode ser recuperado. Em uma palavra, os “diques” morais que permitem que os indivíduos “se mantenham de pé” são idênticos aos que permitem “manter de pé” a economia de mercado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 130).

As dimensões social e ética são, indubitavelmente, essenciais dentro do jogo do mercado. A racionalidade neoliberal nos subjetiva constantemente no que se refere aos nossos comportamentos econômicos (hábitos de consumo, relações de trabalho, escolhas de investimentos e até mesmo nossa postura fiscal), porém não podemos perder de vista que nossa conduta econômica deve beneficiar a sociedade como um todo (população, Estado e mercado), além de fortalecer a economia nos níveis micro e macroeconômico.

Para SPP2, o aprendizado e as experiências vivenciadas na incubadora também deram uma grande guinada na sua vida, não só pelo fato de abrir outras possibilidades de inserção no mercado de trabalho, mas também porque foi a partir dali que ele decidiu continuar seus estudos em nível superior e pós-graduação, o que lhe permitiu adquirir um acervo de conhecimentos avançados em sua área de atuação, investir em seu capital humano e aumentar suas chances de sucesso.

*E9 – SPP2:*

*Na verdade, quando eu saí, eu saí de casa aos 14 anos (quatorze) para fazer colégio técnico. Fui morar em (nome da cidade) sozinho e a intenção era fazer o curso técnico, voltar embora, arrumar um trabalho com carteira assinada em ...((nome da cidade)), ...((nome de outra cidade)), na região e ficar por aí, mas várias questões me fizeram **ficar por lá e uma delas foi essa possibilidade de poder empreender, com tudo que eu, eu aprendi na, na incubadora.***

Sobre outras possibilidades profissionais para além da vida empresarial, a fala de SPP2 está atravessada por questões relacionadas ao capital humano:

*E10 – SPP2:*

*Na verdade, são duas paixões que eu tenho. eu gosto muito, muito da docência, da pesquisa, mas eu sou muito feliz e gosto do que eu faço aqui. Então até já surgiram algumas oportunidades, fazer um pós-doc e tudo mais, mas no momento eu avaliei que eu precisava fortalecer um pouco a ...((nome da sua empresa)). É uma empresa familiar, meu pai é meu sócio, mas num futuro próximo, eu pretendo sim trabalhar com a docência e com pesquisa também, mas a ...((empresa)) continua...*

Ao se referir à docência e à pesquisa como outras paixões em sua vida, SPP2 subentende que o saber oportuniza melhores condições de vida e isso também faz parte de sua constituição como empreendedor de si.

Sobre as possibilidades de projeção profissional, SPP3 revelou em sua fala o grande impacto que as práticas curriculares voltadas para o empreendedorismo tiveram em sua vida, conduzindo-o a um caminho que ele não imaginava seguir:

*E11 – SPP3:*

*Não tinha uma ideia muita clara do que eu queria fazer da vida, mas **com certeza não era ser empreendedor.** Teve um impacto grande no sentido de que, eu me recordo de que, todas as disciplinas que minha turma fazia, a gente gostava tanto ao ponto de querer abrir um negócio naquela determinada disciplina. Então **criou-se uma cultura de empreendedores ali** que não observei isso em outras /.../ ...((instituições))*

Nesse excerto, pode-se perceber que não só o Sujeito Participante da Pesquisa 3, mas também seus colegas de classe, segundo o próprio, já estavam bastante atravessados pelos discursos que sustentam a cultura empreendedora como sendo um modo de estar no mundo (estilo de vida). “Isso equivale a dizer que as práticas discursivas moldam nossa maneira de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele” (VEIGA-NETO, 2007, p. 93).

Pela perspectiva da governamentalidade neoliberal, mesmo concorrendo com outras fontes de saber como os coachings, a internet e outras mídias, pode-se dizer que a escola pública continua sendo uma importante e eficaz tecnologia de governo capaz de atravessar um grande número de pessoas. No excerto acima é possível observar o poder sendo exercido sobre um grupo de sujeitos livres que tomou para si uma determinada conduta ou comportamento (empreender), validado por um saber (de natureza econômica).

SPP3 descreve uma experiência que lhe despertou, antes de ingressar na escola agrotécnica, o interesse em ter um negócio próprio.

*E12 – SPP3:*

*Eu tive talvez um contato forte que direcionou, é, esse meu interesse não pelo empreendedorismo, mas por ter um negócio próprio né. que foi, quando era criança, eu frequentava uma fazenda. E nessa fazenda tinha gado de leite, tinha café e o meu:::, tinha cavalo, que eu adorava cavalo, então a minha ideia e até hoje acontece isso é ter uma fazenda, por exemplo, e poder ter vários:::, várias atividades econômicas nesta propriedade, mas não era nada além de um sonho e que isso foi tomando forma à medida que eu fui vendo que era possível ter um negócio próprio, criar ideias né.*

Nesse excerto, SPP3 narrou uma experiência ocorrida na infância. Frequentar um ambiente de negócios (fazenda) acabou despertando-lhe o sonho de um dia possuir uma propriedade rural. Talvez nessa época (infância), esse sonho fosse motivado muito mais pelo carinho pelos animais e pelas coisas do campo do que pelo aspecto econômico. Porém, o final de sua fala indica que o contato com o empreendedorismo na escola agrotécnica o fez perceber que transformar esse sonho em realidade era algo possível, porém, seu foco agora está voltado para o próprio empreendimento.

O discurso neoliberal sempre reforça a crença na qual “[...] a vida pode ser melhor, mais rica e mais completa para todos, com oportunidade para cada um segundo suas capacidades e conquistas, independentemente da classe social ou circunstâncias de nascimento (origem)” (ADAMS, 1931 apud VEIGA-NETO, 2012). Esse discurso adquire contornos de verdade justamente pelo fato de não garantir nada a ninguém. A vida pode ser melhor, mas isso depende exclusivamente das escolhas de cada um e os exemplos de sucesso,

embora sejam exceções e não a regra, sempre serão exaltados no intuito de nos objetivar/subjetivar a desenvolver determinados comportamentos.

Sobre a possibilidade de fazer carreira em uma grande empresa SPP3 respondeu:

*E13 – SPP3:*

*Recentemente, eu, eu procurei uma usina de açúcar né, de cana-de-açúcar, **que estava relacionada com a minha pesquisa no doutorado** para tentar ser funcionário, mas não, acabou não dando certo e a minha empresa hoje tá crescendo, tá com bastante demanda, então eu acabei voltando os olhos para isso.*

Nesse excerto, percebe-se que SPP3 é um sujeito aberto a possibilidades e adaptável a mudanças, uma vez que assumiu estar disposto a enfrentar novos desafios dentro de sua área de conhecimento trabalhando em uma empresa, já que sua formação também lhe oportuniza isso. Entretanto, no momento, ele entende que é mais vantajoso continuar na administração de seu próprio empreendimento. A flexibilidade manifestada nessa fala do SPP3 talvez seja a mais requerida característica dos sujeitos da contemporaneidade, muito em função da fluidez e volatilidade próprias de nosso tempo.

Pode-se perceber nos excertos analisados alguns pontos de convergências nas falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa que apresentam sintonia com a lógica neoliberal. Flexibilidade, adaptabilidade, criatividade, oportunismo e ambição são características essenciais para o empreendedor moderno. Os processos de subjetivação aos quais eles se submeteram durante a formação técnica tiveram grande impacto no modo como eles passaram a se conduzir economicamente. O contato com o empreendedorismo fez com que eles vislumbrassem a possibilidade de se tornarem empresários ainda muito jovens. A partir dali, eles abriram suas empresas e continuaram seus estudos em níveis mais elevados (graduação e pós-graduação) para que assim pudessem aumentar suas chances de sucesso num mercado volátil e instável.

Essa impermanência das coisas talvez seja o fator principal desse deslocamento do currículo, que se tornou menos disciplinar, mais transversal e flexível. Conseqüentemente, as subjetividades produzidas no interior da escola pública contemporânea estão acompanhando esses movimentos.

Em suma, os processos de subjetivação voltados para o empreendedorismo dentro das escolas públicas apontam para a produção de um sujeito flexível, criativo e adaptável e não um sujeito disciplinado, enrijecido. As constantes e bruscas mudanças que marcam nosso

tempo, principalmente, no que diz respeito à economia, exigem sujeitos com uma postura empreendedora capaz de dar respostas rápidas aos desafios do mercado.

#### **4.2. O empreendedorismo e sua importância para as economias de mercado**

A economia brasileira apresenta uma importante característica confirmada por um artigo publicado em setembro de 2019, no site da Agência SEBRAE de Notícias. A matéria intitulada “Geração de empregos pelos pequenos negócios revela melhor agosto em cinco anos”, apresenta números sobre o mercado de trabalho no Brasil.

Segundo a publicação, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apurados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) indicaram que das 121.000 vagas abertas no mercado de trabalho em agosto de 2019, cerca de 95.000 foram criadas nas micro e pequenas empresas. Isso significa que, atualmente, quase 80% dos empregos formais no país são gerados pelos pequenos negócios, enquanto as médias e grandes empresas representaram cerca de 20% dessas vagas.

Outra informação que chama a atenção na matéria é que 99% das empresas brasileiras são pequenos negócios. Perceba-se aí a importância do micro empreendedorismo para o desenvolvimento das economias de mercado. Essa informação evidencia a motivação do poder público em incentivar (pelo menos no discurso) as práticas empreendedoras e como a escola pública pode potencializar essa tática. Trata-se claramente de uma questão biopolítica. O empreendedor entrou nos cálculos dos governos como se fosse uma espécie de tábua de salvação da economia e do mercado de trabalho.

No caso do Brasil, que vem sofrendo um acelerado processo de desindustrialização nos últimos anos, este sujeito empreendedor de si pode contribuir no sentido de absorver a mão de obra não aproveitada pela indústria, mitigando as taxas de desocupação. Apreende-se aqui uma ação governamental que conduz a escola pública na direção da economia e do mercado.

Ao abordar, durante a entrevista, a importância do empreendedorismo (inclusive no ambiente escolar) para o desenvolvimento das economias de mercado, os Sujeitos Participantes da Pesquisa apresentaram um discurso alinhado à cultura empreendedora e demonstraram ter ciência do atual cenário do país.

*E14-SPP1:*

*Em termos de desenvolvimento econômico? Olha, o empreendedorismo em si, em minha breve estada aqui, para mim ele é super importante, assim.*

*Você::, Existem várias pessoas né, não sei, que talvez elas até tenham determinadas ideias ou sei lá, elas tenham um plano de negócio, mas elas não sabem como pôr em prática e muitas vezes elas continuam trabalhando nos empregos delas, assim, e não dão continuidade a ideia. Eu acho que o empreendedorismo ele que serve para isso, ele serve para dar para as pessoas uma noção de que elas podem ser mais do que elas acham que são. Elas podem pegar aquela ideia metafísica, digamos assim, na cabeça delas e podem, por meio das regras do empreendedorismo, por meio de planos de negócios, (inaudível), essas coisas, todas as metodologias né, que o empreendedorismo faz, elas conseguem criar empresas, elas conseguem criar valor para o meio onde elas vivem e criando valor, claro, ela vai movimentar mercado e conseqüentemente, movimentar a economia.*

Aqui SPP1 demonstra encarar o empreendedorismo como uma prática regrada e calculada que possibilita ascensão social e valorização do sujeito que, ao criar novos valores, promoverá a inovação da economia local, favorecendo a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento regional, devendo então ser incentivada. O empreendedor não é simplesmente alguém que abre um negócio, mas uma espécie de força motriz da economia, que deve saber “se comportar no campo econômico - na forma da concorrência em função de planos e projetos, com objetivos, táticas, etc.-” (FOUCAULT, 2008a, p. 240).

SPP2 expõe sua visão sobre a importância do empreendedorismo e sua disseminação no ambiente escolar e acadêmico:

*E15-SPP2:*

***Eu acho que ela ...((a escola ou a academia)) é um local bom para isso. Não pode ser o único. Acho que a gente precisa de mais iniciativas também fora das universidades para apoio ao empreendedorismo, para incentivo à cultura empreendedora que ultrapasse aí os muros das universidades, que chegue talvez mais universidades particulares, que a gente não tem tanto, a maioria das incubadoras das, dos projetos mais fortes estão nas universidades públicas e a gente precisa sair um pouco do muro da, dessas universidades para desenvolver esses negócios. Eu acho fundamental, ainda mais no momento que a gente vive no Brasil né, de dificuldade econômica, de instabilidade financeira, um pouco de questões políticas envolvidas, mas é muita dificuldade e o negócio próprio é uma saída interessante, embora se tenha que ter uma preocupação em não legalizar a informalidade.***

Embora conceba a escola e a academia como espaços adequados para disseminação da cultura empreendedora, SPP2 entende que esta deveria ultrapassar os muros dessas instituições, o que lhe conferiria uma abrangência maior na construção de uma sociedade-empresarial, na qual o empreendedorismo poderia ser uma alternativa interessante no enfrentamento dos problemas sociais e econômicos que afetam o país.

Em outras palavras, trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas "empresa" que não devem, justamente, ser concentradas na forma nem das grandes empresas de escala nacional ou

internacional, nem tampouco das grandes empresas do tipo do Estado (FOUCAULT, 2008a, p. 203).

Porém, SPP2 entende que o empreendedor deve estar preparado para administrar sua vida (no sentido *lato*) dentro de uma lógica empresarial, onde há certas obrigações e encargos que não podem ser ignorados, sob pena de se tornar um problema econômico. Ele exemplifica:

*E16-SPP2:*

*O meu pai é um exemplo, meu pai é produtor rural e sempre trabalhou como, como braçal, um chapa, como trabalhador rural para outras pessoas e com o MEI ...((microempreendedor individual)), passou a prestar serviço para algumas empresas, para algumas pessoas com possibilidade de emitir nota fiscal, motivado e incentivado por programas do próprio governo, **mas não foi preparado para isso, não passou por um, por um treinamento, por uma orientação detalhada, por um curso, que isso traria encargos, imposto, contador, disso, disso, daquilo e aí a dificuldade é muito grande. ... Então, até eu li uma pesquisa recente que boa parte dos microempreendedores individuais no Brasil estão endividados. Por que? Porque eles não foram capacitados a colocar na sua porção de custos, nos seus orçamentos, esses tributos, essas questões, esses custos que tem pra manter uma microempresa individual.***

A situação descrita neste excerto nos permite analisar algumas situações inerentes à lógica neoliberal. A primeira delas é o incentivo à formalização proposta pelo governo. Essa medida contempla vários interesses, pois o trabalhador formal passa a ter acesso à rede de proteção social e amplia seu mercado de atuação. Em contrapartida, esse trabalhador/empreendedor se torna visível aos olhos do fisco que tributará sua atividade profissional/empresarial.

Vale ressaltar também que no exemplo descrito pelo SPP2 ficou tensionada a questão do capital humano, pois sua fala chama atenção para o fato de que para empreender é necessário reunir um acervo de saberes que vão além do conhecimento técnico. O empreendedor deve saber “gerenciar a si mesmo e aos resultados mercadológicos que derivam de sua própria atuação” (BOCCHETTI; BUENO, 2019, p. 16).

Quem deseja empreender deve estar consciente que a falta de preparo pode interferir negativamente na construção de uma conduta economicamente viável. Uma das questões fundamentais da análise econômica do trabalho proposta pelos neoliberais é “saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe” (FOUCAULT, 2008a, p. 307).

SPP3 expressa sua opinião sobre a importância do empreendedorismo para o mercado brasileiro:

*E17-SPP3:*

*Eu penso que, praticamente, a maioria dos empreendimentos que tem no Brasil hoje são de pequenas empresas e a maior parte das empresas tenta se diferenciar. Então é de inteira importância o empreendedorismo nesse sentido. então o que gira o mercado hoje no brasil é o empreendedorismo. os empreendimentos, os empreendimentos clássicos, eles não são a grande maioria.*

Essa fala do SPP3 revela sua ciência de que a economia brasileira é pulverizada em pequenos empreendimentos e atribui a essa característica a importância das práticas empreendedoras. Como já dito no início desta seção, as pequenas empresas geram a grande maioria dos empregos no Brasil.

Os Sujeitos Participantes da Pesquisa demonstraram em suas falas terem ciência de algumas tramas econômicas, sociais e políticas impostas pelo neoliberalismo, que utiliza o discurso do empreendedorismo para transferir à população parte da responsabilidade na administração e desenvolvimento das economias de mercado e enfrentamento de crises. Nesse contexto, somos responsabilizados pela manutenção dos nossos empregos, nossa renda, em suma, nossa participação ativa no sistema produtivo.

#### **4.3. As características fundamentais do sujeito empreendedor**

O empreendedor de si é uma construção subjetiva que pensa sua existência na relação com os valores empresariais e com o mercado. Dentro desse contexto, vemos algumas ações educacionais dirigidas à sua formação.

O Brasil é um país com grande vocação empreendedora, sendo um dos países que mais criam novas empresas no mundo, entretanto, isso não significa que essas empresas se manterão no mercado por longos períodos, mas esse é um jogo encarado com certa naturalidade pelos empreendedores. O neoliberalismo infunde a ideia de que sucesso e fracasso são consequências da dedicação e escolhas individuais, pois a liberdade necessária para agir está assegurada. O empreendedorismo passou a ser uma forma de investimento em si e governo de si, ou seja, o sujeito não pode culpar o ninguém, a não ser ele mesmo, caso falhe na missão de prosperar.

As tecnologias educacionais desenvolvidas no intuito de estimular a produção deste tipo de conduta econômica procuram dar respostas às demandas do mercado e despertar nesses sujeitos o espírito da concorrência.

As entrevistas realizadas com os Sujeitos Participantes da Pesquisa revelam alguns traços característicos dos sujeitos empreendedores de si que demonstram afinidades com os

comportamentos econômicos inculcados pela racionalidade neoliberal. Ao trazer esse tema para a entrevista, lhes foi perguntado sobre as características fundamentais do empreendedor. Surgiram respostas como resiliência, autoconfiança e percepção (de oportunidades).

*E18-SPP1:*

*Confiança no que ele faz. Confiança no que ele faz e **resiliência**. É o principal porque quando eu entrei aqui para ser pré-incubado né, 6 ...((seis)) meses de pré-incubação pra gente desenvolver a nossa ideia, **a nossa ideia era ótima no papel, mas como eu disse para você ela não foi para frente, então esse não foi para frente, se eu não tivesse pensado em outras coisas, se eu não tivesse conseguido mais, etc., talvez eu não estaria aqui, talvez eu já teria desistido**. Então, para mim eu acho que o principal do empreendedor é saber que a ideia dele não tem obrigação de estar, de funcionar. A parte dele, ele que tem que fazer funcionar.*

SPP1 utiliza no início de sua fala a palavra “resiliência”. Resiliência é um conceito da Física que se refere à capacidade que um corpo possui de se flexibilizar em momentos de tensão e retornar a sua forma original. Esse conceito foi importado pelo mundo empresarial para definir a quantidade de pressão que uma pessoa pode suportar, sem que aquilo interfira negativamente nas decisões relacionadas aos seus objetivos profissionais ou até mesmo pessoais. “A resiliência envolve o cuidado de si” (TIMM; MOSQUERA; STOBÄUS, 2008, p. 44).

O dinamismo e volatilidade dos mercados atualmente exigem cada vez mais essa qualidade. O fato do projeto desenvolvido pelo SPP1 “não ter ido para frente”, apesar de ter sido considerado ótimo no papel como ele próprio disse, não é motivo suficiente para desistir, muito pelo contrário, é um estímulo para continuar trabalhando e repensando as estratégias para conquistar o espaço almejado no mercado.

Para SPP2 a autoconfiança é primordial.

*E19-SPP2:*

***Autoconfiança**, exatamente. Porque eu vejo colegas bons no que fazem, excelentes profissionais. Um exemplo que a gente tava falando aqui com o seu ...((nome de um senhor que chegou no local da entrevista)) há pouco, do meu antigo sócio, dos **dois meus antigos sócios, que não conseguem ter segurança para fazer um trabalho sem orientação de alguém, sem um acompanhamento. Ele sabe fazer, ele é muito bom naquilo. excelente!** Mas se alguém não fechar o contrato por ele, avaliar o que ele faz e falar tá ótimo, pode enviar pro cliente, ele não faz. Isso aí limita um trabalho como empreendedor, um trabalho individual e tudo mais. Então eu acho que a principal característica é a segurança, essa autoconfiança no seu potencial. Muita gente tem o potencial, muita gente é muito bom, mas não consegue desenvolver. Não consegue fazer isso por conta própria.*

SPP2 elege a autoconfiança como importante característica do empreendedor, enfatizando que somente a competência técnica não é suficiente para o sucesso, aliás, talvez essa característica muitas vezes nem seja necessária. Essa falta de segurança que, em algumas ocasiões, afeta o desempenho dos empreendedores, pode ser resultante justamente das incertezas do mercado, mas o empreendedor de si não pode mostrar suas angústias porque ele é fabricado para o sucesso. O empreendedor “é um inovador que se opõe ao personagem rotineiro que se contenta em explorar os métodos tradicionais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 153).

Com relação às características fundamentais de um bom empreendedor, SPP3 disse o seguinte:

*E20-SPP3:*

*Pela minha pouca experiência com isso, eu consegui ver que **um bom empreendedor ele consegue enxergar coisas que os outros não enxergam.** Eu acho que talvez é isso e não porque você tá querendo enxergar, mas porque você tem olhos pra aquilo. Tem pessoas que se esforçam para poder enxergar, mas, não, não têm ideias ou não tem nenhuma visão.*

Esse trecho de sua fala denota a ideia de que o empreendedor de sucesso é aquele que está sempre atento às oportunidades, “um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 145).

Essa capacidade visionária pode ser um diferencial que lhe permitirá estar sempre um passo à frente na competição do mercado. A subjetividade neoliberal é forjada pelos valores do mercado, pelo espírito de concorrência, pela não aversão calculada dos riscos e pela busca do alto desempenho e sucesso.

Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328).

Embora as palavras competição ou concorrência não tenham sido ditas, seus efeitos de sentido relativos às capacidades citadas perpassam as falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa quando eles elencam as características que, em suas visões, são primordiais ao empreendedor de sucesso. O empreendedor deve ser resiliente, autoconfiante e visionário porque ele está no meio de uma competição.

Se os liberais do século XVIII concebiam tais características como sendo inatas aos seres humanos que sempre buscam o melhor para si, os neoliberais entenderam que elas também podem ser desenvolvidas e potencializadas quando os sujeitos são objetivados/subjetivados por determinadas disposições que o façam assimilar uma conduta econômica calcada no empresariamento de si. É justamente isso que a escola pública está tentando fazer.

#### **4.4. Os desafios de uma conduta econômica empresarial**

O neoliberalismo, enquanto doutrina econômica, tenta afastar (em tese) as questões mercantis do Estado e, a partir daí, anuncia a liberdade de mercado como elemento indispensável ao bom funcionamento da economia. A garantia de liberdade fez nascer a defesa de uma construção subjetiva idealizada como empreendedor de si, esta forma-sujeito que sempre será responsabilizada por suas escolhas sejam elas boas ou ruins. Nos casos de sucesso, o céu é o limite e nos casos de fracasso, os esforços é que não foram suficientes. As incertezas do mercado, a competição voraz e o clima de insegurança devem ser administrados e para isso a população precisa ser educada para se conduzir em meio a tudo isso. Afinal, “[não] há liberalismo sem cultura do perigo” (FOUCAULT, 2008a, p. 91).

A verdade do mercado autorregulável, no Liberalismo Clássico, cedeu espaço a uma competição constantemente incitada, porém, esse ambiente discursivo de competição não ficou restrito às empresas e ao mercado, abarcando também as relações sociais e trabalhistas. Em suma, impactou a constituição dos sujeitos e das sociedades de tal modo que ambos passaram a se organizar nos moldes da empresa. Para que esse modelo socioeconômico funcione é necessária a máxima disseminação de sujeitos empreendedores de si e isto se dá através dos vários aparatos que estimulam uma competição exacerbada e permanente. Por esta razão, a competição é um tema bastante sensível à racionalidade neoliberal, porque está relacionada a alguns aspectos éticos de nossa vida.

Dentro dessa lógica, os indivíduos, enquanto sujeitos, são estimulados a competir na escola, no consumismo de mercadorias inúteis, no trabalho e esse ambiente de competição guiado pelos princípios de mercado pode ter fortes impactos na constituição das subjetividades, gerando comportamentos egoístas, hedonistas, etc.

A competição/concorrência foi um importante tema abordado nas entrevistas cujas respostas focaram basicamente em estratégias de como suplantar os concorrentes, mas

também surgiram outras nuances relacionadas ao mercado de modo geral e não somente à concorrência direta.

Para SPP1, qualidade é indispensável:

*E21-SPP1:*

*Olha, eu acho que ele tem que garantir o serviço dele. porque não importa se você tiver, sei lá, cinquenta competidores, se o seu serviço for melhor que o deles ou se você garantir a qualidade, certeza que eles vão, que o cliente te escolhe. então pra mim, a primeira coisa que você tem que fazer quando você vai abrir uma empresa é ser bom no que você faz. Você vai abrir uma mercearia, seja a melhor mercearia, cê vai abrir uma loja de informática, seja a melhor loja de informática, porque assim é uma maneira de que o consumidor, intuitivamente vai te escolher. Não importa se a outra empresa te dá desconto, se outra coisa, não. **Qualidade sempre vem antes.***

SPP1 ainda não possui experiência de mercado, mas acredita que a qualidade do produto/serviço ofertado é a melhor ferramenta para superar a concorrência, demonstrando o entendimento de que quem a impõe é o consumidor. Entretanto, em sua fala transparece uma visão concorrencial baseada numa perspectiva quase utópica de concorrência leal, na qual ser o melhor basta, desconsiderando que no mercado real são empreendidas, por parte de alguns agentes, várias práticas obscuras e até ilícitas que intentam unicamente prejudicar e até mesmo excluir os demais concorrentes. Neste contexto,

[a] concorrência não é considerada, então, como na economia ortodoxa, clássica ou neoclássica, uma condição para o bom funcionamento das trocas no mercado; ela é a lei implacável da vida e o mecanismo do progresso por eliminação dos mais fracos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 53).

A racionalidade neoliberal encara a concorrência econômica como um fator essencial para o progresso e a consequente eliminação dos menos capacitados seria apenas um efeito colateral.

SPP2 já possui uma boa experiência de mercado acumulada ao longo de pouco mais de 10 anos. Revelou um fato relacionado ao ambiente concorrencial que lá no início de sua vida empresarial ele não imaginava. Em seus dizeres, ficou demonstrado que, no mercado, a concorrência não se limita apenas àquelas empresas ou profissionais que atuam no mesmo ramo. Muitas vezes ela ocorre de forma indireta.

*E22-SPP2:*

*Rapaz, a minha área na verdade, quando eu comecei lá na ...((nome de sua empresa)), a ideia era produzir muda de ...((nome da planta)), aquela coisa, 17 ...((dezessete)) anos e a gente não tem muita ramificação nos negócios né,*

*e a gente tinha uma empresa no Brasil que produzia e comercializava, então a gente ainda, na experiência da época, falava: Ah::, eu não tenho concorrente, ou tenho um concorrente e na verdade não é assim né. Tem que trabalhar com ...((nome da planta)) hoje, tem 7 ...((sete)), 8 ...((oito)) empresas no país, mas tem empresa que trabalha com grama pra tudo que é lado.*

*Não tem o mesmo potencial, não tem a mesma eficiência, mas são vendidos para fazer a mesma coisa, desempenhar a mesma função. Então a minha visão era que eu não tinha concorrência, que as coisas não eram tão difíceis e hoje eu vejo que é, a gente tem concorrência para todos os lados e até de questões indiretas né. Pra você ter uma ideia, eu nunca imaginei antes de passar por todo esse processo de incubadora, de um pouco de experiência da vivência já desses mais 10 ...((dez)) anos trabalhando com essa empresa que próximo a feriados como dia das mães, dia dos pais, natal, páscoa, a gente pudesse ter queda de venda, de negociação e dificuldade de fechar orçamento e a gente tem. Eu vendo muda de ...((nome da planta)) e eu despacho pelos correios, por transportadora, empresa aérea para todo Brasil toda segunda-feira. É raro um dia após dia das mães, após dia dos pais, após natal que eu consigo despachar, porque que as pessoas destinam recursos para outras coisas. Muitas vezes não são, não é o produto, ninguém dá o meu produto de presente para o Dia das Mães, então elas vão gastar recursos com o Dia das Mães e vão deixar em stand by ali a necessidade proteger um talude, a necessidade de comprar uma muda ou de comprar raiz que eu também vendo e tudo mais. Então essa visão eu não tinha. Eu via meus concorrentes de uma forma completamente diferente do que eu vejo hoje. Então isso é um desafio que a gente vai enfrentando.*

Esse trecho da fala de SPP2 ilustra como a racionalidade neoliberal estende a lógica econômica para situações que, até então, não eram consideradas essencialmente econômicas, como o simples fato de se presentear os pais ou a família em datas especiais. O que se percebe aqui é um deslocamento mercantil das relações sociais, revelando que a economia possui um caráter comportamental programável. Num ambiente econômico altamente concorrencial, situações, aparentemente desconexas, podem estabelecer entre si uma disputa por recursos raros. Para os agentes de mercado é muito importante compreender os meandros desse processo decisório de alocação de recursos, pois, para além de um ambiente de produção, troca e consumo, o mercado é também um campo minado, cheio de armadilhas. Para os neoliberais, a economia “já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008a, p. 307).

SPP3 prefere focar nas empresas de maior porte que, devido à maior exposição no mercado, se transformam em referência para os demais concorrentes.

*E23-SPP3:*

*A gente tenta fazer um atendimento bom né e lidar com as pessoas, com os nossos funcionários. A gente tenta lidar da melhor forma possível, os nossos fornecedores a mesma coisa e de certa forma a gente foca muito no nosso cliente e com relação a competição com os nossos concorrentes né, a gente*

*tenta se espelhar nos maiores né, nas empresas que nem sabem que a gente existe, mas como a gente sabe que eles existem, fica mais fácil da gente competir com eles ...*

Trata-se aqui de uma ação de benchmarking<sup>71</sup>, ou seja, uma postura estratégica que busca “alinhar-se aos desempenhos máximos e às ‘melhores práticas’ num processo sem fim” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 228).

A vida empresarial é repleta de desafios e perigos, entretanto, o sujeito empreendedor de si deve estar ciente de todos eles e desenvolver estratégias para não se deixar sucumbir. Sobre isso, discorrei na seção seguinte.

#### **4.5. Medos, incertezas, angústias**

O período (meados da década de 2000) e contexto histórico nos quais se iniciaram as tecnologias voltadas para a formação de sujeitos empreendedores, no âmbito da escola parceira desta pesquisa e as demais escolas públicas brasileiras que adotaram as práticas empreendedoras como componente (extra)curricular nessa mesma época, é subsequente às importantes transformações ocorridas nos campos socioeconômico e político na década de 1990, dentre as quais podemos citar a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética. Esses eventos provocaram um forte deslocamento nas estruturas tradicionais que organizavam o mundo moderno. O processo de globalização econômica que, a partir de meados da década de 1980, se intensificou também em função dos avanços tecnológicos que facilitaram o movimento de capitais, beneficiou os países desenvolvidos ao mesmo tempo que sufocou os países periféricos do capitalismo mundial, trazendo inúmeras incertezas, inclusive relacionadas aos rumos da educação.

Na década de 2000, já podíamos ter uma ideia um pouco mais clara do que representava essa fase da globalização da economia capitalista e isso definiria, dentre muitas outras coisas, os rumos que a escola pública iria tomar. O capital adquirira mais fluidez, ultrapassando as fronteiras com mais facilidade na busca de ambientes mais favoráveis à sua acumulação, o que impactou significativamente a economia, a cultura, as relações de trabalho, os modos de produção, as condutas econômicas individuais e coletivas, em suma, os modos de vida das pessoas em geral. Logicamente, a escola não poderia ficar alheia a tudo isso, sendo obrigada a acompanhar a estes movimentos, sob pena de tornar-se uma instituição

---

<sup>71</sup> Termo em inglês que significa referência ou marca de referência.

“inadequada” dentro dessa nova ordem. Quando digo inadequada, quero dizer que ela não atenderia plenamente as demandas da economia vigente.

A função da escola pública passou a ser também fabricar sujeitos que fossem capazes de gerenciar suas vidas num mundo global e competitivo, no qual não se poderia mais contar com a ampla proteção do Estado. Organismos financeiros e organizações sociais internacionais passaram a interferir nas políticas públicas educacionais a nível global, tanto no financiamento quanto na assistência técnica e em seu direcionamento político-ideológico. Na década de 2000, a escola pública começou a receber um tratamento empresarial, sendo incumbida de metas, cobrada por resultados e avaliada sistematicamente. A educação deixou de ser um problema interno e os governos começaram a compartilhar sua gestão com outras instituições. O projeto neoliberal para a educação começava a mostrar-se de maneira mais evidente, embora ainda sutil.

Em suma, assistimos à constituição de um novo diagrama de poder no que diz respeito às questões educacionais, com uma pluralização de atores intervenientes para dentro do sistema, com uma forte ingerência externa de fora dele, porém dentro do espaço nacional, e também, inclusive, de fora do próprio espaço nacional. O cenário educacional, anteriormente ocupado de modo quase excludente por docentes, pedagogos e burocratas ministeriais, começou a encher-se aos poucos de figuras que até não muito tempo eram consideradas extra-educacionais: economistas e consultores, dirigentes políticos, agentes do mercado, funcionários internacionais, etc. (MARINIS, 2008, p. 39).

A famigerada “crise da modernidade<sup>72</sup>” aqui entendida, de forma bastante simples, como sendo o abalo sofrido pelos construtos modernos que pretendiam ordenar e classificar o mundo, dentre os quais cito a razão e a ciência, não poderia deixar de ter reflexos nas práticas pedagógicas. Aos poucos, a rigidez do currículo disciplinar produtor de corpos dóceis, foi sendo complementada pela flexibilidade de um currículo transversalizado, produtor de sujeitos adaptáveis e capazes de dar respostas às necessidades do mercado.

Sendo assim, pode-se entender boa parte das novas propostas curriculares como tentativas de desdisciplinar os currículos, de modo a mantê-los imunes às crises que acometem as disciplinas. O raciocínio é simples: se o currículo, por ser disciplinar, contribui no sentido de trazer a crise para o interior das práticas pedagógicas, então, com a eliminação (ou abrandamento) das disciplinas, mantém-se o currículo, mas afasta-se (ou abrandando-se) a própria crise (VEIGA-NETO, 2008, p. 146).

---

<sup>72</sup> Tema problematizado por vários autores recebendo diferentes terminologias.

Vejo aqui um processo de governamentalização do currículo no qual, a cada momento, pode-se escolher quais saberes são mais importantes. Essa é uma característica bem própria da governamentalidade neoliberal: ela identifica, de acordo com as circunstâncias, quais problemas devem ser geridos ou não pelo Estado.

Num mundo altamente volátil, como nessas décadas iniciais do século XXI, as constantes mudanças são as únicas certezas. Medos e inseguranças passaram a fazer parte dos aspectos sociais, políticos e econômicos da existência humana, uma vez que nossas vidas estão sujeitas a variações repentinas e inesperadas. No mundo empresarial essas questões são ainda mais patentes, pois as relações mercantis e trabalhistas são constantemente impactadas por tais mudanças.

Ao falar dos conhecimentos adquiridos e experiência acumulada desde a época do curso técnico até os dias atuais, SPP2 parece naturalizar o medo que ronda este mundo tão incerto e o considera de certa forma até positivo, a partir do momento em que ele ativa o bom senso nas tomadas de decisões.

*E24-SPP2:*

*... Eu já tive e tenho, eu ainda tenho medo, mas eu considero que eu amadureci na área a um nível que eu tô preparado para enfrentar isso. eu acho que o medo é bom né.*

*O medo é bom que ele coloca a gente com a cabeça no lugar também. se cê não tiver medo, cê vai fazer sem se preocupar com detalhes que podem causar o fracasso. Então eu acho que quando a gente tem medo e tem ciência disso, a gente toma um pouco mais de cuidado também e acho que eu tô preparado para, para enfrentar algumas desilusões, a gente enfrenta né*

...

Nesse excerto, SPP2 afirmou que o seu medo é consciente e que temos que ter maturidade para lidar com isso.

O medo do desemprego, das crises econômicas, da violência, das epidemias, das guerras são marcas de nosso tempo que se misturam com uma sensação de impotência, isto é, que realmente não há controle sobre nada. “Medo’ é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser *feito* - do que pode e do que não pode - para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (BAUMAN, 2008, p. 8, grifos do autor).

SPP3 falou sobre o medo do insucesso e quais são suas ações para afastar esta hipótese.

*E25-SPP3:*

***Já, eu, com as crises que têm, oscilações de mercado e o nosso produto, ele de certa forma é sazonal, então na época das chuvas onde ocorre deslizamento, as obras sofrem com problemas na parte de drenagem, acaba aumentando a demanda e isso não acontece na época de, de pouca precipitação e a gente tenta fazer um trabalho forte com os nossos clientes para inverter isso, deles poderem antecipar né e fazer na época das secas o serviço que não deve ser feito na época das chuvas, mas toda essa oscilação, tanto do mercado quanto da sazonalidade do nosso produto e do nosso serviço, isso nos assusta.***

***Na verdade, a gente já está prevendo que várias coisas não deem certo né. E nesse sentido a gente tenta ampliar o leque de produtos e serviços que a gente tem, aumentar a aproximação que a gente tem com parceiros, então já tem algumas empresas atrás da gente né, querendo oferecer outros produtos pra gente colocar na nossa empresa, a gente tenta se capacitar, eu tenho interesse em fazer outra faculdade que possa me auxiliar, diversificar as possibilidades da empresa, a gente tenta sempre recrutar mão de obra cada vez melhor, contar com essa equipe pra reduzir o risco de ser impactado por esses problemas de mercado aí.***

Essa parte da fala de SPP3 oferece vários elementos para análise. Quando o entrevistado fala sobre as oscilações do mercado e da sazonalidade dos seus produtos e serviços que, são mais demandados na época das chuvas, parece naturalizar esse ambiente de incertezas no qual vivemos na atualidade. Admite que tudo isso é um pouco assustador, mas em nenhum momento usou esse fator como desculpa ou obstáculo para o seu negócio, adotando práticas que visam minimizar os impactos dessa volatilidade, como a flexibilização de seu leque de produtos/serviços e estabelecimento de parcerias com outras empresas. “‘Flexibilidade’ é o *slogan* do dia, e quando aplicado ao mercado de trabalho augura um fim do ‘emprego como o conhecemos’ [...]” (BAUMAN, 2001, p. 169, grifo do autor).

Outra medida tomada é o investimento em mão de obra qualificada e aquisição de novos saberes. Quando SPP3 diz: “*eu tenho interesse em fazer outra faculdade que possa me auxiliar, diversificar as possibilidades da empresa*” está claramente se referido ao investimento em seu capital humano, ao investimento em si próprio, entendendo que isso ampliará suas possibilidades na competição do mercado, pois

[as] capacidades adquiridas através do investimento são o que aumenta o valor do capital humano, diferenciando os seres humanos em função de suas habilidades e destrezas específicas, ou seja, tornando cada indivíduo possuidor de uma combinação específica de recursos, depositário não apenas de uma certa quantia, mas de uma certa composição de capital humano, que, em função dos benefícios oferecidos pelo mercado, deverá escolher onde melhor “aplicar” (LÓPEZ-RUIZ, 2008, p. 131).

SPP3 também relata que questões relacionadas às pessoas são as mais complexas e difíceis de administrar, o que também lhe gera certa insegurança.

E26-SPP3:

*Tem uma coisa que é recorrente em qualquer empresa, imagino, é o capital humano, que eu acho que todos os processos, eles vão depender necessariamente de pessoas, então, quando você é patrão, você depende de seus funcionários, depende dos seus fornecedores, depende dos seus clientes e essas pessoas né, elas tomam decisões e isso que me assusta. Como eu vou conseguir lidar com essas pessoas, as necessidades dessas pessoas, o meu cliente tem uma necessidade, meu funcionário tem uma necessidade, meu fornecedor tem a necessidade e eu como empresário tenho uma necessidade. O mercado em geral né, são pessoas e eles têm uma necessidade e é rápido, tudo muda muito rápido, né. Isso que me assusta, como conseguir lidar com tudo isso?*

SPP3 utiliza a famosa expressão “capital humano” reconhecendo a ideia de que pessoas detentoras de conhecimentos e destrezas que favorecem a realização do trabalho, compõem o ativo de qualquer empresa e administrá-lo exige habilidade. Sua explanação referente às relações de trabalho se afasta da noção de exploração (empregador x empregado). Quando ele diz que “*todos os processos, eles vão depender necessariamente de pessoas, então, quando você é patrão, você depende de seus funcionários ... e essas pessoas né, elas tomam decisões ...*”, pode-se perceber que em seu discurso perpassa a ideia (mesmo que empiricamente) de que as relações de poder são móveis e não se exercem somente de cima para baixo, além do que, reconhece seus funcionários como colaboradores que adotam uma postura ativa de tomada de decisões que podem impactar os resultados da empresa, tanto positiva quanto negativamente. Sua visão do ethos empresarial se apresenta bem alinhada ao discurso neoliberal chicaguista e à Teoria do Capital Humano. Quando SPP3 finaliza este trecho dizendo “*tudo muda muito rápido, né*”, também demonstra sua compreensão da volatilidade dos mercados, das relações de trabalho e do mundo de modo geral, fatores que exigem uma indispensável capacidade de adaptação por parte de todos (empreendedores e colaboradores).

Pode-se perceber nas falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa que todo esse cenário em que o imponderável ou o imprevisível estão sempre na iminência de acontecer, a busca pela segurança se tornou uma tarefa a cargo de cada indivíduo que, no meio desse turbilhão de sentimentos, busca infinitamente novos conhecimentos e suas próprias maneiras de mitigar os impactos das possíveis e constantes ameaças.

Na seção seguinte serão abordadas questões relacionadas ao impacto social das práticas empreendedoras.

#### **4.6. Empreendedorismo e responsabilidade social**

O conceito de Responsabilidade Social Empresarial surgiu no final do século XX e engloba múltiplos aspectos, mas basicamente está relacionado à qualidade de vida dos colaboradores de uma empresa e seus familiares, geração de valor para a comunidade local e respeito aos princípios ambientalistas.

O aspecto social do empreendedorismo está inserido num jogo discursivo cujos urdimentos abarcam também interesses políticos e econômicos. Como já dito algumas vezes no decorrer deste texto, a racionalidade neoliberal tem a capacidade de deslocar questões de cunho social para o campo econômico, além do que, suas proposições para as políticas sociais não são focadas exclusivamente na população, conjugando também outros interesses.

As iniciativas empreendedoras tidas como socialmente responsáveis são muito bem vistas pelo mercado. Cientes desse fato, empresas e empreendedores chamam para si parte da responsabilidade pela formulação de políticas/ações de regulamentação social. Nas falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa emergem enunciados que correlacionam o desenvolvimento econômico às questões sociais.

SPP1 acredita que as escolas de educação básica podem viabilizar importantes transformações não só econômicas, mas também sociais através das práticas empreendedoras.

*E27-SPP1:*

*Eu acho que o empreendedorismo nas escolas básicas para incentivar os alunos a pensar, incentivar os alunos de que se ele tivesse uma ideia ele pode colocar em prática, ele pode criar valor para onde ele vive, ele consegue criar coisas para integrar, por exemplo, o que eu fiz né, a comunidade e a escola. Sabe? Estimular as ideias deles pra que eles consigam criar valor e consigam criar empregos, consigam fazer com que o meio onde ele vive, de certa forma, fique melhor.*

Em sua fala, SPP1 coloca o empreendedorismo como estratégia que pode abrir caminhos para a participação de empresas na elaboração e execução de políticas públicas que possam integrar comunidade, poder público e mercado, o que retiraria a inteira responsabilidade do Estado que quase sempre se mostra falho na administração dos problemas sociais. Para SPP1, o setor empresarial pode e deve dar sua contribuição principalmente em momentos de crise. Visto como prática socioeconômica, o empreendedorismo pode ser também uma tecnologia biopolítica local que “visa a *maximizar a utilidade da população*, aumentando sua ‘empregabilidade’ e sua produtividade, e diminuir seus custos [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 284, grifos dos autores).

SPP3 vê no empreendedorismo uma possibilidade de inclusão econômica e social.

E28-SPP3:

*Bom! Boa parte da população hoje tá desempregada, uma outra parte grande também tá no emprego informal e o governo né, ele tenta trazer esses informais, esses empregados pra formalidade né, formalizar essas pessoas, esses empreendedores, eu vejo que é uma forma tanto do governo arrecadar quanto dessas pessoas se incluírem no mercado formal, ou como funcionário dessas novas empresas ou como empreendedores formais né, que estavam na informalidade. e outra coisa que eu vejo também é que o empreendedorismo é uma opção a mais porque ou você é funcionário público ou privado né, e depender exclusivamente disso talvez não seria legal. Então, quando você se forma ou quando você tem uma ideia, ser empreendedor é uma opção mais.*

Aqui SPP3 demonstra ter alguma ciência de uma das tramas que sustentam os discursos que apoiam as práticas empreendedoras, ao explanar que, a partir do momento em que um empreendimento é formalizado ele se torna mais uma fonte uma fonte de receita para o Estado (através da arrecadação de impostos), isto é, esse empreendedor entra na contabilidade estatal. Nos dizeres de SPP3, o empreendedorismo é mais uma opção de inserção no mercado de trabalho, ou seja, é mais uma possibilidade que os indivíduos que investiram em seu capital humano têm de se tornarem servíveis ao jogo do mercado.

Daí o trabalho “pedagógico” que se deve fazer para que cada indivíduo se considere detentor de um “capital humano” que ele deve fazer frutificar, daí a instauração de dispositivos que são destinados a “ativar” os indivíduos, obrigando-os a cuidar de si mesmos, educar-se, encontrar um emprego (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 230, 231).

O aspecto social das práticas empreendedoras e empresariais se inscreve num discurso que legitima a responsabilidade social das empresas como algo que cria valores bem vistos pelo mercado, trazendo consequências positivas para todos que fazem parte desse jogo mercantil: empresas, consumidores, fornecedores, colaboradores, poder público, e, por conseguinte, a sociedade de modo geral. Entretanto, podemos estar diante de um mecanismo de controle e de gestão da população que é transferido parcialmente do Estado para o setor privado. Um empreendimento privado que assume uma política socialmente responsável baseada no cuidado do outro, o faz porque também se beneficia disso, uma vez que agrega valor à própria marca, adquire o respeito da comunidade local e do mercado que consumirá seus produtos/serviços também em função dos valores sociais vinculados a eles. Tudo isso pode atrair investidores, reter e atrair capital humano, enfim, contribuir (pelo menos em tese) para a construção de uma sociedade bem-sucedida socialmente e sustentável economicamente, algo que segundo muitas visões, caberia somente ao Estado.

#### 4.7. Produzindo discursivamente sujeitos economicamente governáveis

Ao analisar discursivamente as falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa, pode-se identificar características, práticas, comportamentos, pensamentos e atitudes harmonizadas com as condutas econômicas, requeridas pela lógica neoliberal, que atravessam a constituição desses sujeitos. Estamos diante de um processo de objetivação/subjetivação que foi sendo construído paulatinamente desde o momento em que estes sujeitos foram capturados pelo discurso do empreendedorismo e, a partir de então, tomaram para si como verdadeiro, este modelo de conduta econômica.

Cientes de sua importância para as economias mercado, da competição voraz que vão travar, das características que devem aprimorar para trilhar o caminho do sucesso, dos desafios que certamente irão enfrentar, dos medos e incertezas que podem cruzar seus caminhos e do compromisso que eles próprios entendem ter com a sociedade, os sujeitos empreendedores de si são induzidos pela racionalidade neoliberal a investirem em si mesmos e aumentarem suas chances de sobrevivência no mercado. “Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331).

Todos entendem como positivo o impacto que o empreendedorismo teve em suas vidas e veem o mercado do país, apesar das dificuldades, com bom potencial, mas que ainda precisa se modernizar, reduzindo a burocracia e simplificando os processos, responsabilidade esta que, em suas opiniões, cabe ao Estado.

O empreendedor de si ou empresário de si constitui-se com base nos preceitos neoliberais, ou seja, ele é um produto do neoliberalismo. Sua conduta econômica é orientada pelos valores cultivados no ethos empresarial. Competição, desempenho, qualidade, investimento em si próprio, capacidade de adaptação, a visão das relações de trabalho, a redução das atribuições do Estado e até mesmo os riscos e incertezas são fatores naturalizados em seu modo de vida, revelando conexões com a governamentalidade neoliberal.

Ao ampliar os olhares sobre esse processo, percebe-se que o empreendedorismo, a troca de mercadorias, a busca do melhor para si ou *laissez faire* (deixar fazer), comportamentos ou características vistas pelos liberais do século XVIII como naturais aos seres humanos, passaram a ser entendidas, pelos neoliberais da Escola de Chicago, como algo que também pode ser permanentemente estimulado, conforme os interesses de uma sociedade econômica. Isso ficou perceptível nos dizeres dos Sujeitos Participantes da Pesquisa e nesse

contexto, a escola pública foi identificada como dispositivo capaz de contribuir para a consecução dos objetivos fixados.

A introdução do empreendedorismo nas práticas (extra)curriculares traz consigo uma carga de verdade, ou seja, se um determinado saber circula na escola pressupõe-se que ele é verdadeiro. Conseqüentemente os sujeitos objetivados e subjetivados dentro desse processo direcionarão suas vidas conforme aquela verdade. O sujeito neoliberal bem-educado economicamente é mais facilmente governável, melhor dizendo, ele é autogovernável.

## **V – O IMPERATIVO ECONÔMICO: URDIMENTOS QUE SUSTENTAM A ESCOLA NEOLIBERAL/EMPRESARIAL**

A investida neoliberal sobre a escola pública perpassa várias nuances, tais como como o deslocamento da educação da esfera social (direito de todos) para a econômica (investimento), a racionalização dos investimentos no setor, a determinação dos saberes e a produção de sujeitos considerados úteis ao referido modelo econômico, além de sua mercantilização.

Os movimentos tendenciais da escola pública em direção ao modelo econômico neoliberal a evidenciam como elemento de suporte do mesmo. Neste contexto, a métrica empresarial passou a ser utilizada na aferição do desempenho do sistema educacional. Palavras como “investimento”, “meta” e “resultado” passaram a funcionar como mediadores de uma racionalidade que migrou do campo empresarial/econômico para o campo educacional, gerando práticas gerenciais e pedagógicas nos moldes da empresa que acabam impactando as subjetividades de alunos e professores.

### **5.1. Investimentos educacionais: uma análise da relação custo x benefício**

As análises neoliberais construíram o entendimento de que os recursos destinados ao financiamento do sistema educacional devem retornar para a sociedade sujeitos capazes de atender às demandas do mercado e, conseqüentemente, do Estado. O investimento em educação, seja público ou privado, deve ser rentável e não simplesmente uma despesa. Sob este viés, as políticas públicas educacionais são planejadas a partir de uma perspectiva empresarial que leva em conta os custos das ações do Estado e as projeções futuras de retorno, remodelando a ação docente e a formação discente, produzindo novas práticas e subjetividades afinadas com a lógica empresarial e predispostas à competição.

Assim sendo, tudo entra no cálculo da relação custo x benefício e todos são cobrados no sentido de apresentar bons indicadores de produtividade e desempenho, estabelecendo a partir daí relações de concorrência entre escolas, professores e alunos.

Existe um discurso dominante no Brasil que defende a ampliação dos investimentos públicos em educação, atribuindo à carência destes os maus resultados apresentados nas avaliações internas e externas.

O PNE (BRASIL, 2014) inclusive estabeleceu em sua meta número 20 a ampliação dos recursos investidos para 10% do PIB até o final do decênio 2014-2024. Em 2018, o Brasil investiu aproximadamente 6% (seis por cento) do PIB conforme mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 2 – Desempenho x Gasto Público em relação ao PIB (PISA 2018)



Fonte: OCDE e Banco Mundial (BRASIL, 2018, p. 11)

Na avaliação de Matemática (PISA), o gráfico revela que o país com o pior desempenho investiu em educação, em termos relativos (percentual do PIB), um pouco mais que o Brasil, cuja taxa de investimento é de 6%. Já o país com melhor desempenho investe bem menos que o Brasil, aproximadamente 3%. Essa análise vale também para as avaliações em Leitura e Ciências.

Já um estudo publicado pelo Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional em 2018, intitulado “Aspectos fiscais da educação no Brasil”<sup>73</sup>, traz a evolução dos gastos federais em educação no país no período de 2008 a 2017. Este estudo também coloca sob suspeita o discurso de que o país investe pouco em educação e necessita elevar seus gastos. Segundo informações apresentadas neste estudo, o Brasil investe aproximadamente 6%<sup>74</sup> do

<sup>73</sup> Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/EducacaoCesef2/eb3e416c-be6c-4325-af75-53982b85dbb4>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<sup>74</sup> São os gastos totais somados os recursos da União, Estados e Municípios.

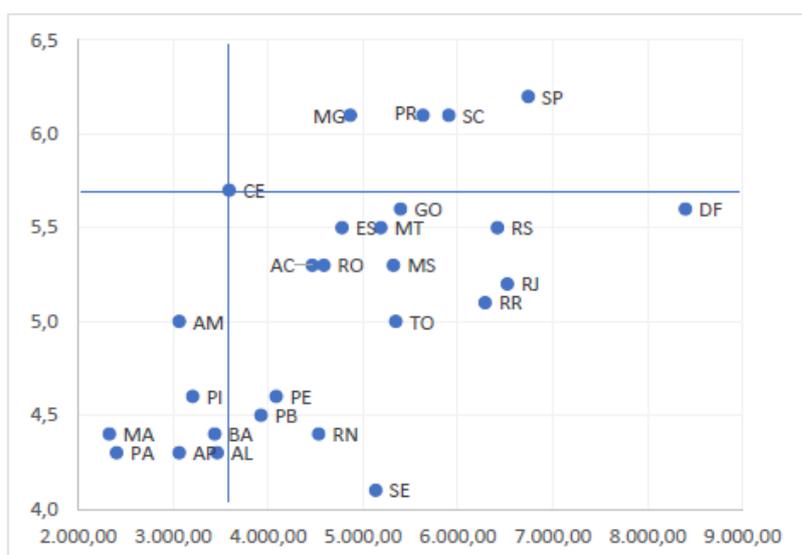
PIB em educação nos diferentes níveis (do fundamental ao superior), mais do que a média dos países da OCDE que é de 5,5%. Para se ter uma ideia, os Estados Unidos, maior economia do mundo, investem cerca de 5,4% do PIB em educação.

Apesar da forte pressão social para a elevação do gasto na área de educação, existem evidências de que a atual baixa qualidade não se deve à insuficiência de recursos. Tal observação não é específica ao Brasil, tendo em vista que já é estabelecida na literatura sobre o tema a visão de que políticas baseadas apenas na ampliação de “insumos” educacionais são, em geral, ineficazes (BRASIL, 2018, p. 2).

Este estudo passa a ideia de que o Brasil, em valores relativos, é um dos países que mais investe em educação no mundo, o que é verdade, mas se analisarmos os números em valores absolutos, certamente perceber-se-á uma discrepância muito grande, dada a enorme diferença entre os tamanhos e características das economias dos países desenvolvidos e países em fase de desenvolvimento. Pode-se dizer que o PIB dos Estados Unidos, por exemplo, é cerca de 15 vezes maior que o do Brasil e embora nossa economia esteja entre as 12 maiores do mundo, nosso PIB per capita talvez seja baixo.

O IDEB revela uma situação semelhante entre os estados. Não necessariamente, o estado com maior investimento por aluno obtém o melhor desempenho nesta avaliação, como demonstra o gráfico a seguir (são os exemplos do Distrito Federal e Ceará):

GRÁFICO 3 – Valor aplicado na educação básica por aluno e IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental – Rede Pública<sup>75</sup>



Fonte: INEP (BRASIL, 2018, p. 12)

<sup>75</sup> O valor aplicado se refere a 2017, ao passo que o IDEB é referente ao ano de 2015.

O Distrito Federal é a unidade da federação que realiza o maior investimento por aluno, mais que o dobro do Ceará, e ainda assim seu desempenho no IDEB 2015 ficou um pouco abaixo do referido estado da região nordeste. Segundo dados disponibilizados pelo IBGE<sup>76</sup>, o Distrito Federal é a unidade da federação com Índice de Desenvolvimento Humano mais elevado, enquanto o estado do Ceará é o 17º no ranking de um total de 27 estados.

Tudo isso pode significar que o problema da “qualidade” pode não estar realmente atrelado, única e exclusivamente, ao volume de recursos financeiros destinados à educação. Podem existir outras variáveis que precisam ser mais bem estudadas e compreendidas para que possamos gerenciar de maneira mais eficaz esses recursos e assim produzir resultados mais satisfatórios nas avaliações internas e externas, fatores que refletirão natural e positivamente não só no desenvolvimento do país, mas também na sua imagem externa. Essa regra faz parte da trama neoliberal.

A tabela abaixo mostra que a evolução dos gastos federais em educação no período de 2008 a 2017 e o considerável aumento de investimentos, tanto em valores absolutos quanto em valores em relação ao PIB, não foi capaz de elevar o patamar da educação no país.

Tabela 3 – Gasto em educação 2008-2017 (R\$ bilhões constantes de 2017)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Educação</b>	<b>61,4</b>	<b>71,0</b>	<b>90,0</b>	<b>98,7</b>	<b>112,5</b>	<b>119,2</b>	<b>130,2</b>	<b>127,0</b>	<b>123,6</b>	<b>117,2</b>
<b>Educação Superior e Profissional</b>	<b>31,8</b>	<b>36,3</b>	<b>46,3</b>	<b>51,4</b>	<b>58,1</b>	<b>69,4</b>	<b>77,9</b>	<b>79,1</b>	<b>77,3</b>	<b>75,4</b>
IFES (Pessoal + Funcionam.)	27,3	28,0	32,8	34,7	35,5	39,1	41,8	40,7	40,4	41,4
IFET (Pessoal + Funcionam.)	2,4	3,0	5,8	7,1	8,0	9,4	11,0	11,7	12,3	12,7
Hosp. Univ. (Pessoal + Func.)	0,8	3,6	4,5	4,8	5,1	5,7	6,3	8,4	8,8	9,6
Bolsas + Assist. Estudante	1,1	1,5	1,7	2,2	2,9	5,2	6,4	8,2	5,3	4,4
FIES (Admin. + Imp. Primário)	0,2	0,2	1,5	2,5	4,9	6,6	7,9	7,1	8,4	6,9
Pronatec	-	-	-	-	1,7	3,5	4,6	2,9	2,2	0,5
<b>Educação Básica</b>	<b>18,9</b>	<b>23,6</b>	<b>26,6</b>	<b>32,5</b>	<b>37,2</b>	<b>38,3</b>	<b>39,1</b>	<b>38,9</b>	<b>37,4</b>	<b>34,6</b>
Fundeb + Salário Educação	14,6	17,8	19,6	24,8	26,9	26,3	27,2	28,3	27,0	25,1
PNAE + DDE + TE + PNLD	4,3	5,7	7,0	7,6	9,9	11,2	10,0	8,7	8,5	7,6
Demais	-	-	-	-	0,4	0,9	1,9	1,9	1,9	1,9
<b>Outros</b>	<b>10,7</b>	<b>11,2</b>	<b>17,0</b>	<b>14,9</b>	<b>17,2</b>	<b>11,6</b>	<b>13,1</b>	<b>9,0</b>	<b>9,0</b>	<b>7,2</b>
Pessoal	3,3	4,5	6,6	6,2	9,5	4,6	6,8	3,9	4,7	3,4
Demais	7,4	6,7	10,4	8,6	7,7	7,0	6,3	5,1	4,3	3,8
<b>Receita Corrente - União</b>	<b>755</b>	<b>775</b>	<b>890</b>	<b>1.030</b>	<b>1.135</b>	<b>1.220</b>	<b>1.243</b>	<b>1.283</b>	<b>1.361</b>	<b>1.408</b>
% da Rec. Corrente										
Educação	4,7%	5,6%	6,4%	6,4%	7,1%	7,4%	8,4%	8,4%	8,5%	8,3%
<b>PIB</b>	<b>3.110</b>	<b>3.333</b>	<b>3.886</b>	<b>4.376</b>	<b>4.815</b>	<b>5.332</b>	<b>5.779</b>	<b>5.996</b>	<b>6.259</b>	<b>6.560</b>
% do PIB										
Educação	1,1%	1,3%	1,5%	1,5%	1,7%	1,7%	1,8%	1,8%	1,9%	1,8%

Fonte: Tesouro Gerencial e IBGE (BRASIL, 2018, p. 5)

<sup>76</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

De acordo com o artigo 212 da Constituição Federal de 1988, a União deve aplicar no mínimo 18% e Estados, Distrito Federal e Municípios devem investir no mínimo 25 das respectivas arrecadações de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo que Estados, Distrito Federal e Municípios atuam prioritariamente no ensino básico. O volume total de recursos destinado à educação pública, considerando os gastos de União, Estados, Distrito Federal e Municípios<sup>77</sup>, é bastante elevado. São aproximadamente R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta bilhões de reais) por ano, ou R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) por dia, se considerarmos um PIB na casa de R\$ 6.000.000.000,00 (seis trilhões de reais, vide Tabela 3)<sup>78</sup> e investimentos da ordem de 6% em relação ao PIB. A massa de alunos, desde a última década (2010 - 2019), não tem crescido e tende a decrescer devido ao envelhecimento da população<sup>79</sup>.

Observa-se que, mesmo com o crescimento da economia (PIB praticamente dobrou de 2008 a 2017) e com o aumento considerável do nível de investimentos, ainda que possa não ser o ideal, a educação brasileira permaneceu estagnada, conforme revelam as últimas avaliações internas e externas, ou seja, o sistema educacional brasileiro não consegue entregar aquilo que o mercado espera. Por esta, e outras razões, a educação pública sofre tantas cobranças. Talvez o problema do Brasil seja bem mais complexo e esteja muito além da carência de investimentos.

Diante do exposto, é possível compreender porque uns bradam pelo aumento dos investimentos públicos em educação, e outros criticam um suposto mau uso dos já volumosos recursos destinados ao setor. Contudo, essa é uma equação que precisa ser resolvida. Seria possível fazer mais, ou melhor, com o nível de investimentos já atingido? Realmente de nada adianta ampliar o volume de recursos se não houver uma gestão racional que produza os resultados esperados pelo mercado, pois é isso que os neoliberais desejam. Do modo como as relações de poder estão desenhadas, na conjuntura atual, não se pode desprezar os fatos, pois, é muito difícil romper totalmente com a ordem posta sem sofrer algum tipo de retaliação dos agentes do mercado.

---

<sup>77</sup> A Tabela 3 traz somente os gastos da União.

<sup>78</sup> PIB 2017 conforme Tabela 3 foi de aproximadamente R\$ 6,5 trilhões (seis trilhões e quinhentos bilhões de reais). Em 2019 ultrapassou a casa dos R\$ 7 trilhões (sete trilhões de reais) segundo dados do IBGE.

<sup>79</sup> No que tange à governamentalidade, existe uma tendência futura de que o envelhecimento da população brasileira alivie o sistema público de educação e em contrapartida pressione os sistemas públicos de saúde e previdência.

A Teoria da Capital Humano defende veementemente o investimento em educação e, embora se refira à participação do Estado nesse processo, não defende enfaticamente que estes recursos devam vir exclusivamente do orçamento público. Para os teóricos da Escola de Chicago, este investimento incumbe também ao mercado (parte interessada) ou ao próprio indivíduo, que, uma vez subjetivado no sentido conduzir sua vida sob a lógica da empresa, deverá também realizar investimentos em si próprio, tornando-se responsável pela gestão do seu capital. Entretanto, vale frisar que

[não] há pensamento liberal unificado em matéria de educação. Seguindo certas passagens de Adam Smith, pode-se deduzir que o Estado tem um papel mais importante na instrução intelectual e moral do povo, o que, além do mais, não escapou a Condorcet, que se apóia no autor da Riqueza das Nações para defender seu projeto de instrução republicana (LAVALL, 2004, p. 93).

Se o conceito de Capital Humano pretendia desconstruir a noção de exploração da força de trabalho equiparando os trabalhadores qualificados aos proprietários de capital físico, pode-se dizer que este objetivo está sendo alcançado com considerável sucesso, uma vez que as mudanças nas relações de poder e trabalho estão sendo naturalmente interiorizadas principalmente pelas novas gerações. De acordo com HARVEY (2008, p. 17),

[nenhum] modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos.

Pode-se dizer que os sujeitos submetidos a esse discurso empresarial estão, em certa medida, se vendo como empresas e reconhecendo os outros como tal.

## **5.2. A desigualdade educacional no Brasil: possível flerte com a privatização**

Outro fato bastante importante relacionado ao Brasil é a desigualdade educacional. No final de 2019, foi publicado um artigo pelo repórter Fausto Macedo, no site do jornal O Estado de São Paulo, cujo título era: “Uma visão da escola particular brasileira sobre o Pisa 2018”. A publicação traz uma análise do Senhor Antônio Eugenio Cunha<sup>80</sup> sobre o desempenho dos alunos da rede privada brasileira de ensino no referido exame. Segundo a

---

<sup>80</sup> Ex-Presidente da Federação das Escolas Particulares (FENEP) e Membro do Conselho de Representantes da FENEP.

matéria, os dados, somente da rede privada, colocariam o Brasil na 11<sup>a</sup> posição do ranking em leitura, 39<sup>a</sup> em Matemática (melhor que todos os países das Américas, exceto Canadá, e bem próximo dos Estados Unidos) e 24<sup>a</sup> posição em Ciências, à frente de países como Suíça, França e Dinamarca.

Para Cunha (2019), estes resultados demonstram que a rede privada brasileira de ensino oferece uma educação de qualidade e que ações no sentido de melhorar o desempenho da rede pública estão dentro do nosso país, ou seja, o Brasil depende só de si para superar as dificuldades. Essa situação também nos leva a refletir sobre como o meio social pode interferir no desempenho educacional e que peso essa variável possui quando comparada ao investimento financeiro realizado.

Tempo passado, cuidados proporcionados, o nível de cultura dos pais também - porque se sabe muito bem, justamente, que, para um mesmo tempo passado, pais cultos vão formar um capital humano, para a criança, muito mais elevado do que se não tiverem o mesmo nível de cultura -, o conjunto dos estímulos culturais recebidos por uma criança: tudo isso vai constituir elementos capazes de formar um capital humano (FOUCAULT, 2008a, p. 315- 316).

Logicamente existem escolas públicas excelentes e escolas particulares ruins, mas ao que tudo indica, o desempenho geral do Brasil só não é pior porque a rede privada, que abarca cerca de 18%<sup>81</sup> dos alunos do ensino básico (fundamental e médio), tem puxado a nota para cima. Fato que revela a enorme desigualdade educacional que assola o Brasil. Cerca de 15% dos mais de 10.000 alunos brasileiros na faixa de 15 anos, teoricamente do 9<sup>o</sup> ano do ensino fundamental, que participaram da avaliação em 2018, eram da rede privada.

A Federação das Escolas Particulares (FENEP) já está fechando, segundo esta matéria, um acordo com a OCDE e a Fundação CESGRANRIO para que seja realizada, no Brasil, uma avaliação denominada PISA-S que englobará somente a rede privada de ensino. O objetivo dessa avaliação será produzir relatórios que subsidiem a tomada de decisões no sentido de melhorar a qualidade da educação básica no país. Em um contexto neoliberal, isso pode flertar com a possibilidade de privatização da rede pública de ensino básico, caso fique demonstrado através de dados consistentes, que, para o Estado, seria mais vantajoso descentralizar os recursos públicos da educação por meio de um sistema de bolsas direcionadas à rede privada (como ocorre no Chile), ao invés de manter a rede pública sob sua inteira responsabilidade. Esse cenário instauraria um impiedoso ambiente de competição entre as escolas, tanto na

---

<sup>81</sup> Fonte: INEP / Censo Escolar 2018

redução dos custos, quanto na melhoria do desempenho, sem contar a competição entre os alunos que buscariam vagas nas escolas com melhores indicadores, algo que, para nossa tradição e cultura seria um grande choque. Porém, a competição e a desoneração do Estado, como já sabemos, são princípios básicos da racionalidade neoliberal. Pode-se até considerar aqui um possível *lobby*<sup>82</sup> de representantes da rede privada de ensino para explorar este mercado, que, no Brasil, é enorme.

### 5.3. O empresariamento da escola pública

A versão neoliberal da escola pública tende, cada vez mais, a pautar-se pela cultura do mercado e a voltar-se para a formação de uma sociedade empresarial.

Relembrando, que, muitas políticas públicas educacionais, aqui citadas, implantadas durante o período republicano brasileiro, carregavam em sua essência aspectos que buscavam articular a escola à economia vigente em cada época. Essa dimensão econômica da educação já estava presente no pensamento de Adam Smith e também de outros representantes do Liberalismo Clássico. Em maior ou menor grau e principalmente, a partir do século XX, a escola pública quase sempre manteve conexões com o mundo econômico, mesmo porque os recursos que a financiam são derivados da atividade econômica.

Com relação ao deslocamento neoliberal da escola pública contemporânea, várias críticas recaem principalmente sobre o fato deste modelo escolar focar unicamente nos aspectos relacionados ao mercado, à formação de capital humano, ao trabalho, enfim, à economia de modo geral, menosprezando a formação humanista, os valores sociais e a cidadania, princípios tradicionais e identitários da escola.

Essa adaptação da escola à economia vigente é um processo, ainda em curso, considerado necessário pelos organismos financeiros internacionais, após a virada neoliberal das décadas de 1980-1990. Esse movimento é justificado como sendo uma consequência natural do processo de modernização econômica que, a partir de então, seria guiado pela competitividade e a escola precisa estar conectada a essa nova ordem. É uma tendência mundial conduzida por influentes órgãos multilaterais que disseminam discursos de verdade sobre a educação dos países que se submetem às suas diretrizes político-econômicas e a seus processos de avaliação educacional.

---

<sup>82</sup> Pressão exercida sobre o poder político por grupos particulares que defendem determinado interesse.

Também é importante sublinhar os pontos em que os processos de reforma neoliberal são legitimados, disseminados, às vezes reforçados e de fato ‘vendidos’, por um conjunto de agentes e organizações muito poderosos e muito persuasivos, incluindo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, [...] e uma infinidade de Think-Tanks voltados para o mercado<sup>83</sup> [...] (BALL, 2016, p. 1047-1048).

Os regimes de verdade postos em torno deste modelo universalizado de educação estão se estabelecendo de maneira tão sólida que conseguiram, inclusive, a adesão de nações tradicionalmente não liberais, como a China, país que apresentou o melhor desempenho nas 3 áreas de conhecimento avaliadas no exame do PISA em 2018, encabeçando outros países asiáticos que também se destacam neste ranking global da educação básica.

Os resultados dessa avaliação, quando insatisfatórios, sempre produzem ruídos e turbulências políticas, suscitando discursos que defendem as chamadas reformas curriculares sob o argumento de que a escola pública não está entregando para o mundo econômico aquilo que dela se espera. É o currículo exercendo uma função biopolítica.

O poder do currículo advém do pressuposto conteúdo de verdade que ele carrega. Mas não se trata de pensar que a ligação entre saber e poder é unidirecional, algo como “simplesmente quem sabe mais tem mais poder”. Como de modo muito claro nos mostrou Foucault, a ligação entre saber e poder é bem mais complicada: é uma vontade de poder que institui uma vontade de saber e, por sua vez, é essa vontade de saber que, se manifestando no campo dos dizíveis (onde se situam as verdades e as não-verdades), confere poder a quem pronuncia os discursos verdadeiros (VEIGA-NETO, 2012).

Mas o que está sendo de fato avaliado? Esta comparação entre os países participantes do referido exame denota características de um mecanismo de controle que tenta objetivar os países menos desenvolvidos a perseguirem resultados semelhantes aos alcançados pelos países mais ricos, como se o passado colonial e escravagista, como, por exemplo, o da América Latina, não tivesse reflexos nas mazelas socioeconômicas que ainda afligem os países mais pobres. É como se, a melhoria no desempenho desta avaliação, fosse uma questão de escolha que credenciaria os países em fase de desenvolvimento, o caso do Brasil, a participar do jogo econômico proposto pelo neoliberalismo, pois, quanto mais jogadores nessa competição internacional, mais intensa ela se torna.

---

<sup>83</sup> It is also important to underline the point that the processes of neoliberal reform are legitimated, disseminated, sometimes enforced and indeed sometimes ‘sold’, by a set of very powerful and very persuasive agents and organisations, including the Organisation for Economic Cooperation and Development and World Bank, the World Trade Organisation, [...] and a plethora of market-leaning Think-Tanks [...]

O que está no foco desta avaliação é a competitividade econômica de cada país participante e o sistema educacional não passa de um indicador desta competitividade. Por isso a educação é constantemente convocada pelos agentes políticos e econômicos a implantar reformas nesse sentido. “Para dizer de outra maneira, na nova ordem educativa que se delinea, o sistema educativo está a serviço da competitividade econômica, está estruturado como um mercado, deve ser gerido ao modo das empresas” (LAVAL, 2004, p. XX).

A presença do empreendedorismo dentro da escola pública insere a cultura da empresa no meio educacional e produz sujeitos harmonizados à governamentalidade neoliberal, tanto o sujeito-aluno quanto o sujeito-professor. O neoliberalismo buscou nas últimas 5 décadas, com certo êxito, ressignificar conceitos relacionados ao capital e às relações de trabalho de modo a desconstruir a noção de exploração e de luta de classes. Além disso, tentou também naturalizar a ideia de que o Estado não deve nada à população, quase um rompimento do pacto social, subjetivando o acesso a serviços públicos como moradia, educação e saúde, não no sentido de negá-los, mas subentendendo que existe também a possibilidade de trabalhar e adquiri-los no mercado como outra mercadoria qualquer.

O trabalhador, detentor de conhecimentos que otimizam a realização de um trabalho, passou a ser equiparado ao proprietário de capital físico, devendo adotar uma postura ativa e empreendedora (sentir-se dono do negócio). Já o Estado deve interferir minimamente no mercado, limitando-se a protegê-lo por meio de instrumentos jurídicos.

O empresariamento da escola pública evidencia características de um dispositivo que viabiliza o exercício de um poder governamentalizado através de um aparato de Estado que executa a missão de “recrutar indivíduos e capacitá-los a transformar a realidade social, configurando-se como um mecanismo de assujeitamento dos sujeitos e de seu saber” (MASCIA, 2002, p. 71).

A atual conjuntura social, política e econômica não exige simplesmente a formação de mão de obra qualificada para constituição de um contingente de reserva capaz de suprir as necessidades das empresas e do mercado, como fora em um passado recente, mas também a fabricação massificada de uma forma-sujeito que consiga se inserir no processo econômico através de sua própria iniciativa e seja capaz transformar a realidade a sua volta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de pesquisa busquei discutir os modos de atuação do poder, durante o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente, através da perspectiva foucaultiana. A soberania (vontade do monarca) no decorrer do século XVIII cedeu espaços a novas técnicas de poder, como a disciplina (docilização dos corpos), o biopoder (poder sobre a vida) e a gestão racional de governo (governamentalidade). Apontei que, desde então, as novas técnicas de exercício do poder aprimoraram seus procedimentos, tornando-se mais efetivas, menos custosas e convenientemente ajustadas ao desenvolvimento do capitalismo, dando destaque maior ao que Foucault (2008b) conceituou como governamentalidade.

A governamentalidade é uma forma bastante complexa de exercício do poder, que tem como alvo as condutas individuais e coletivas, se apoiando em cálculos e táticas, instrumentalizando-se por meio de vários dispositivos vinculados ao Estado (ou não), e utilizando, como um dos principais saberes, a economia.

Entendida também, como um conjunto de avançadas técnicas de governo das condutas, a governamentalidade se deslocou até chegar à sua configuração neoliberal tão presente em nossos dias.

Ao fundir o governar (*gouverner*) e a mentalidade (*mentalité*) no neologismo governamentalidade, Foucault enfatiza a interdependência entre o exercício do governo (práticas) e as mentalidades que sustentam tais práticas. Em outras palavras, a governamentalidade pode ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de controle, normalização e moldagem das condutas das pessoas (FIMYAR, 2009, p. 38).

A racionalidade neoliberal age dentro de uma discrição própria e quase sempre de forma muito sutil. Do ponto de vista econômico, molda as condutas que lhe convém e, de modo análogo, produz culturalmente os modos de vida que lhe interessa.

Neste contexto, a escola pública foi estrategicamente utilizada como um dos dispositivos capazes de conduzir e administrar os processos de objetivação/subjetivação que fabricarão o sujeito neoliberal, o sujeito privatizado que não necessitará do Estado e que, ainda, contribuirá para sua manutenção, pois estará muito mais focado nos seus interesses do que preocupado com seus direitos, investindo na sua própria formação e saúde, que produzirá, consumirá e pagará seus impostos. Enfim, um sujeito livre e empreendedor de si mesmo, que buscará incessantemente seu espaço no mercado de trabalho e uma existência social e economicamente aceita.

A liberdade e a autonomia defendidas pelo emancipador discurso neoliberal produzirão efeitos de sentido entre aqueles que sonham em construir uma vida próspera, feliz e cheia de realizações, principalmente aqueles que não tiveram a boa sorte ao nascer e vivem em condições socioeconômicas não favoráveis. Segundo Foucault (2008a, p. 301-302),

[é] Hayek, que dizia, há alguns anos: precisamos de um liberalismo que seja um pensamento vivo. O liberalismo sempre deixou por conta dos socialistas o cuidado de fabricar utopias, e foi a essa atividade utópica ou utopizante que o socialismo deveu muito do seu vigor e do seu dinamismo histórico. Pois bem, o liberalismo também necessita de utopia. Cabe-nos fazer utopias liberais, cabe-nos pensar no modo do liberalismo, em vez de apresentar o liberalismo como uma alternativa técnica de governo. O liberalismo como estilo geral de pensamento, de análise e de imaginação.

O neoliberalismo é uma tecnologia astuciosamente engendrada. Para além de uma doutrina econômica, é um modo de ser e pensar direcionado para os princípios de mercado. Nas falas dos Sujeitos Participantes da Pesquisa é perceptível como eles tomaram como verdadeira uma conduta econômica calcada no empresariamento de si em função dos processos de objetivação/subjetivação aos quais estiveram submetidos durante parte de suas vidas escolares.

A existência de um sujeito pedagógico não está ligada a vontades ou individualidades autônomas e livremente fundadora de suas práticas. O sujeito pedagógico está constituído, é formado e regulado no discurso pedagógico, pela ordem, pelas posições e diferenças que esse discurso estabelece. O sujeito pedagógico é uma função do discurso no interior da escola e, contemporaneamente, no interior das agências de controle (DÍAZ, 1994 apud VEIGA-NETO, 2007, p. 92).

As experiências ali vivenciadas funcionaram como uma prévia da futura vida profissional na qual cada um de nós é considerado uma unidade econômica. Assim foi despertado um modo de entrar e permanecer no jogo econômico. Por conseguinte, a permanência neste jogo trouxe consigo o imperativo da constante aprendizagem, ou seja, uma motivação que leva o sujeito a aperfeiçoar seu capital humano através dos investimentos educacionais e a constituir-se como *homo oeconomicus*.

O modelo econômico neoliberal pode nos levar a crer que o mercado tenta ao máximo suprimir o papel do Estado, mas não é bem isso. Estado e mercado estabelecem entre si uma parceria que beneficia a ambos. O Estado cria regras flexíveis para dinamizar os processos do mercado, em contrapartida, as atividades econômicas ali geradas viabilizarão a existência do Estado.

A trama exposta nesta Tese coloca sob suspeita alguns pressupostos do neoliberalismo, como o livre mercado e a não intervenção estatal nos processos econômicos. Embora tente passar uma imagem puramente racional e calculista, fica evidente que o modelo econômico neoliberal não é tão livre assim, não é um processo natural que se ajusta conforme a metáfora da mão invisível no Liberalismo Clássico. Pode-se perceber as intervenções não só do Estado, mas de vários outros agentes (órgãos financeiros, organismos multilaterais, associações sociais, escolas) em todo o processo econômico.

Por outro lado, os discursos daqueles que defendem o neoliberalismo também se mostram, pouco a pouco, como sendo parte de uma peça teatral com um enredo recheado de hipocrisia e incoerências. Países que se autoproclamam liberais adotam fortes medidas protecionistas para blindar suas economias; grandes empresários defensores do livre mercado fazem esforços sem medidas para firmar contratos com o poder público, participando de processos concorrenciais que nem sempre se mostram transparentes; empresas designam os chamados lobistas para buscar benefícios fiscais para seus ramos de atividade econômica; famílias privilegiadas financeiramente matriculam seus filhos em boas escolas particulares para que eles tenham maiores chances, no futuro, de realizar a formação superior nas melhores universidades públicas. Esses mesmos atores, quase invariavelmente, manifestam opiniões contrárias aos intervencionismos do Estado, sejam eles de natureza econômica ou social. Essa suposta minimização do papel do Estado não elimina a existência de relações duvidosas entre o público e o privado.

Em meio a tudo isso, encontra-se a escola pública sofrendo pressões constantes para tentar adequar-se ao mercado. Os tipos de sujeitos que devem ser fabricados, os saberes que devem circular, os comportamentos econômicos que devem ser adotados e os hábitos de consumo e investimentos que devem ser praticados são permanentemente estimulados ou conduzidos, ainda que de forma bastante sutil, pelas políticas de subjetivação fomentadas no interior dessa instituição, já que quem está na escola se torna mais visível às ações do Estado.

Não estamos diante de intervencionismos diretos, com o respaldo da lei ou outro instrumento legal. É um intervencionismo velado, que se dá pela construção de regimes de verdade que conduzem a população, revelando a atuação de um poder que se exerce minuciosamente, o que o torna ainda mais eficaz. Em suma, pode-se concluir que a liberdade tão idealizada e defendida pelo neoliberalismo é uma liberdade fabricada e guiada. “A liberdade é algo que se fabrica a cada instante” (FOUCAULT, 2008a, p. 88).

A racionalidade neoliberal aposta muitas de suas fichas no sujeito empreendedor de si. O incentivo ao empreendedorismo visa ocupar a parcela da população afetada pelo

desemprego, mantendo-a economicamente ativa, já que esta prática possui grande potencial de geração de emprego e renda (muito maior do que o das grandes e médias empresas), além de pulverizar os riscos de mercado. No caso dos sujeitos entrevistados, as práticas empreendedoras desenvolvidas por eles, são frutos dos conhecimentos técnico-científicos adquiridos na escola pública, fato que, para a análise neoliberal corrobora a ideia de que os investimentos educacionais devem ser deliberados em função do retorno social e principalmente econômico que estes podem e devem gerar. Manter esses sujeitos ativos nesse jogo econômico é um grande desafio, e o estímulo à competição é uma das estratégias encontradas para tal. Ao manter ou ampliar o nível de atividade econômica da população, o Estado conseguirá reduzir cada vez mais sua função assistencialista.

No complexo processo de articulação da economia nacional como um objeto a ser conhecido, registrado, calculado e influenciado, está em jogo uma mudança decisiva nos princípios de governo. A mudança é de uma noção segundo a qual o governante precisa fazer mais do que extrair de seus subalternos, não importa que riqueza possam produzir, para uma noção de que um governante deveria renovar e até mesmo aumentar tal riqueza (ROSE; MILLER, 2012, p. 51).

Os discursos que defendem a formação do sujeito empreendedor penetraram na escola pública, já há algum tempo, como uma panaceia, um remédio para alguns dos grandes males que afligem a sociedade brasileira (estagnação econômica, desigualdade social, desemprego). A atual situação econômica do Brasil realmente é muito preocupante. A pandemia do novo coronavírus agravou ainda mais uma situação que já era ruim. Talvez estejamos caminhando para a 3ª década perdida, economicamente falando, em 50 anos.

Um fato que me chamou a atenção, durante a realização desta pesquisa, foi que muitos jovens se sentem atraídos pelo empreendedorismo. O Estado está aproveitando isso para tentar produzir subjetividades que se alinhem aos objetivos governamentais e aos princípios do mercado e que, num futuro próximo, sejam capazes de contribuir para tirar a economia da recessão.

O neoliberalismo é um modelo sócio-político-econômico que exhibe uma racionalidade muito bem construída e que opera de maneira muito furtiva, dissimulada, que muitas vezes apresenta discursos e políticas com enraizamentos sociais percebidos positivamente pela população. Entretanto, como todo e qualquer modelo sócio-político-econômico, também apresenta inúmeros problemas de todas as ordens. Ilusão seria acreditar num modelo perfeito, pois a história vem nos mostrando que isso não existe.

As políticas neoliberais quase nunca se mostram claramente, mas são muito bem pensadas, sabem muito bem o que precisa ser feito para atingir seus objetivos e não têm problema algum em mudarem seu curso no meio do caminho. Algumas delas, inclusive, se colocam como políticas sociais (e não que não o sejam) tais como os programas de distribuição de renda ou renda mínima ou mesmo as políticas de inclusão social (na escola ou no mercado de trabalho). Entretanto essas iniciativas podem ser vistas também como técnicas que possibilitam a entrada de mais pessoas no jogo do mercado. Essas ações de governo beneficiam a todos (população, mercado e Estado), porém, no neoliberalismo, elas são concebidas pela via da racionalidade e do cálculo, embora, quando proferidas, estejam acompanhadas de um discurso pautado pela justiça social. O neoliberalismo se atém a números, não a valores morais.

Em alguns países, o neoliberalismo já avançou bastante, em outros ainda não, como é o caso Brasil. Nossas demandas sociais ainda são muitos extensas e, ainda não possuímos um contingente populacional suficiente para sua implantação total. Aqui no Brasil, o neoliberalismo ainda está preparando o terreno porque sabe que seu triunfo dependerá principalmente de uma população bem preparada e capaz de dar as respostas que ele necessita.

O que falta é justamente o modelo de sujeito que servirá de sustentáculo ao seu funcionamento. Aqui entra o papel da escola de modo geral, mas principalmente da escola pública. Penso que exatamente aqui se localiza um dos pontos cruciais da relação entre o neoliberalismo e a educação. O problema central dessa discussão não é a escola em si, mas uma escola que funcione como dispositivo que contribua para a perpetuação do capitalismo contemporâneo.

Em nenhum momento esta pesquisa intencionou emitir algum juízo de valor sobre o neoliberalismo. Para isso, tentei evitar ao máximo colocá-lo em posição de enfrentamento com outras concepções político-ideológicas, bem como busquei compreender como e porque estes sujeitos são capturados e subjetivados a pensarem suas vidas através dos valores da empresa e do mercado, desnaturalizando algumas situações que nos parecem óbvias, mas que se revelaram bastante complexas, demonstrando que Educação e Economia são áreas profundamente imbricadas e atravessadas por relações de poder-saber. Neste contexto, entendo que a escola pública não é somente uma instituição que sofre os impactos das mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorrem a todo momento, mas também uma instituição provocadora de tais mudanças e produtora de determinadas subjetividades.

Mergulhar na racionalidade neoliberal e tentar compreender como ela repercute na formação de um sujeito que começou a emergir no espaço escolar, há pouco tempo, foi um grande desafio para mim. O neoliberalismo é um jogo e para sua consolidação é necessária uma grande quantidade de competidores, porém, participar deste jogo, sem estar plenamente preparado, pode ter consequências devastadoras para nações, economias e populações.

Muitas vezes tendemos a pensar o neoliberalismo como sendo um resgate do Liberalismo Clássico. Embora ele preserve alguns dos pressupostos econômicos do Liberalismo, o neoliberalismo é uma racionalidade muito mais voltada para os aspectos comportamentais do que para os fundamentos econômicos propriamente ditos. A partir disso, quase tudo é submetido à lógica de mercado e o sentido da coletividade e do bem comum vai, aos poucos, sendo apagado.

Através de um discurso rebuscado e otimista, os neoliberais tentam convencer os países ainda em fase de desenvolvimento a adentrarem essa disputa como se não houvesse outra opção. Penso que, no momento atual, não se pode recusar totalmente a participação neste jogo, não sem receber algum tipo de punição do mercado. Da forma como as coisas estão postas, até governos com orientações mais à esquerda acabam implantando algumas políticas de cunho neoliberal, justamente para fazer sinalizações positivas ao mercado.

E se estamos participando de um jogo, sempre haverá vencedores e vencidos, realizados e frustrados, mas ainda assim, quase todos terão seus lugares na trama porque nesse modelo sócio-político-econômico ninguém poderá ficar parado e ninguém escapará às suas malhas.

O neoliberalismo é “[a] nova razão de mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016), entretanto, é só uma construção e não um determinismo inescapável, podendo ser substituído por outro a qualquer momento. Não podemos alimentar a ilusão de que nos constituímos livremente nem a desesperança de que não temos saída. Temos que construir nossas práticas de liberdade, ainda que estejamos inseridos em regimes de verdade estabelecidos no interior das relações de poder-saber.

Espero que este trabalho possa trazer algumas contribuições e se some a tantos outros orientados pela perspectiva pós-estruturalista na educação, vislumbrando outras possibilidades de constituição de sujeitos que possam contribuir para o crescimento e desenvolvimento da economia, porém, sem se afastar dos princípios que orientam a construção de uma sociedade pautada pela ética e pelo senso de justiça.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. Formação docente, política curricular e a reedição da teoria do capital humano no Brasil. **Cadernos de Pesquisa em Educação** - PPGE/UFES, Vitória, v. 18, n. 36, p. 11-32, jul./dez., 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/5372/3972>>. Acesso em: 15 out. 2020.

AMOS, K. Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 23-38, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspea03.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BACHA, E. Saída para a crise tem mão dupla. **Estudos Avançados - USP**, São Paulo, v. 31, n. 89, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132413/128547>>. Acesso em: 14 abr. 2019. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.3189000>>.

BALL, S. Neoliberal education? confronting the slouching beast. **Policy Futures in Education**, v. 14, n. 8, p. 1046–1059, 2016. DOI: 10.1177/1478210316664259. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1478210316664259>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **Medo líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOCCHETTI, A; BUENO, B. Figurações do preparo: da ética grega à formatividade contemporânea. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-22, e80961, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n1/2175-6236-edreal-44-01-e80961.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2020. ISSN 0100-3143. ISSN 2175-6236.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o Bem-Estar Social e econômico. Rio de Janeiro: Sala das Sessões da Assembleia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 31 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Congresso Nacional do Brasil, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: D.O.U., 1.996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio - bases legais.** Brasília: MEC/SEB, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 25 de junho de 2014. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm#anexo](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm#anexo)>. Acesso em: 26 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e 11.494, de 20 de junho 2007, e dá outras providências. Brasília, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm)>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Convertida na Lei nº 13.415, de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Aspectos fiscais da educação no Brasil.** Brasília: Ministério da Justiça, 2018. [13] p. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/EducacaoCesef2/eb3e416c-be6c-4325-af75-53982b85dbb4>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CARVALHO, L. PISA, política e conhecimento em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 601-607, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n136/1678-4626-es-37-136-00601.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019. Impresso ISSN: 0101-7330. On-line ISSN: 1678-4626.

CASTRO-GÓMES, S. **Historia de la gubernamentalidad: razón de estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault.** Bogotá: Siglo Del Hombre Editores, Pontificia Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Santo Tomás de Aquino, 2010.

CERQUEIRA, H. Para ler Adam Smith: novas abordagens. **Síntese – Rev. de Filosofia.** v. 32, n. 103, p. 181-202, 2005. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2982/3120>>. Acesso em: 04 abr. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.20911/21769389v32n103p181-202/2005>>.

COSTA, S. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade.** v. 34, n. 2, p. 171-186, maio/ago. 2009. ISSN 2175-6236. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 set. 2019.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CASTRO, S. "**El ladrillo**": bases de la politica economica del gobierno militar chileno. Santiago de Chile: Centro de Estudios Publicos, 1992. ISBN: 976-7015-07-4.

DOMINGOS, M. F. N. Ensino religioso e estado laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, ano 9, set. 2009. ISSN 1677-1222. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/rever/rv3\\_2009/t\\_domingos.pdf](http://www4.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2019.

FIMYAR, O. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 35-56 maio/ago. 2009. ISSN 2175-6236. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/303969303.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

FLORENZANO, M. Sobre as origens e o desenvolvimento do estado moderno no ocidente. **Estado e Sociedade** – CEDEC 30 Anos. Lua Nova, São Paulo, n. 71, 2007. ISSN: 0102-6445. Disponível em: <<http://www.cedec.org.br/estado-e-sociedade-%E2%80%93-cedec-30-anos---ano-2007---no-71>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. In: MACHADO, R. 20 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I** – A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France, 1975-1976. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b, 2005.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999c.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**: Curso no Collège de France, 1978-1979. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**: Curso dado no Collège de France, 1977-1978. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GANEM, A. A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo. **Cadernos IHU ideias** - UNISINOS, São Leopoldo, ano XVII, v. 17, n. 282, ISSN 1679-0316. ISSN 2448-0304, 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/282acadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T.; GENTILI, P. (orgs) **Escola S. A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

GOMES, F. Conflito social e welfare state: estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2. p. 201-234, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6809/5391>>. Acesso em: 14 abr. 2019. ISSN 0034-7612. ISSN 1982-3134.

HAMANN, T. H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Ecopolítica**, n. 3, p. 99-133, maio/ago. 2012. ISSN: 2316-2600. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/view/12910/9387>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Trad. Enio Paulo Giachini. 2 ed ampliada. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de M. L. M. Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

LÓPEZ-RUIZ, O. A técnica como capital e o capital humano genético. **Novos Estudos** 80, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 127 - 139, mar. 2008. ISSN: 0101-3300. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a09n80.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2020.

MACEDO, F. Uma visão da escola particular brasileira sobre o Pisa 2018. **O Estado de São Paulo**, 18 dez. 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/uma-visao-da-escola-particular-brasileira-sobre-o-pisa-2018/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MARCUSCHI, L. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARINIS, P. Comunidade, globalização e educação: um ensaio sobre a desconversão do social. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 3 (57), p. 19 - 45, set./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n3/v19n3a03.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2020.

MARTINS, L.; PEIXOTO JUNIOR, C. Deslocamentos na governamentalidade: a subjetivação como resistência ético-política em Foucault. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 13, n. 27, p. 245 - 259. maio/ago. 2013. Versão impressa ISSN 1519-549X. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v13n27/v13n27a04.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2020.

MASCIA, M. **Investigações discursivas na pós-modernidade: uma análise das relações de poder-saber do discurso político educacional de língua estrangeira**. Campinas: Mercado das Letras, São Paulo: FAPESP, 2002.

ORLANDI, E. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 4 ed. Campinas: Pontes, 2001.

PALLONE, S. Projeto analisa estratégias de atração de investimento estrangeiro direto. **Inovação UNIEMP**, UNICAMP, Campinas, v. 3, n. 5, p. 20-22, 2007. ISSN 1808-2394. Disponível em: <<http://inovacao.scielo.br/pdf/inov/v3n5/a11v03n5.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2020.

PATY, M. Ciência: aquele obscuro objeto de pensamento e uso. **Tempo Social - Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 67-73, 1999. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12293/14070>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PEREIRA, J. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva** – Rev. Assoc. Bras. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2187-2196, 2018. Impressa ISSN: 1413-8123 - Online ISSN: 1678-4561 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2187.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

POPKEWITZ, T. Cosmopolitismo, o cidadão e os processos de abjeção: os duplos gestos da pedagogia. **Cadernos de Educação**. FaE/PPGE/UFPel, Pelotas, n. 38, p. 361-394, jan./abr. 2011. ISSN: 2178-079X. DOI: <[HTTPS://DOI.ORG/10.15210/CADUC.V0I38.1575](https://doi.org/10.15210/CADUC.V0I38.1575)>. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1575/1461>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PORTELLA FILHO, P. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. Desenvolvimento social. **Lua Nova**, São Paulo, n. 32, 1994. ISSN 0102-6445. Disponível em: <<http://www.cedec.org.br/desenvolvimento-social---ano-1994---no-32>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PRZEWORSKI, A. A falácia neoliberal. Estado, reformas e desenvolvimento. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, 1993. ISSN 0102-6445. Disponível em: <<http://www.cedec.org.br/estado-reformas-e-desenvolvimento---ano-1993---no-28-29>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

ROSE, N.; MILLER, P. **Governando o presente**. São Paulo: Paulus, 2012. (Coleção Biopolíticas).

SCHULTZ, T. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SEBRAE. Geração de empregos pelos pequenos negócios revela melhor agosto em cinco anos. **Agência SEBRAE**, Brasília, 27 set. 2019. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/geracao-de-empregos-pelos-pequenos-negocios-revela-melhor-agosto-em-cinco-anos,0110b11fbef6d610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 30 abr. 2020, 02:40.

SILVA, A.; MORAIS, R. M. O. As teorias da soberania: uma análise a partir de Foucault. **Revista Eletrônica Direito e Política**, UNIVALI. Itajaí, v. 12, n. 1, jan. – abr. 2017. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/10410/5827>>. ISSN 1980-7791. Acesso em: 25 jul. 2019.

SMITH, A. **An inquiry into to the nature and the causes of the wealth of nations**. Metalibri Digital Library, may 2007. Disponível em: <[https://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA\\_WealthNations\\_p.pdf](https://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf) >. Acesso em: 30 jan. 2019.

TIMM, E; MOSQUERA, J; STOBÄUS, C. Resiliência: necessidade e possibilidade de problematização em contextos de docência. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 39-45, jan./abr. 2008. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2755/2103>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

VALE, G. Empreendedor: origens, concepções teóricas, dispersão e integração. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 874 - 891, nov./dez. 2014. ISSN 1982-7849. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rac/v18n6/1982-7849-rac-18-6-0874.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

VALE, G; CORRÊA, V; REIS, R. Motivações para o Empreendedorismo: necessidade *versus* oportunidade? **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 311 - 327, maio/jun. 2014. ISSN 1982-7849. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rac/v18n3/v18n3a05.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, V; CASTELO BRANCO, G. (orgs). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p. 179-217. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.13.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Foucault & a educação**. 2 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. **Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 7, p. 141 - 149, 2008. ISSN 1646-4990. Disponível em: <<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/04/veiga-neto-modernidade-e-curriculos.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Currículo: um desvio à direita ou delírios avaliatórios. In: **X Colóquio sobre Questões Curriculares e VI Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo**, Belo Horizonte: UFMG, 2012. Publicado em: VEIGA-NETO, A. Delírios avaliatórios: o currículo desvia para a direita ou um farol para o currículo. In: FAVACHO, A.; PACHECO, J.; SALES, S. **Currículo: conhecimento e avaliação – divergências e tensões**. Curitiba: CRV, 2013. p. 155-175. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/18167750-Curriculo-um-desvio-a-direita-ou-delirios-avaliatorios.html>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación**. Bogotá, Colombia, n. 65, p. 19 - 41, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rcde/n65/n65a02.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2020.

VICENTE, M. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. ISBN 978-85-98605-96-8.